

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

GLEISE CAMPOS PINTO SANTANA

**O CAMPONÊS NA LÓGICA CAPITALISTA: DEPENDÊNCIA E
ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SE**

**SÃO CRISTÓVÃO/SE
2011**

GLEISE CAMPOS PINTO SANTANA

**O CAMPONÊS NA LÓGICA CAPITALISTA: DEPENDÊNCIA E
ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SE**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização e Dinâmica dos Espaços Agrário e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Celso Donizete Locatelli

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2011

GLEISE CAMPOS PINTO SANTANA

**O CAMPONÊS NA LÓGICA CAPITALISTA: DEPENDÊNCIA E
ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SE**

Dissertação de mestrado submetida à apreciação da banca examinadora constituída pelos examinadores:

Prof. Dr. Celso Donizete Locatel (Orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Josefa Lisboa Santos (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo (Examinador Externo)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2011

AGRADECIMENTOS

A vida é feita de escolhas que para sempre deixam marcas em nossa história. Escolher os estudos acadêmicos como uma das prioridades trouxe para mim, além do crescimento intelectual, pessoas e aprendizados que ficarão para sempre marcados em minha vida.

E sabeis pois, que todas as coisas cooperam para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que vivem segundo o seu propósito (Romanos 8:28).

Ao meu Deus, toda a minha gratidão, pois sem o seu consentimento jamais teria chegado até aqui. Esforços e dedicação pessoais foram necessários, contudo sem Ele de nada adiantariam. A Ti toda honra, glória e louvor, somente a Ti!

Duas pessoas que dedicam parte de suas vidas para a completa formação de um ser: pais. A eles, meus mais sinceros agradecimentos por toda dedicação à que me dispensaram. Gerson e Maria (painho e mainha), obrigada por cada esforço, atenção, incentivo, cuidado dedicados a mim. Deus os abençoe sempre. Mirtes e Jefferson, irmãos queridos que sempre estiveram ao meu lado dividindo conquistas e aprendizados. Ah! Não poderia esquecer de Vinícius Levi, com sua constante alegria você foi capaz de deixar titia Gegê mais tranqüila, relaxada. Amo esta família!

Meu amado Laercio, ao teu lado pude crescer como estudante, profissional, mulher! Você é parte primordial desta minha conquista, pois foi contigo que pude descobrir minha grande paixão pela Geografia. Você é meu mestre preferido. Obrigada pelo nosso amor! Muitas conquistas ainda virão em nossas vidas!

Estudar ou não Geografia era uma dúvida que pairava em minha cabeça. Decidi por estudá-la! A cada período que passava na graduação, percebia que estava no caminho certo. Fazer pesquisa era o que buscava, mas o término da graduação se aproximava e parecia que esse desejo teria que ser suprimido. Até que no 7º período um professor “paulista” surgiu em nosso departamento. Seria ele meu futuro orientador? Pois é, Celso Donizete Locatel me conduziu rumo à pesquisa acadêmica. E o que falar de Celso? Chamá-lo apenas de orientador é reduzi-lo demais. Celso é professor, mestre, educador. Mas é também amigo, compreensivo, adorável. Obrigada por respeitar meus limites e ao mesmo tempo me desafiar a fazer mais! Parabéns pela pessoa que você é.

Meus agradecimentos também as professoras Alexandrina Luz Conceição, por me ensinar a ver o mundo por outro olhar, por ensinar uma Geografia Agrária jamais

percebida antes; seu conhecimento transmitido nos liberta! Vera Lúcia Alves França, seu amplo conhecimento em Geografia e pesquisa nos enriquece enquanto pesquisadores. Obrigada por todas as cobranças, trabalhos e dedicação dispensados a nós, alunos. Grande geógrafa! Josefa Lisboa, suas aulas da pós, me fez perceber uma dimensão mais ampla acerca do Estado e políticas públicas. Muito mais, me trouxe novas inspirações na construção desta dissertação. Obrigada!

Adelli, amiga de todas as horas, momentos e situações. Estudar Geografia e fazer pesquisa com sua companhia se tornou mais fácil e divertido. Obrigada pela sua fidelidade e companheirismo. Adelli/Gleise, não é a toa que as pessoas nos confundem, muitas vezes nossas diferenças são suprimidas pela tão grande compatibilidade que há entre nós, afinal até as citações escolhemos as mesmas! É amiga, contrário ao que me disseram lá no início, fazer mestrado não significa se tornar egoísta, pois nossa troca de experiências, dúvidas, angústias foram essenciais em todo o percurso do mestrado. Guardo-te no coração, amiga!

Aos amigos do curso mestrado/doutorado, vocês estarão para sempre guardados em meu coração com lembranças gostosas: Venozina, Rodrigo, Gabriela, Emerson, Manuela, Renata, Daise, Márcia, Katinei, Carmem, Hilário, Sheila, Boni. E com um carinho mais que especial, meus mais sinceros agradecimentos a Andrecksa e Vilomar (meu amigo super sincero), meus amigos Viladea, vocês são incrivelmente maravilhosos, amáveis. Amo!

Ao amigo Daniel Jefferson, agradeço pela impressão desta dissertação.

Marcelo, amigo da graduação, agradeço por todo incentivo que me deste para ingressar no mestrado e ainda mais, obrigada pela organização cartográfica desta dissertação.

Aos profissionais que diretamente representam o Núcleo de Pós Graduação em Geografia: José Eloísio e Josefa Lisboa – coordenação em exercício, o empenho de vocês tem tornado o NPGEO mais dinâmico e com melhor conceito! Everton, muito mais que secretário, você é um grande amigo. Obrigada por toda atenção dispensada a mim.

À FAPTEC/SE – Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe –, por colaborar financeiramente com meus estudos e com isso me proporcionar uma dedicação maior a essa fase de crescimento intelectual.

Enfim, agradeço a todos que fazem a Universidade Federal de Sergipe acontecer; e ainda mais, agradeço a todos os trabalhadores brasileiros que, mesmo sem conhecimento, mantêm erguida instituições públicas de ensino superior em todo o país.

RESUMO

O modo de produção capitalista tem alcançado todas as esferas da sociedade e espaços. Com isso o campo brasileiro está embrenhado num modelo de produzir que se caracteriza pela expropriação e injustiça sociais. Deste modo, o espaço agrário tem se tornado o espaço onde o capitalismo, seja na figura do capitalista, do Estado, do Banco, do latifundiário, alimenta suas características mais marcantes: exploração, segregação, expropriação. Não é novidade falar a respeito da quantidade de homens, mulheres e crianças que lutam por um pedaço de chão neste Brasil, tampouco da tamanha precariedade com que vive populações inteiras dos mais variados estados em povoados rurais deste país, sem nenhuma infra-estrutura básica. Por isso, estudar o camponês, seu modo de vida mesclado com a inserção do capitalismo na agricultura se faz necessário. Este sujeito dotado de particularidades que o distingue do restante dos trabalhadores, mantém-se no campo, ainda hoje, com características que divergem daquilo apregoado pelo sistema capitalista de produção. Mesmo inserido no mercado, vendendo seu produto na feira, transformando-se periodicamente em trabalhador rural assalariado, a terra ainda lhe representa a vida e o alimento, o modo de vida. O Estado, na função de assistir a sociedade (sem afastar-se do modo de produção vigente) tem de certa forma subsidiado financeiramente muitas famílias camponesas a partir de benefícios previdenciários e programas assistencialistas. Contudo, muitas vezes essa assistência, somada ao trabalho agrícola, ainda não são capazes suprir as necessidades dessas famílias. Daí a busca por um trabalho acessório capaz de assegurar essa população no campo. O camponês do município de Itabaiana é um sujeito com modo de vida próprio que lhe confere autonomia, contudo com a inserção cada vez maior do capitalismo no campo, a dependência financeira muitas vezes se torna real na vida desse sujeito, mas independentemente de ser autônomo ou dependente, o certo é que este sujeito social mantém-se ativo com suas peculiaridades que ao menos são intrigantes àqueles que têm como modo de vida o padrão capitalista de ser.

Palavras-chave: camponês, estratégias de reprodução, modo de produção capitalista, trabalho acessório, Estado, renda.

ABSTRACT

The capitalist mode of production has reached all spheres of society and space. Therewith, the Brazilian field is embroiled in a model of production that is characterized by the dispossession and social injustice. Thus, the agrarian space has become the place where capitalism, being the figure of the capitalist state, the Bank, or the landowner, feeds its most striking characteristics: exploration, segregation, expropriation. It is not a surprise talking about the amount of men, women and children who are fighting for a piece of land in Brazil, nor of such a precarious living with entire populations of many different states in rural villages of this country, with almost no basic infrastructure. Thus, studying the peasant, his way of life mixed with the introduction of capitalism in agriculture becomes necessary. This subject endowed with characteristics that distinguish himself of the rest of the workers in the field remains, even today, with features that diverge from what is published by the capitalist system of production. Even entered the market, selling its product in the marketplace, becoming periodically in employed rural workers, the earth still it represents life and food, the way of life. The state, being on the task of helping society (not to depart from the existing mode of production) has somewhat financially subsidized for many peasant families from welfare benefits and welfare programs. However, this assistance many times, combined with the farm work, are not yet able to meet the needs of these families. Thence the search for a job attachment able to providing this population in the field. The peasant in the county of Itabaiana is a subject with own way of life that makes himself autonomy, however, with ever greater field of capitalism, the financial dependence often becomes real in the life of this person, but regardless of being autonomous or dependent, the fact is that this social subject remains active with its own peculiarities that are at least intriguing to those who have a way of life to be standard capitalist.

Keywords: farmer, reproduction strategies, capitalist mode of production, accessory work, state, income.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: Localização do município de Itabaiana, 2011	19
FIGURA 02: Povoados visitados do município de Itabaiana, 2011	24
FIGURA 03: Comunidade local e pequeno comércio, povoado Rio das Pedras, 2010..	30
FIGURA 04: Propriedade privada, criação de gado e agricultura, Povoado Rio das Pedras, 2010.....	31
FIGURA 05: Quebra de castanhas, povoado Carrilho, 2010	60
FIGURA 06: Olaria, povoado Rio das Pedras, 2010	60
FIGURA 07: Plantação de hortaliças, povoado Lagoa do Forno, 2010	61
FIGURA 08: Motocicletas de trabalhadores que residem na cidade de Itabaiana e trabalham no povoado Rio das Pedras, 2010	80
FIGURA 09: Venda de frutas na beira da estrada, povoado Lagoa do Forno, 2010	85
FIGURA 10: Lan house ao lado de residência, povoado Rio das Pedras, 2010	85
FIGURA 11: Camponês trabalhando na terra do irmão, povoado Lagoa do Forno, 2010	88
FIGURA 12: Trabalho acessório, 2010.....	89
FIGURA 13: Propaganda política, povoado Cajaíba, 2010.....	126
FIGURA 14: Adolescentes assistidos pelo Programa Bolsa Família em trabalho familiar, povoado Lagoa do Forno, 2010.....	129
FIGURA 15: Idoso como figura central da família, povoado Carrilho, 2010	131

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: Heterogeneidade do ser camponês em Itabaiana, 2010	62
QUADRO 02: Avanço das políticas sociais e aposentadorias no Brasil	112
QUADRO 03: Programas da Rede de Proteção Social no governo FHC	122
QUADRO 04: Porcentagem de famílias contempladas com o Programa Bolsa Família na zona rural do município de Itabaiana	130

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: Itabaiana: Número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários, por condição do produtor em relação às terras, 2006.....79

TABELA 02: Número de estabelecimentos agropecuários, quantidade produzida, área colhida, e valor da produção por agricultura familiar e não familiar e tipo de produção vegetal, Itabaiana, 2010.....92

TABELA 03: Número de aposentados total, urbano e rural, 2009117

LISTA DE SIGLAS

- CJ1 – Primeiro entrevistado da Cajaíba
- CR1 – Primeiro entrevistado do Carrilho
- CR3 – Terceiro entrevistado do Carrilho
- CR4 – Quarto entrevistado do Carrilho
- CR5 – Quinto entrevistado do Carrilho
- CR7 – Sétimo entrevistado do Carrilho
- CR8 – Oitavo entrevistado do Carrilho
- GD1 – Primeiro entrevistado de Gandu I
- GD2 – Segundo entrevistado de Gandu I
- GD3 – Terceiro entrevistado de Gandu I
- GD6 – Sexto entrevistado de Gandu I
- GD7 – Sétimo entrevistado de Gandu I
- GDU 1 – Primeiro entrevistado de Gandu II
- GDU3 – Terceiro entrevistado de Gandu II
- GDU4 – Quarto entrevistado de Gandu II
- GDU6 – Sexto entrevistado de Gandu II
- GDU8 – Oitavo entrevistado de Gandu II
- LF1 – Primeiro entrevistado de Lagoa do Forno
- LF2- Segundo entrevistado de Lagoa do Forno
- LF3- Terceiro entrevistado de Lagoa do Forno
- LF8- Oitavo entrevistado de Lagoa do Forno
- LF11- Décimo primeiro entrevistado de Lagoa do Forno
- RP1 – Primeiro entrevistado de Rio das Pedras
- RP4 – Quarto entrevistado de Rio das Pedras
- RP5 – Quinto entrevistado de Rio das Pedras
- RP8 – Oitavo entrevistado de Rio das Pedras
- RP9 – Nono entrevistado de Rio das Pedras
- RP12 – Décimo segundo entrevistado de Rio das Pedras
- RP16 – Décimo sexto entrevistado de Rio das Pedras
- RB1 – Primeiro entrevistado da Ribeira
- RB2 – Segundo entrevistado da Ribeira
- RB4 – Quarto entrevistado da Ribeira

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 O SER CAMPONÊS E A SUJEIÇÃO DA AGRICULTURA AO CAPITAL	27
2.1 Espaço geográfico: diferenciado, porém complementar para o capital.....	27
2.2 A submissão da agricultura ao capital	31
2.2.1 Técnica e agricultura: industrialização e dependência	32
2.2.2 Política pública e questão agrária: concentração fundiária e campesinato	34
2.2.3 Renda da terra: a lógica de reprodução do capital no campo	42
2.3 Camponês: mitos e realidades	46
2.4 O camponês de Itabaiana: dependente ou autônomo?	58
3 AS DIFERENTES FORMAS DE REPRODUÇÃO DO CAMPESINATO E A BUSCA INCESSANTE PELA SOBREVIVÊNCIA	64
3.1 Campesinato: as tipologias e a realidade no município de Itabaiana.....	64
3.2 O trabalho acessório como possibilidade/alternativa	82
3.3 Outras estratégias de reprodução: a produção para o auto consumo, a migração temporária, as práticas solidárias	89
3.3.1 A produção para o autoconsumo	90
3.3.2 A migração temporária como estratégia	92
3.3.3 As práticas de solidariedade	97
4 O OUTRO LADO DA MOEDA: POLÍTICAS PÚBLICAS E CAMPESINATO ...	100
4.1 Estado: regulador da sociedade e do espaço geográfico	100
4.2 Benefícios previdenciários e programas sociais: manutenção x dependência.....	108
4.2.1 A evolução do sistema previdenciário no Brasil	110
4.2.2 Campesinato e Previdência Social no Brasil	115
4.3 O Bolsa Família e as rendas previdenciárias e seus impactos no espaço rural do município de Itabaiana	123

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135
7 APÊNDICE.....	140

1. INTRODUÇÃO

Sendo a Geografia uma ciência que está atrelada as Ciências Humanas e abrange de forma ampla homem sociedade natureza, seria para causar estranhamento ao ver a Geografia denominada disciplina enciclopédica. Contudo, o estranhamento não acontece, pois essa ciência verdadeiramente é assim rotulada. E isso ocorre devido a problemas crônicos de metodologias de professores, pois os mesmos reproduzem uma geografia acrítica, sem reflexões. Para uma mudança no sentido epistemológico da Geografia é preciso atrelar o sujeito (homem) ao objeto (espaço/tempo onde o sujeito está contido) e considerá-los como elementos de uma mesma ordem, e não dissociados como se costuma fazer.

Ao estudar sociedade e natureza (entendidos aqui como elementos do espaço geográfico) intrinsecamente a esses dois elementos está um terceiro: o modo de produção capitalista. Assim, estudar Geografia sem levar em consideração os dois primeiros elementos associados ao terceiro é tornar (ou manter-se) no velho problema: fazer Geografia sem reflexão. É, ainda mais, fazer Geografia sem considerar a realidade envolta.

Estudos envolvendo a questão agrária ou mesmo questões agrárias são hoje bastante desenvolvidos no Brasil. A Geografia, Sociologia, História abordam, cada uma a partir de seu viés, diversos aspectos da questão agrária brasileira: relações sociais no campo, apropriação e uso da terra, lutas de classes, posse e controle de território no campo. Entretanto, apesar dessa gama de contextos em que podem estar inseridos estudos que versem sobre a questão agrária, este é um tema bastante complexo e incansável de novos embates e discussões (além de sua magnitude). Sendo assim, estudos que envolvem a questão agrária sempre são necessários, pois aí estão envolvidos diversos movimentos e mudanças constantes que um estudo finalizado (no que se refere ao período histórico) não será capaz de responder a esses movimentos intermitentes no espaço e no tempo do campo brasileiro.

Ao abordar a relação sociedade natureza, intrinsecamente estão atreladas as relações socioespaciais. Assim, o estudo sobre esses dois elementos abrange um entendimento sobre o espaço, uma vez que estes são fenômenos cruciais na (re)construção e configuração do espaço geográfico.

O meio rural brasileiro, nas últimas décadas, vem presenciando profundas transformações pelas quais passa a estrutura produtiva e econômica da sociedade. O rápido processo de urbanização que mudou o país de rural para urbano, a alteração na base técnica da produção rural, com o crescente uso de capital, foram dentre outros fatores, os motivos pelos quais levou à modernização do setor agrícola brasileiro. Assim, o espaço rural brasileiro se apresenta cada vez mais dotado de diversidades, o que o torna um tanto quanto complexo.

Levando-se em consideração toda a dinamicidade com que vem se apresentando o espaço rural brasileiro, bem como o do município de Itabaiana/SE, é que se busca entender as relações de trabalho, renda e dependência que perpassam o espaço rural. Este, entendido como categoria do espaço geográfico, assim como o espaço urbano, deve ser analisado em meio às novas feições/relações que aí estão inseridas. Pois, novas configurações no espaço rural dão novas formas e funções assim como novas relações sociais que refletem mudanças não só no próprio espaço rural, mas no todo, no espaço denominado geográfico. Logo, devem ser analisados o camponês, suas diversas rendas e, logicamente, a dependência financeira como práticas que interferem na (re)construção do espaço rural, ou seja, devem ser analisados geograficamente.

É sabido a desenvoltura e eficácia que o sistema capitalista tem na atual conjuntura da sociedade. Um sistema global, dominante e totalitário, envolve setores desde a saúde, educação, comércio até agrícola e industrial – numa só trama, num só interesse: ganhar/lucrar/acumular. O que leva um sistema a dominar toda estrutura de uma sociedade? De acordo com Mézaros (2002),

A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe a mais poderosa – estrutura “totalizadora” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “Viabilidade produtiva”, ou perecer, caso não consiga se adaptar (MÉSZAROS, 2002, p.96).

Diante desta citação fica claro o porquê da dominação de “tudo e todos” existente no sistema capitalista: é a sua totalidade. E essa totalidade (conforme dito anteriormente) está entre todos os setores da economia, dentre eles, a agricultura, pois se hoje é visível um campo dotado de características “estranhas” ao mesmo, foi a inserção do capitalismo que assim o tornou. A respeito dessa inserção do capitalismo na agricultura, Vergopoulos (1977) enfatiza: “A agricultura camponesa consolida-se, no

século XX, como uma forma velha carregada de novo sentido. É o capital que assegura as formas e distribui os sentidos, apropriando-se deles” (VERGOPOULOS, 1977, p.47).

De acordo com Stédile (2005), o surgimento do campesinato brasileiro se deu a partir de duas vertentes: a primeira refere-se à oferta feita pelas elites brasileiras para atrair camponeses pobres excluídos do continente europeu. Com a promessa da terra fértil e barata, mais de 1,6 milhão de camponeses para cá vieram em busca da liberdade camponesa (quando aqui chegaram foram submetidos ao regime do colonato). A segunda vertente diz respeito às populações mestiças que se formaram ao longo de suas raças misturadas. Essa população muitas vezes não se submetia ao trabalho escravo e, impedidas pela Lei de Terras em adquirir propriedade, restava-lhe migrar para o interior do país, ocupar as terras “desocupadas” e assim fazer surgir no Brasil, o campesinato. Ambas as vertentes tem respaldo na história do Brasil e servem de base para contar a formação do campesinato.

Estudar o camponês, suas relações sociais, a origem da renda, não é para as ciências humanas (nem para a Geografia) nada novo. Estudos referentes às ciências agrárias são cada vez mais frequentes, inúmeros são os modismos discutidos: novo rural, pluriatividade, agricultura em tempo parcial. A partir da opção teórico-metodológica busca-se neste trabalho uma discussão bastante pertinente que, sem maiores problemas e críticas, diverge do que corriqueiramente vem sendo discutido. Pretende-se aqui perceber a relação de dependência na qual está submetido o camponês que tem as aposentadorias e outros benefícios sociais como mantenedores de sua subsistência.

O trabalho acessório no espaço rural é justificado pela falta de perspectiva e baixa renda com que vem se apresentando o camponês brasileiro, principalmente o da região nordeste, onde está concentrado o mais alto índice de pobreza e indigência. Essa região, devido a tantos fatores tais como a falta de políticas que elabore projetos para desenvolver o rural levando em consideração elementos para além do fenômeno natural (seca), nunca priorizou um programa que contemplasse verdadeiramente a população, tirando-as da situação de penúria, devido à pobreza com que sempre se apresentou.

Diante do abandono do poder público o camponês busca trabalho acessório, para lhe assegurar uma melhor condição de vida, ou somente lhe assegurar a sobrevivência que em contrapartida, o torna proletário, (passa-se agora a vender a força de trabalho). E, associado a esse trabalho acessório, têm-se a disseminação das políticas previdenciárias e assistencialistas no campo. Não é objetivo deste trabalho negar o

beneficiamento das rendas oriundas tanto do trabalho acessório como das aposentadorias e bolsas, mas deve-se analisá-los criticamente. Deve-se olhar além daquilo que é visível, que está posto.

A pertinência deste trabalho reside exatamente neste olhar. Pretende-se aqui desvendar o papel do Estado na manutenção da família camponesa e como ele mantém esse grupo social refém de uma dependência financeira, tirando-lhe muitas vezes a capacidade de se ver como sujeito autônomo, livre.

Estudar o camponês era ao mesmo tempo uma realização e um desafio. Aquele sujeito tão citado e até polemizado nos livros acadêmicos sempre me trouxe muita curiosidade. Queria senti-lo! Na verdade queria saber no fundo se ele era real. Afinal, muitas vezes ele é tratado de forma tão romântica que até parece alguém fora do mundo real, imaginável apenas. Exatamente isso se tornara o desafio; desafio porque suas histórias contadas pelos pesquisadores me fascinava, mas ao mesmo tempo me deixava duvidosa, afinal como podia alguém que vive numa sociedade tão perversa e individualista possuir valores tão contrários? Nisso estava pautado o desafio: adentrar na realidade camponesa e correr o risco de descobrir um camponês diferente daquele que ouvira falar. Mas decidi por descobri-lo!

O primeiro dia da ida a campo chegou: 14 de setembro de 2010. As primeiras conversas já foram significativas, pois naquele momento começava a se confirmar o que estava nos livros.

A partir dos diálogos foi possível perceber que alguns camponeses mais jovens ou até mesmo adolescentes não desejam permanecer no campo pela falta de perspectiva, pouca possibilidade de estudo, de oferta de trabalho. Para eles, “a cidade é muito melhor, pois oferece festas, shopping, escolas, emprego” (RP12). Mas, alguns outros desejam permanecer no campo, pois “aqui é mais tranquilo, a gente arruma trabalho, lá num tem emprego pra gente” (GD3).

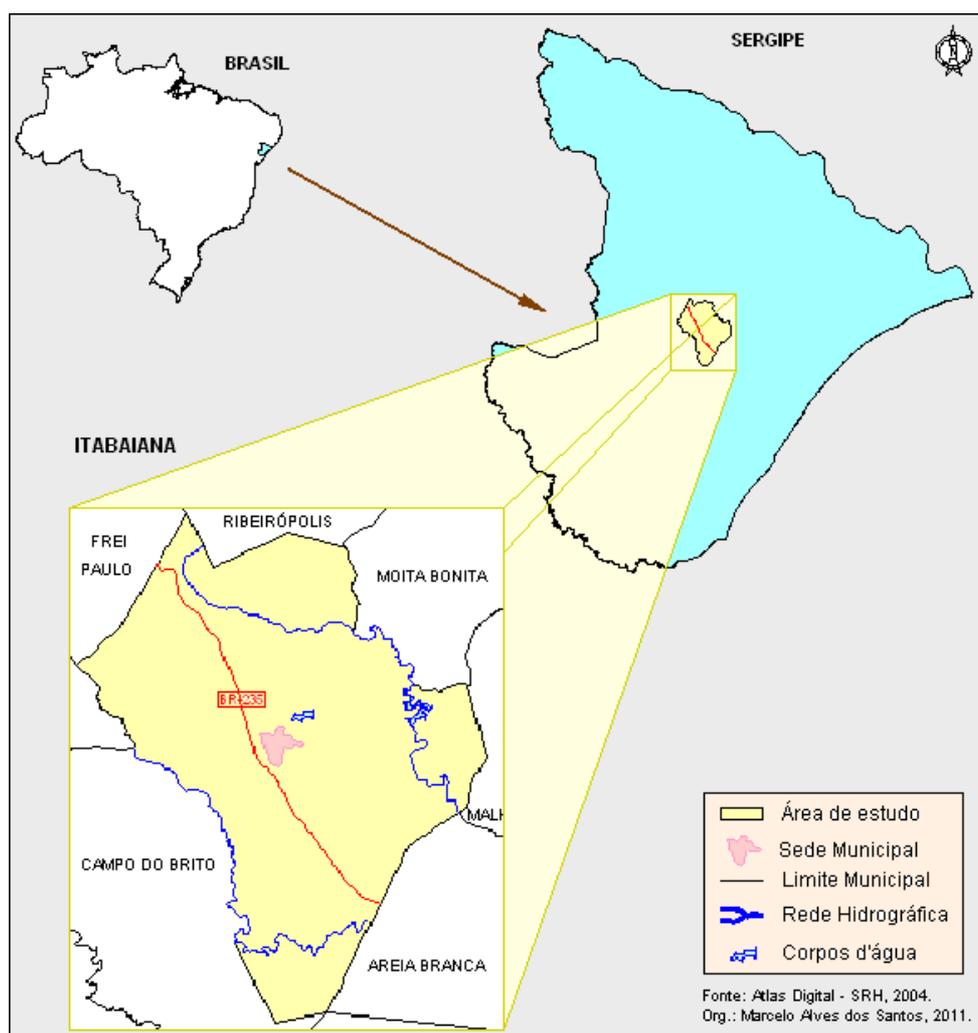
Enquanto alguns sonham com aquela idéia de cidade – moderno, avançado, oportunidades, outros vêem a cidade como o lugar da marginalização, em que se o camponês migra, não tem onde morar, onde trabalhar, nem mesmo o que comer. Nesses últimos percebe-se que tem uma dimensão mais real do mundo da cidade e isso aconteceu porque algum familiar já deixou sua casa em nome do sonho de viver na cidade e acabou por voltar ao campo, afirmando que “aqui é o melhor lugar pra se ficar” (RP8).

A necessidade de se estudar essa temática é analisar essas manifestações sob outro olhar. É perceber como os camponeses sobrevivem sob a égide do sistema capitalista e como a ordem estatutária os mantém enquanto um modo de vida a partir daquilo que é conhecido como benefícios sociais.

A pesquisa foi desenvolvida no espaço rural de Itabaiana, o qual é um dos municípios com maior volume de produção agrícola em pequenos estabelecimentos familiares. A título de informação, um breve histórico de formação do município e informações gerais se fazem necessários para o conhecimento da área que se pretendeu estudar.

Município da região do Agreste Sergipano, microrregião do Agreste de Itabaiana, Itabaiana foi fundada em 1675, está a 188m de altitude, 54 Km distante de Aracaju e tem como municípios limítrofes Malhador, Frei Paulo, Campo do Brito, Ribeirópolis, Moita Bonita e Areia Branca, conforme pode ser observado na Figura 01.

FIGURA 01: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITABAIANA, 2011



Em 2010 o IBGE estimou sua população em 86.981 habitantes. O clima é semi-árido e é conhecida como a Capital do Caminhão, pois tem o maior percentual de caminhões do Brasil (relação entre o número de caminhões e o número de habitantes). Campo do Brito, São Domingos, Ribeirópolis, Moita Bonita e Frei Paulo que são municípios do estado, já foram distritos de Itabaiana. É a quarta maior cidade do estado, sendo superada por Aracaju, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro, todas na região metropolitana da capital.

Por volta de 1590 é que se dá início, propriamente dito, ao povoado e colonização de Itabaiana em grande escala, com a distribuição de imenso número de sesmarias de suas terras, notadamente aquelas situadas à margem do rio Jacarecica. Os colonizadores contemplados com sesmarias, se espalhando pelas margens do rio, vão fundar o Arraial de Santo Antônio, a primeira povoação de Itabaiana, na região hoje conhecida por Igreja Velha, próximo do atual centro da cidade de Itabaiana.

O local onde se encontra hoje a sede do município, conhecida no século XVI como Caatinga de Ayres da Rocha, era primitivamente um sítio de propriedade do pároco de São Cristóvão, Padre Sebastião Pedroso de Góes. A povoação foi crescendo e por volta do ano de 1678, Itabaiana era Distrito, possuindo paróquia desde outubro de 1675, permanecendo a invocação de Santo Antônio e Almas de Itabaiana.

Desde o início do século XIX, já era visível o desenvolvimento do município, que se destacou como um dos mais populosos e por ser o maior exportador de algodão da Província.

A vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, por força da resolução Provincial de número 301, de 28 de agosto de 1888, foi elevada à categoria de cidade, na Presidência de Francisco Paula Preste Pimentel.

As atividades diversificadas e a rota comercial fazem de Itabaiana a intermediária do fluxo de sua produção entre Aracaju e o sertão, atraindo migrantes da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas e do estado: Frei Paulo, Campo do Brito, Graccho Cardoso, Macambira, Malhador, Itaporanga d'Ajuda, Monte Alegre, Moita Bonita, Porto da Folha, Simão Dias, São Miguel do Aleixo, Areia Branca, São Domingos, Ribeirópolis, Carira, Pinhão, Pedra Mole, Nossa Senhora Aparecida e Nossa Senhora da Glória.

O município de Itabaiana é dotado de uma área rural bastante extensa, com um grande número de povoados aí existentes; no total são 67 povoados (Sergipe Panorâmico, 2002). A agricultura em Itabaiana intensificou-se a partir da década de

1980, através da implantação de perímetros irrigados como Jacarecica e Ribeira. Estes perímetros são cultivados por pequenos agricultores e neles são produzidos cereais, frutas e hortaliças que abastecem todo o estado.

No setor primário da economia, o município é grande produtor de mandioca, batata-doce, tomate, cebola, feijão em grão, amendoim e hortaliças. Também possui um centro distribuidor de produtos agrícolas que funciona no mercado hortifrutigranjeiro criado em 1991, que tem grande importância na microrregião. Esse mercado foi criado com o objetivo de melhor organizar a feira, pois é dela que muitas pessoas tiram o sustento. Vale destacar que este setor da economia é um dos maiores responsáveis pelo crescimento do município.

De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE, em 2006 havia no município de Itabaiana 63.564 pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários. Levando-se em consideração que no ano de 2007 havia no município uma população de 83.161 habitantes, 76% desta população estava ocupada em trabalho agrícola.

Como objetivo geral desse trabalho buscou-se analisar as rendas oriundas do trabalho agrícola, do trabalho acessório, de benefícios sociais e previdenciários na composição da renda de famílias camponesas e a dependência financeira e social do camponês em relação ao Estado, assim como os reflexos da reprodução desse sujeito social, sob tais condições, na configuração espacial do município de Itabaiana.

Tal objetivo geral desdobrou-se em objetivos específicos, a saber:

- Analisar a dependência do camponês em relação ao Estado gerada a partir de políticas previdenciárias e assistencialistas;
- Analisar as condições socioeconômicas apresentadas pelas famílias camponesas;
- Compreender a complementaridade que se processa entre o trabalho agrícola na no estabelecimento familiar e o trabalho acessório;
- Verificar as estratégias de trabalho utilizadas pelos camponeses para garantir a renda familiar;
- Identificar as áreas onde há predomínio do camponês no controle da terra, assim como de que forma sua reprodução está beneficiando a expansão do capitalismo no campo a partir da oferta de mão-de-obra barata.

Ao abordar a temática em questão, algumas indagações se colocam para nortear a pesquisa:

1. Os benefícios sociais e o trabalho acessório servem (aos olhos dos camponeses), como melhoria de condições de vida e redução do índice de pobreza?
2. Em que medida o trabalho acessório realizado por membros das famílias rurais supre as necessidades que o trabalho agrícola não tem conseguido suprir?
3. A aposentadoria rural favorece ao aposentado uma melhor condição de vida ou o aposentado tem a “incumbência” de dar assistência a toda família?
4. Qual o nível de dependência financeira dos camponeses com os recursos externos, oriundos do Estado?

Questões como essas foram sendo respondidas, à medida que os objetivos do trabalho iam sendo desenvolvidos. Para tanto, foi necessário realizar passos metodológicos suficientemente capazes de respaldar àquilo que a priori estava proposto como trabalho científico.

Considerando que o conhecimento científico é cumulativo, daí a necessidade de se conhecer o estado da arte da ciência, pois ele é o nível do conhecimento acerca de uma temática, ou seja, é o estado da arte que vai dizer acerca do tal problema até onde a ciência já avançou. Esse conhecimento é ainda processo de reflexão crítica que conduz ao desvelamento do objeto – esse “desvelar” do objeto ocorre no momento em que se começa uma investigação ou pesquisa científica.

A pesquisa por ser científica, deve seguir uma série de normas, regras, pois a ciência tem forma de pensar, de escrever, de metodologia que devem ser cumpridas. Toda pesquisa necessita de um planejamento, de uma metodologia para ser seguidos.

Levando em consideração a necessidade de se conhecer o estado da arte e a importância do mesmo para novos estudos e para o acúmulo de conhecimento, é que se faz necessário a revisão bibliográfica. Para tanto, o aprofundamento teórico-metodológico se fez necessário: desde os clássicos, Vergopoulos (1977), Amim (1977) que discutem subordinação da agricultura ao capital, Kautsky (1980), Lênin (1988) ambos abordam a problemática do desaparecimento do campesinato, aos mais contemporâneos, Martins (1981; 1993; 1999; 2004) que contribui abordando questões acerca do camponês, do capitalismo, do espaço agrário, Shanin (2008) trás conceituações sobre o ser camponês, Santos (1978) que com uma linguagem cheia de simplicidade aborda o camponês e, como pertinência de sua obra para este trabalho, o trabalho acessório, Moura (1986) trás discussão sobre o camponês, suas tipologias, Harvey (2006) aborda o Estado enquanto instância de poder reguladora da sociedade e analisa criticamente o espaço geográfico. Ainda, há que se destacar os pesquisadores

que na atualidade estudam acerca da temática aqui proposta, mas que não são popularmente conhecidos pela comunidade acadêmica tais como: Aquino (2007), Brumer (2002), Schwarzer (2000), dentre outros, que discutem acerca da previdência social rural e seus impactos.

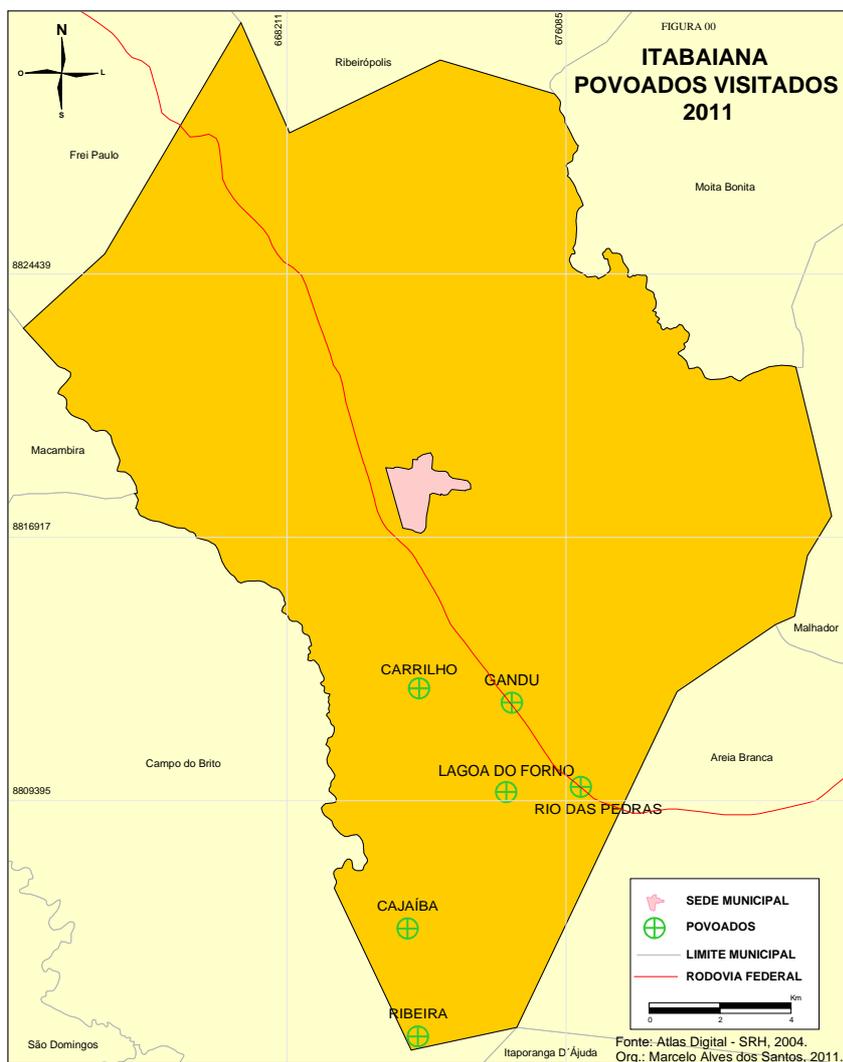
Dependendo do estudo que se vai desenvolver, isto é, do que se aplica aos objetivos que se pretende atingir, deve-se saber:

- Como e onde vai ser obtida a informação desejada.
- Que tipo de abordagem metodológica vai ser utilizada.
- Que instrumentos serão necessários para a coleta e análise dos dados obtidos.

O levantamento dos dados primários foi feito com base em uma entrevista, abordando questões acerca do trabalho do camponês e da sua família, aposentadoria e programas assistencialistas e a importância destes para a manutenção da família, renda familiar e agricultura. Ainda, no fim da entrevista duas perguntas foram fundamentais na compreensão do ser camponês e sua ligação com a terra. Ao perguntar se o camponês pudesse escolher entre trabalhar na terra ou fora e se preferia morar no campo ou na cidade, muitos foram aqueles que expressaram através de palavras o seu apego à terra, ao espaço rural. A terra para eles é o alimento, a fonte de sustentação familiar, é de onde se come sem ter que comprar; o espaço rural por sua vez, é sinônimo de paz, de ar puro, de convívio social, solidariedade entre vizinhos, tranquilidade.

A entrevista foi aplicada em sete povoados do município de Itabaiana, a saber: Rio das Pedras, Carrilho, Gandu I, Gandu II (Gandu), Lagoa do Forno, Ribeira e Cajaíba (FIGURA 02). Os povoados foram escolhidos a partir de um conhecimento prévio acerca dos trabalhos mais desenvolvidos pelos camponeses. Por exemplo, Lagoa do Forno se destaca pelas inúmeras unidades de estabelecimentos familiares que praticam a agricultura com a produção de hortaliças, Carrilho com a imensa mão-de-obra voltada para processar castanha de caju e Rio das Pedras com as cerâmicas e olarias de “fundo de quintal” à empresa de grande porte. E, logicamente, de uma maneira geral, todos os povoados envolvem camponeses que lidam com a agricultura, camponeses aposentados e camponeses que são contemplados por programas assistencialistas como auxiliares no rendimento familiar.

FIGURA 02: POVOADOS VISITADOS, ITABAIANA, 2011.



Foram aplicadas setenta e cinco entrevistas a camponeses escolhidos aleatoriamente e esse número diz respeito ao grau de contemplação das questões de pesquisa, ou seja, no momento em que as respostas foram sendo respondidas (e começaram de certa forma a se tornar repetitivas), as entrevistas se deram por encerradas. Apesar de os camponeses terem sido escolhidos de forma aleatória, alguns foram selecionados: idosos, pessoas que trabalham em cerâmica e olarias, famílias com crianças.

Conforme dito anteriormente, a pesquisa de campo foi desenvolvida em povoados rurais do município de Itabaiana. Desta forma, verdadeiros bairros rurais foram cenários da pesquisa, o que resulta num aglomerado de camponeses que convivem com bastante proximidade, logo os laços de solidariedade – característica

bastante peculiar entre os camponeses – são intensos. Esses bairros rurais que compõem os povoados tiveram sua origem a partir da pequena propriedade privada da terra. A respeito dos bairros rurais, Locatel (2003) faz uma breve caracterização:

La existencia de propiedades de 5 y 10 hectárea hizo que las edificaciones fuesen construidas cerca una de la otra pero manteniendo la división de las tierras; entre los edificios estaba una iglesia, un campo de fútbol, y a veces una escuela, un bar, una tienda de alimentos y otros productos como las herramientas más sencillas necesarias en las actividades laborales (LOCATEL, 2003).

A caracterização feita por Locatel (2003) aborda de forma bem clara os povoados rurais do Brasil. Não é difícil perceber num povoado, por exemplo, que as casas são tão próximas umas das outras que os fundos dos quintais são quase “inseparáveis”, o que por outro lado, mostra o “jeito” camponês de ser: companheiro, solidário, afetivo; sem esquecer da precariedade de acesso a terra que muitas vezes é ineficiente para as atividades laborais camponesas.

Este trabalho está estruturado em três capítulos, além dessa introdução e das considerações finais, os quais tratam de uma forma geral do espaço geográfico, agricultura, camponês, estratégias de reprodução do campesinato, trabalho acessório, Estado, políticas públicas.

O primeiro capítulo intitulado “O ser camponês e a sujeição da agricultura ao capital”, trata primeiramente de uma forma geral do espaço geográfico, sua definição, bem como a problemática de dicotomia que o envolve; em seguida, faz-se uma análise da submissão da agricultura ao capital, de como está sujeita ao modo de produção capitalista. No item 2.3 que trata do ser camponês: mitos e realidades, a partir de toda discussão que perpassa por este conceito, uma busca de conceituações, definições, bem como desvelar seus mitos se faz necessária para um melhor entendimento desta realidade que é ser camponês. Por fim, após a discussão do ser camponês, buscou-se entender o camponês de Itabaiana a partir da realidade apreendida no trabalho de campo. A discussão acerca desse ser dependente ou autônomo foi propulsora na busca da compreensão deste sujeito dotado de singularidades.

O capítulo seguinte “As diferentes formas de reprodução do campesinato e a busca incessante pela sobrevivência” pesquisou numa primeira instância as tipologias do campesinato levando em consideração a diversidade de ocupações a que se submetem muitos camponeses. Em seguida, buscou-se entender o trabalho acessório como possibilidade/alternativa na medida em que este é desenvolvido por muitos

camponeses e aparece muitas vezes como a maneira encontrada para sobreviver no campo. O tópico seguinte, outras estratégias de reprodução: a produção para o auto consumo, a migração temporária e as práticas solidárias como o próprio título diz, versa sobre estratégias de reprodução do campesinato que estão além daquelas sujeitas ao capitalismo.

O último capítulo, “O outro lado da moeda: políticas públicas e campesinato” trás a discussão sobre Estado: regulador da sociedade e do espaço geográfico visando elucidar seu poder de controlar o espaço e a sociedade; benefícios previdenciários e programas sociais: manutenção x dependência discute o que são as políticas públicas (com destaque para os benefícios previdenciários e programas sociais) e o grau de dependência do camponês para com estas políticas. Por fim, pretendeu-se realizar uma discussão acerca do Bolsa Família e das rendas previdenciárias e seus impactos no espaço rural de Itabaiana

2. O SER CAMPONÊS E A SUJEIÇÃO DA AGRICULTURA AO CAPITAL

Este capítulo trás uma discussão acerca da agricultura e do campesinato numa abordagem que objetiva num primeiro momento analisá-los a partir de sua inserção no espaço geográfico. Com a subordinação da agricultura ao capital, a discussão pautada na figura do camponês ganha ainda mais destaque no que pese sua conceituação, autonomia e/ou dependência. Assim, o espaço rural é dotado de particularidades que o diferencia do urbano, mas ao mesmo tempo ele é parte integrante do todo – espaço geográfico.

2.1 Espaço geográfico: diferenciado, porém complementar para o capital

A relação entre o homem e a natureza sempre existiu. É certo que os níveis de interação e complexidade foram aumentando à medida que o avanço da técnica, das forças produtivas ou mesmo do sistema capitalista se estabelecia. Contudo, a relação de dependência do homem à natureza constrói, desde tempos pretéritos, o que se convencionou chamar de espaço geográfico.

As sociedades primitivas, por exemplo, se relacionavam com a natureza a medida que esta “permitia”, pois as técnicas rudimentares eram capazes de fazer muito pouco além daquilo cedido pela própria natureza. O espaço ainda não se tornara um valor (capitalista), mas o espaço capaz de suprir o necessário a sobrevivência humana.

Com o avanço das técnicas e das relações de trabalho, o espaço (natureza) tornara-se um local possível de moradia e trabalho fixos, pois as forças produtivas começavam a ser “capazes” de suprir as necessidades básicas do homem, sem mais haver a necessidade emergente de busca pela “nova natureza”. Neste momento o solo começa a ser imbuído de valor (de uso), tendo em vista que este passa a ser o meio de trabalho humano.

A partir de então, as forças produtivas são cada vez mais aprimoradas e capazes de aumentar a divisão do trabalho. As atividades produtivas crescem em número e isso acarreta na valorização do espaço. Espaço este, geograficamente construído pelo homem. Nas palavras de Moraes e Costa (1999), com o avanço do capitalismo e das forças produtivas, “alargam-se os limites da sociabilidade e, com isto,

a rigidez dos lugares em sua singularidade infinita sucumbe progressivamente aos fluxos e, com eles, ao espaço global” (MORAES e COSTA, 1999, p.20).

Desta feita, percebe-se que este estágio ao qual se referem os autores condiz com a realidade da relação homem natureza (enquanto fornecedora de recursos), a medida que o espaço utilizado pelo homem não mais se limita àquele alcançado por suas mãos, mas aquele que apresenta relações que estão muito além das pessoais, relações estas antifroneiras, comerciais, financeiras e políticas.

O espaço geográfico torna-se então um espaço social pelo fato de ser o espaço construído pelas sociedades humanas.

O espaço geográfico é o espaço produzido, ou melhor, reproduzido pela sociedade. Ele é muito mais que simplesmente o lugar sobre o qual se localizam as coisas, os objetos ou os fenômenos. É muito mais complexo. Há uma inter-relação entre espaço e sociedade, visto que, a dinâmica da sociedade interfere no espaço geográfico, e por sua vez o espaço produzido interfere na sociedade.

Levando-se em consideração a sociedade e a natureza como elementos cruciais na constituição do espaço geográfico, este dotado de variáveis e elementos que o compõe, é imprescindível para sua compreensão o entendimento de que ele (o espaço) tem imbricado em si instâncias históricas capazes de mudar a sua conjuntura. Em outras palavras, o espaço constituído da relação sociedade natureza tem na sua essência a mudança, o diferente, o movimento. Basta dizer que a soma de paisagens, lugares dão o caráter do espaço, logo sua maior marca é a sociedade e a natureza em constante transformação.

Dentre as instâncias que estão inseridas no espaço, as formas, funções, processos e estruturas representam a sua configuração espacial.

As formas dizem respeito ao visível, o construído para a manifestação das funções e dos processos. Desta feita, as formas não são apenas o visível (vazio), mas elas são constituídas de conteúdo, uma vez que em cada forma se tem a representatividade do social. Por outro lado, se a forma é a representação do social, ela está sempre em mudança, à medida que a sociedade atribui ao conteúdo novas alterações e/ou dimensões (SANTOS, 2008).

A forma e o conteúdo estão interligados ao passo que um está no outro e, mais ainda cada um no outro dão caráter de importância na construção do espaço geográfico. Conforme expressa Santos (2008, p.13), “o movimento dialético entre forma e conteúdo, a que o espaço, soma dos dois, preside, é, igualmente, o movimento dialético do todo

social, apreendido na e através da realidade geográfica”. Logo, forma e conteúdo são partes da mesma trama que compõe o espaço e representa a realidade geográfica.

Além do conteúdo, as funções também são frutos das formas, bem como as funções geram novas formas, pois respectivamente a partir da forma, põem-se uma função em determinado espaço e/ou as funções geram novas formas ou dão às formas antigas novas funções. Os processos são frutos das transformações da sociedade visto que refletem tempo e mudança. Assim, pode-se afirmar que os processos estão em constante mudança principalmente devido ao acelerado processo de acontecimentos sejam no campo da ciência, informatização ou mesmo das relações sociais. Estrutura, por sua vez diz respeito ao modo de organização e construção na qual a forma está inserida (SANTOS, 2008).

Em geral, estrutura, forma, função e processo apesar de serem distintos, não se pode dissociá-los, pois ambos compõem a totalidade do entendimento do espaço geográfico e, ainda mais, ao analisá-los em conjunto são capazes de construir “uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade” (SANTOS, 2008, p.71).

Contudo, esse espaço (a partir da mundialização do capital) vem sofrendo contraditoriamente uma dicotomização, à medida que o espaço da cidade é o espaço mobilizador das relações comerciais, dos serviços, da tecnificação, em contrapartida o espaço do campo é quase sempre posto como o espaço rústico, do atraso, da produção agrícola, fadado ao desaparecimento.

Essa dicotomia mascara a lógica dominante do capitalismo, pois este mantém integrados e dependentes espaços que apesar de desiguais, têm entre si relações combinadas que favorecem a reprodução ampliada do capital.

Muito se tem discutido a respeito do “novo rural”. Agora o espaço do campo parece que “renasceu” à medida que se torna novo. É certo que novas formas e funções são aí estabelecidas a partir da própria lógica capitalista, entretanto o espaço é o mesmo, apenas com novas configurações espaciais (como também ocorre no espaço urbano).

Com o crescente avanço das forças produtivas, o homem utiliza técnicas capazes de modificar o espaço; este, por sua vez, depende de uma determinação externa que o domina e muitas vezes o faz refém do capital.

Os espaços aparecem cada vez mais como se diferenciando por sua carga de capital, pelo produto que criam e pelo lucro que engendram

e, em última análise, por seu desigual poder de atrair o capital. Tal como o homem, o espaço tornou-se mundial (SANTOS, 2003, p.139).

Os espaços rurais incluídos nesta trama capitalista, também refletem essa diferenciação oriunda da “carga de capital”. Estes, a depender do capital investido, apresentam configurações espaciais distintas. Espaços que antes dependiam da comunidade local e possuíam uma dinâmica própria, passam a depender de um sistema mais amplo composto pela dominação do capital.

O povoado Rio das Pedras localizado no município de Itabaiana apresenta bem nítido um caso deste tipo. Este apresenta uma comunidade tipicamente rural, com seus costumes e tradições. Na sua paisagem o espaço rural é dominado pela comunidade local a partir de um pequeno comércio, com borracharia e restaurante, por exemplo (Figura 03). As residências e as unidades de produção familiar agrícola compõem o cenário de um típico povoado rural do nordeste brasileiro. Perto dali, outro cenário rural: propriedade privada, criação de gado e agricultura, conforme pode ser observado na Figura 04.

FIGURA 03-Comunidade local e pequeno comércio, Povoado Rio das Pedras, 2010.



Foto: SANTANA, Gleise Campos Pinto, 2010.

FIGURA 04-Propriedade privada, criação de gado e agricultura, Povoado Rio das Pedras, 2010.



Foto: SANTANA, Gleise Campos Pinto, 2010.

De maneira geral os espaços, sejam eles urbanos ou rurais, são apenas dotados de singularidades que os distinguem em alguns aspectos, mas por outro lado eles fazem parte de um todo (espaço geográfico) e tem em comum a base que os domina e sustenta: o modo capitalista de produção.

Diante dessa assertiva é que se faz necessário analisar numa abordagem mais verticalizada o espaço rural do município de Itabaiana. Este, parte integrante do todo, apresenta relações sociais e de trabalho camponesas que, apesar de serem relações muitas vezes antagônicas aos dos cidadãos, são relações capazes de fazer acontecer o espaço rural na totalidade do espaço geográfico.

2.2 A submissão da agricultura ao capital

O avanço da ciência, das técnicas e das forças produtivas, têm trazido profundas transformações na sociedade e no mundo. A ciência que trazia reflexões e conhecimento científico em nome da justiça social, hoje muito mais, está a serviço do capital. Essa realidade mostra o quanto o capitalismo avança no que diz respeito a ocupar todos os espaços e o campo é claramente um exemplo, pois a agricultura brasileira está sujeita ao jogo do capital. Está sujeita porque a terra tem para o capital

um valor rentista, ou seja, a terra tem, em especial no Brasil um caráter de reserva de valor, daí a concentração de terra existente no país.

Apesar disso, o uso do solo no campo brasileiro ora é marcado pela concentração de terra dos latifúndios, ora pela unidade camponesa, o que representa usos de terra contraditório e divergente no que concerne os interesses (extração da renda da terra/sobrevivência familiar).

2.2.1 Técnica e agricultura: industrialização e dependência

“A agricultura marcha a passos largos para a industrialização” (GUIMARÃES, 1982, p.25). Essa afirmativa para os dias atuais parece pelo menos, atrasada, tendo em vista que este processo de industrialização vem ocorrendo há algumas décadas no campo brasileiro, contudo ainda é pertinente aos dias atuais.

No período feudal, de acordo com Guimarães (1982), a agricultura (apesar de sua quase auto-suficiência devido a produção além da agrícola, artesanal), [...] “e a indústria constituíam uma unidade territorialmente integrada” (GUIMARÃES, 1982, p.27). Entretanto, a agricultura era a atividade mais importante, a principal fonte de riqueza social. E assim perdurou até o avanço industrial quando a indústria passou a ser a atividades mais importante, de maior geração de renda para o capitalismo.

O setor agrário brasileiro, a partir das décadas de 1970 e 1980, passou por transformações profundas de caráter econômico, político e social. E essas transformações geraram para o campo uma atenção jamais vista antes. A igreja, partidos políticos e mesmo o Estado passam a se interessar muito mais por questões que envolvem o agrário brasileiro. As transformações dizem respeito principalmente ao aumento na produção de alimentos, na construção do excedente voltado para a exportação.

Entender a realidade agrária brasileira implica ter um conhecimento dos processos históricos e sociais que aconteceram (ou acontecem) em todo o país, pois não se faz análise e entendimento da realidade a partir apenas do objeto principal (neste caso o setor agrário), mas através de todo o contexto, pois conforme Gonçalves Neto (1997),

[...] antes de entrarmos na discussão da questão agrária propriamente dita, precisamos vincular esse tema à totalidade econômico-político-social do período para que não caiamos no perigoso deslize de se analisar problemas em separado, como se tivessem vida – e soluções –

próprias no interior de uma sociedade (GONÇALVES NETO, 1997, p.24).

Para tanto, faz-se necessário uma análise da realidade brasileira no tocante ao desenvolvimento econômico e político.

Foi nos anos de 1960 que o Brasil sofreu o declínio do modelo de substituição de importação. Isso, por sua vez, acarretou a necessidade de um acelerado processo de industrialização no país (era a substituição da importação pelo investimento na industrialização). Contudo, esse investimento necessitava de um grande aumento de matéria-prima disponível para a produção interna e de capital. Entra em cena o Estado como investidor que na figura de Juscelino Kubitschek implementa o Programa ou Plano de Metas com o objetivo de “fazer crescer” o país. Este plano investiu (além do setor industrial) no setor agrícola da economia brasileira. Contudo, o setor agrícola foi restringido aos investimentos de capital que levaram ao desenvolvimento do complexo agroindustrial brasileiro. Para o setor agrário (além do complexo agroindustrial), restou somente o incentivo ao processo de mecanização e o uso de fertilizantes (isso com o objetivo de desenvolver indústrias desse setor no país).

O Plano de Metas que acreditava no crescimento econômico a partir da industrialização não conseguiu o avanço da economia. Cria-se então o II Plano Nacional de Desenvolvimento (2ª metade da década de 1970) com o objetivo de investir na indústria de bens de capital e de insumos básicos. Neste período de 1960 e fim de 1970, a questão agrária gerou debates em torno da modernização da agricultura e de propostas de reforma agrária.

Esta questão da modernização [...] levará a formação de desequilíbrios na estrutura produtiva rural, para um avanço considerável das culturas de exportação sobre as de consumo doméstico. E este processo, analisado em seu conjunto, levará ao desenvolvimento do complexo agroindustrial brasileiro, que se transformará no agente determinante do crescimento do setor agrícola (GONÇALVES NETO, 1997, p.38).

No tocante a situação política, o Brasil precisava romper com a dependência externa e mais ainda, no nível interno, articular os setores industrial e agrícola (pois a indústria continuava dependendo do setor agrícola para se desenvolver). A indústria jamais cresceria se não fosse junto à agricultura; por outro lado, a agricultura “deve suprir as necessidades de bens de capital e intermediários de produção externa, antes de simplesmente servir para o pagamento dos bens de consumo; desse modo, a necessidade

de mantê-la ativa é evidente por si mesma” (Oliveira, 1975, p.15 *apud* Gonçalves Neto, 1997, p.40).

2.2.2- Política pública e questão agrária: concentração fundiária e campesinato

Dentro desse contexto econômico e político brasileiro está a economia agrícola que precisa manter um crescimento constante, e para isso permanece enquanto instância de investimento do Estado, para se manter no mercado, logo dentro do sistema capitalista. Para tanto, o capital estrangeiro e o Estado são interessados, pois o avanço da agricultura (capitalista) trás resultados altamente significativos no que tange aos interesses lucrativos típicos do sistema capitalista. Contudo, o que se discutia era o aspecto de atraso que a agricultura trazia. Pois como crescer o setor industrial se a agricultura (sua possível aliada) é atrasada, arcaica?

Para tanto, faz-se necessário romper com o até então modelo de agricultura brasileira, pois ela estava sendo vista como um entrave ao processo de desenvolvimento econômico. Como bem coloca Gonçalves Neto (1997, p.53), “para a definição dos novos caminhos da indústria [...] colocava-se a necessidade de profundas alterações no meio rural, sem o que não poderia ser aprofundada a industrialização da sociedade brasileira”.

A agricultura ao longo do tempo tem sido o caráter preponderante do camponês. É a partir do trabalho agrícola que se materializa sua maior ligação com a terra, que vai para além do financeiro. Com a expansão do capital no campo, a terra antes com valor apenas de uso, passa a ser “alvo” de interesse comercial, capitalizado. Agora o valor é de troca, ela se tornara mercadoria, com isso à agricultura ganha também uma nova roupagem, ela “[...] não é mais a atividade sedentária submetida a codificação tradicional. Ela capta os fluxos de capitais, rendas e mão-de-obra.” (VERGOPOULOS, 1977, p. 85).

De acordo com Amim (1977), as relações de produção capitalistas centrais aconteceram primeiro com a agricultura, ao contrário do que se costuma dizer (que foi a indústria que absorveu primeiro o crescimento do capitalismo). Sua tese defende três etapas do processo histórico que correspondem sempre a relações da agricultura com outras atividades (manufatura, comércio, indústria).

A primeira etapa é qualificada como a do mercantilismo (séculos XV- XIX), onde ocorreu a mercantilização da agricultura e a desagregação das relações feudais. Aí

o camponês tem acesso a terra, a renda é paga em espécie e os primeiros investimentos em melhoramentos fundiários e venda de parte da produção acontecem. O trabalho assalariado começa a se desenvolver rapidamente no campo enquanto que nas cidades, a manufatura utiliza pouca mão-de-obra assalariada. Neste período, “o desenvolvimento das relações capitalistas é limitado, no campo, pela exigüidade do mercado urbano que, ainda pré-industrial, dispõe apenas de ofertas limitadas”. (AMIM, 1977, p.23).

A segunda etapa foi marcada pela realização e desenvolvimento do modo de produção capitalista na indústria (século XIX). Agora a indústria precisa investir na produção para sua oferta ser compatível com a dos produtos agrícolas. Ocorre a aliança da nova burguesia com os proprietários de terra (propriedade fundiária) e a propriedade da terra tornada privada, expulsa o excedente da população do campo que servirá de proletariado na cidade. É neste momento que “o desvio entre a modernização da indústria e a relativa estagnação da agricultura se revela (AMIM, 1977, p.24).

E, finalmente, a última etapa é caracterizada pela industrialização da agricultura (século XX). Nesta fase a agricultura se industrializa devido à necessidade de fornecimento de produtos à cidade e, para tanto, começou a fazer uso de insumos e maquinários.

Sabe-se que esta realidade aqui tratada por Amim (1977), relata a realidade dos países europeus, denominados por ele de capitalistas centrais. Contudo, a realidade brasileira não está muito distante, pois é notória a presença do capitalismo no campo e que este último está a serviço da cidade. Mas, segundo o mesmo autor, nos países de capitalismo periférico, a revolução agrícola não precede à industrial.

Ramos Filho (2005), aborda de forma sintética as principais diretrizes implementadas pelos governos do período militar (1964-1984), da redemocratização do país (1985-1993) e os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Para ele, no primeiro período analisado, o militar, a política agrária tinha o objetivo de acelerar o desenvolvimento do capitalismo no campo, privilegiando empresas nacionais e estrangeiras via incentivos financeiros. Ainda houve neste período, a política de colonização do Norte e Centro-Oeste do país e um fortalecimento dos movimentos sociais. No segundo período analisado, de 1985 a 1993, a possibilidade de se fazer reforma agrária foi deixada de lado e coube aos camponeses aumentarem a pressão no campo, intensificar o processo de luta pela terra. No período de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que houve a tentativa de despolitização da luta camponesa através da legalidade (medidas provisórias como a de 23 de fevereiro de 2003 nº 2.109-49 que

instituiu a exclusão de reforma agrária aos trabalhadores rurais), da mídia e de medidas político-científico-ideológicas com a “ajuda” de políticos e cientistas para dar suporte teórico a projetos concebidos para o “desenvolvimento” do campo brasileiro.

A partir da década de 1960, programas criados e financiados pelo Estado envolviam o setor agrário brasileiro. Locatel (2010) apresenta alguns planos e programas de governo que, de maneira geral, pretendiam modernizar a agricultura e aumentar a produtividade. No governo Costa e Silva, o objetivo para o setor agrário era elevar a produção e a produtividade, incentivar o uso de insumos industrializados, industrializar o campo e fortalecer o crédito rural. No governo Médici, com o I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND (1972-1974) coube ao setor agrícola, desenvolver uma agricultura moderna no Centro-Sul, introduzir tecnologias para facilitar a agricultura nordestina, modernizar a comercialização dos produtos agrícolas.

Como se pode perceber, as “propostas” para o setor agrícola versam apenas pelo viés da mecanização, modernização, sem levar em conta questões que envolvem problemas de ordem social ou ambiental, por exemplo. Como adverte Locatel, [...] “mesmo não tendo se estendido a todas as regiões, culturas e categorias de produtores rurais, os impactos, bons e ruins, causados pelo processo de modernização, se fizeram sentir em toda a agricultura brasileira” (LOCATEL, 2010, p. 321).

De forma geral, as políticas, independente do governo, quase nunca priorizaram o camponês, o que há na verdade, é um pacto entre políticos, empresários rurais, órgãos estatais que em muitos casos, são representados pela mesma pessoa.

Paulino e Almeida (2010) afirmam que após o Golpe Militar de 1964, a questão agrária expressa novos contornos em que através de incentivos fiscais, grandes capitalistas (nacionais e estrangeiros) passam a concentrar um caráter empresarial na atividade agrícola.

Para Muller (1980, p. 83 e 84) “a organização tradicional ou primitiva da agricultura, que combinava terra com mão-de-obra em fazendas e sítios, é substituída pela organização com bases técnicas em grandes e pequenas empresas”. Com base desta citação, pode-se afirmar que à agricultura foi incorporada ao processo de tecnificação, ou seja, aquilo que antes dispndia apenas de mão-de-obra, terra e condições ambientais favoráveis, agora requer insumos, fertilizantes, máquinas, entre outros. É o capital constante que faz acontecer às condições de produção no espaço rural.

Contudo, essa modernização tão propalada do cenário rural brasileiro não é homogênea, pelo contrário, é desigual assim como todo produto que é fruto do avanço

do capitalismo. Mesmo assim, ela interfere nas relações assalariadas e familiares de produção, pois em ambas ocorre a intensificação da exploração do trabalho.

Logicamente, a relação do camponês com a agricultura é alterada; se a agricultura não é mais a atividade sedentária tradicional, o camponês não lida com ela da mesma forma simplificada. Submetido muitas vezes as leis do mercado, o trabalho agrícola exige do camponês agora uma submissão tal, que ele não mais produz apenas o que lhe interessa, e ainda surge a necessidade de buscar meios de produção que ampliem a capacidade produtiva do trabalho agrícola.

Todavia, mesmo o camponês estando submetido a um trabalho que está subjugado ao capital, sua pequena produção “[...] está longe de encontrar-se em vias de desaparecimento” (VERGOPOULOS, 1977, p.47), pois o sistema capitalista decide manter seus próprios resíduos sociais: ora liquida-os, ora recupera-os. Assim, é o capitalismo que permite a manutenção do campesinato, pois isso lhe assegura a renda e “o camponês integra-se ao sistema explorando o seu trabalho e o dos membros de sua família” (VERGOPOULOS, 1977, p.47). E, como somente com a exploração e o trabalho agrícola permitidos pelo capitalismo não é possível se manter, outras rendas auxiliam na manutenção e reprodução da família camponesa (e o próprio Estado, na atualidade, permite que elas existam).

Entretanto, para discutir a expansão do capitalismo no campo, é preciso esclarecer aqui a concepção teórica presente neste trabalho, devido a divergentes concepções que existem. Alguns autores tais como Alberto Passos Guimarães (1977) defendem a idéia da existência de relações semi-feudais de produção no campo que atualmente foram (e estão sendo) substituídas por relações capitalistas. Para os autores que seguem essa tese, a partir do momento que o capitalismo adentra no campo, o camponês corre o risco de sofrer um processo de separação dos laços comunitários tradicionais e se tornar um produtor individual. Ele passa a se envolver na economia de mercado, que, por sua vez, acarretará num possível endividamento até que, por fim, aquele que fora um dia camponês, se tornara um proletário rural.

Outra concepção defende que pelo fato do capitalismo estar inserido no campo, o camponês está fadado ao desaparecimento; suas terras serão expropriadas e, como consequência, se tornarão proletários. Seguindo esta concepção estão os clássicos Karl Kautsky (1980), Vladimir I. Lênin (1982), além de Caio Prado Júnior (1972).

A concepção aqui defendida e baseada em José de Souza Martins (1983), Samir Amim e Kostas Vergopoulos (1977) e Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2002) é

a de que o desenvolvimento do capitalismo no campo mantém especificamente relações capitalistas de produção e ao mesmo tempo, relações não capitalistas de produção – que são as relações camponesas, ou seja, esse desenvolvimento é contraditório e combinado.

Essa problemática de concepções divergentes ocorre muitas vezes pelo fato de estudos acerca da economia brasileira e mesmo da agricultura, serem fundamentados em teorias “estrangeiras”. É a busca de teoria de “fora” para adequar a realidade de “dentro”. Em relação a isso, Prado Júnior (1968) versa severas críticas. Segundo o autor, o problema está em se buscar primeiro textos, teorias consagradas para então adequar a realidade. Alguns dos conceitos “importados” para tentar explicar a realidade brasileira são os de latifúndio, camponeses ricos, médios e pobres, restos feudais ou semif feudais. Por exemplo, segundo interpretações da esquerda, “o latifúndio constituiria uma sobrevivência “arcaica” de natureza feudal ou semifeudal, hoje inteiramente obsoleta e ultrapassada pelas exigências do desenvolvimento econômico” (PRADO JÚNIOR, 1968, p.112). Baseado nesta citação pode-se entender a crítica feita por Prado Júnior (1968) a respeito de “adequar a realidade para caber na teoria”, pois trazer para a realidade agrária brasileira a idéia de que o latifúndio é arcaico, ultrapassado é ao menos não perceber a problemática atual do campo brasileiro, que é a concentração de terra. Assim, é preciso conhecer a realidade antes de engessar teorias e, ainda aplicar conceitos somente de acordo com cada lugar e época. É preciso contextualizar a realidade.

O avanço do capitalismo no campo, a partir da década de 1960, é baseado no processo de industrialização, em que muitas vezes o camponês tem de produzir aquilo que é exigido pelo mercado, para atender as necessidades de exportação de produtos agrícolas brasileiros. Essa realidade é o que Oliveira (2002) denomina de “modo industrial de produzir no campo”. Ou seja, aquilo que era pra ser a autonomia camponesa – a produção agrícola –, passa a ser a submissão da agricultura ao capital.

Para o autor “de uma forma geral, poder-se-ia dizer que as culturas de exportação têm sido responsáveis pela caracterização básica da agricultura especificamente capitalista (OLIVEIRA, 2002, p. 91). Contudo, cabe salientar que esse avanço industrial no campo, via tecnificação do processo produtivo, não ocorre de forma homogênea em todos os estabelecimentos e em todo o país. Pois, é sabido a discrepância que há entre pequenas propriedades de unidade familiar camponesa e grandes propriedades latifundiárias, que utilizam muitas vezes a mão-de-obra camponesa que, por necessidade se assalaria na busca de complementar a renda a partir

de um trabalho acessório. Essa realidade torna visível o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no campo brasileiro.

O tempo de trabalho e produção diverge da agricultura para a indústria. Na agricultura,

o tempo da produção é o tempo da natureza, em que a ação humana entra apenas como coadjuvante. Em outros termos, o trabalho auxilia a produção, mas não pode realizá-la. Há que se esperar todo um ciclo, que chega a se prolongar por meses e por anos (PAULINO, 2006, p.116).

De imediato, chega-se a pensar que por esse tempo do trabalho agrícola ser incompatível com o imediatismo do capitalista, o trabalho agrícola não favorece muito ao acúmulo de capital – objetivo primordial do capitalista. Todavia, apesar do “tempo lento” da agricultura, esse trabalho auferir renda e lucro e ainda, devido o capitalista ter interesse em dominar todos os espaços e a sociedade, a agricultura faz parte dessa dominação.

Por outro viés, pode-se dizer que com o avanço da técnica no campo, o tempo de produção na agricultura não é mais tão lento havendo a necessidade de se esperar meses ou ano, pois “[...] a agricultura tipicamente capitalista se expande em setores de atividade onde o tempo de produção pode ser reduzido com sucesso, sendo descartados os setores dependentes naturalmente desse hiato temporal” (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p.31).

Contudo, é certo que

[...] a agricultura como já demonstrado, não é similar à indústria ou qualquer outra atividade própria do urbano, por duas razões: primeiro, por ser uma atividade que se divide entre a produção tipicamente capitalista, baseada no assalariamento e na concentração de capitais para empreender a exploração agrícola, [...]. Segundo, porque a terra na agricultura não comparece como base de alocação, mas fundamentalmente como fonte de uma produção cuja natureza é a extensão e o intercâmbio como variáveis naturais que envolvem clima, solo, relevo e ciclos biológicos específicos (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p.71).

Além da presença das relações capitalistas no campo, relações não capitalistas também se fazem presentes e são permitidas pelo próprio sistema capitalista. Oliveira (2002) destaca que

esse processo contraditório de desenvolvimento da agricultura ocorre nas formas articuladas pelos próprios capitalistas, que se utilizam de relações de trabalho familiares para não terem que investir na contratação de mão-de-obra assalariada uma parte do seu capital. Ao mesmo tempo, utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem

uma parte do fruto do trabalho dos camponeses proprietários, parceiros, rendeiros ou posseiros, convertendo-o em mercadoria e ao vendê-la, convertem-na em dinheiro. Assim, transformam, realizam a metamorfose da renda da terra ao capital. Esse processo nada mais é do que o processo de produção de capital, que se faz por meio de relações não-capitalistas (OLIVEIRA, 2002, p.80).

É seguindo essa lógica que se pode afirmar que o próprio capital apesar de imbricado no campo mantém o camponês sem extinguí-lo e permite a existência de relações não capitalistas, pois ambos, mesmo que indiretamente, são benéficos ao seu crescimento e monopólio.

As relações de trabalho tanto familiares quanto assalariadas tem aumentado no campo brasileiro, sendo o trabalho assalariado, seja ele temporário ou permanente, predominante nos estabelecimentos com mais de 1.000ha e o familiar nos pequenos estabelecimentos com menos de 100ha (OLIVEIRA, 2002). Essas duas relações representam no campo, formas de produção familiares e assalariadas, o que respectivamente está presente nos estabelecimentos de unidade familiar camponesa e estabelecimentos capitalistas no campo.

O campo brasileiro vem passando nos últimos tempos por um reordenamento territorial devido o caráter capitalista que vem sendo dado a agricultura, isto é, a expansão das culturas de exportação tem gerado a necessidade de produção em grande escala de produtos agrícolas diferentes daqueles que historicamente fazem parte da mesa dos trabalhadores. Esse reordenamento protagonizado pela ação do Estado que com incentivos fiscais, criação de políticas públicas “facilitam” a ação de grandes empresas capitalistas no campo. Para ser mais claro, esse reordenamento acontece via implementação de culturas (como a soja e o trigo), formação de grandes cooperativas, projetos de irrigação e até criação de pólos como o Polocentro, Polonordeste e Poloamazônia.

Como resultado de toda expansão capitalista no campo, tem-se ainda a intensificação da luta pela terra daqueles que foram expropriados, excluídos e marginalizados desse processo. Apesar da pertinência de se falar em movimentos que lutam pela terra no Brasil, não cabe aqui discuti-los.

A intensificação do processo industrial no campo gerada pela submissão da agricultura ao capital tem eliminado a separação que o próprio capitalismo causou: cidade e campo. Em outras palavras, historicamente com a expansão do capitalismo a indústria foi feita para a cidade e a agricultura para o campo. Entretanto, hoje pode-se

dizer que essa unidade contraditória vem sendo rompida, pois a indústria apodera-se do campo, trabalhadores rurais invadem a cidade para fazer greve, trabalhadores urbanos vão para as indústrias localizadas no espaço rural, camponeses vão vender seus produtos nas cidades. É desta forma que “[...] a compreensão dos processos que atuam na construção/expansão de grande parte das cidades passa pela igualmente necessária compreensão dos processos que atuam no campo” (OLIVEIRA, 2002, p. 104).

Os processos contraditórios do desenvolvimento capitalista no campo geram amarras entre capitalistas, trabalhadores e proprietários de terra. Às vezes o proprietário da terra e o capitalista são uma só pessoa – neste caso, o capital se territorializou no campo; outras vezes, o proprietário da terra e o trabalhador são uma só pessoa e o capitalista é uma empresa industrial, o trabalhador e o proprietário é o camponês que se especializa e passa a produzir para o mercado, porém sem ter controle sobre a circulação das mercadorias, que é realizada por uma empresa ou mais – aí o capital monopoliza o território sem territorializar-se, é a monopolização do território pelo capital (PAULINO e ALMEIDA, 2010).

Pode-se afirmar que as duas situações mostram claramente o poder operante do capitalismo no campo, mas, apesar disso, mostra também que o espaço do camponês está reservado, que esse sujeito social continua a se fazer presente no cenário do campo brasileiro e sua extinção está longe de acontecer, pois o próprio capital assim o permite.

Falar em expansão do capitalismo no campo é falar ao mesmo tempo dos camponeses que são expropriados de suas terras e dos camponeses que se transformam em proletários rurais, em trabalhadores sem terra e em simples produtores de mercadorias para o capital, pois “se os camponeses não são expulsos da terra, isso é por causa da expansão do capitalismo, se são expulsos também é por causa da expansão do capitalismo” (MARTINS, 1983, p.151). A expansão do capitalismo no campo objetiva, por um lado, fazer do camponês um trabalhador livre: livre dos meios de produção e dono da propriedade da força de trabalho (seus braços, seu próprio corpo). Com isso, o trabalhador rural vende sua força de trabalho para receber em troca um salário – necessário para que ele se reproduza enquanto trabalhador e volte a vender a força de trabalho. A sua sujeição ao capitalismo se dá justamente por não possuir os instrumentos de trabalho de que necessita para realizar o trabalho; os instrumentos são do capitalista. Por outro lado, há o camponês que permanece com os meios de produção, porém sua produção é monopolizada pelos atravessadores e empresas agrocomerciais ou agroindustriais.

2.2.3 Renda da terra: a lógica de reprodução do capital no campo

Sendo a terra um bem natural que não pode ser reproduzido ou criado pelo trabalho, ela não é produto do trabalho assalariado. Ela é instrumento de trabalho do capitalista, mas ao contrário da força de trabalho que deve ser paga por um salário, a terra, para que o capitalista a possua deve-se pagar uma renda. E essa renda pode ser o “obstáculo” do avanço do capitalismo no campo, pois ela só poderá ser paga com o consentimento do proprietário da terra, ou seja, o capitalista só pode expandir-se no campo, se o proprietário da terra assim permitir. Ocorre diferente somente se o capitalista e o proprietário da terra for uma só pessoa. Neste caso o obstáculo não existe e a expansão é altamente facilitada.

Se a terra é o fator diferencial da expansão do capitalismo no campo, a renda da terra é a materialização do processo de acumulação de capital. Ela é o lucro extraordinário, é o lucro que está acima do lucro médio.

A renda da terra pode-se dizer, é o ganho de capital pelo proprietário da terra que é gerada a partir do trabalho, de investimentos e até da própria natureza do solo. Ela acontece tanto no campo quanto na cidade, pois em ambas a terra é componente importante (seja para a efetivação do trabalho industrial ou agrícola). Entretanto, na cidade essa renda é temporária, eventual devido ao avanço tecnológico, a condições de produção mais vantajosas, que pode num lapso de tempo muito curto, esse avanço perder sua característica de “geração de renda” do solo. Por outro lado, a renda da terra no solo rural é permanente, pois esse lucro extraordinário se dá devido a fatores naturais que independem de investimentos externos, tais como a localização ou a fertilidade do terreno.

Toda terra por pior que seja, aufere renda, pois toda terra tem trabalho e este gera renda. Como exemplo, basta dizer que para o camponês a terra não tem valor, tem trabalho e mesmo sem valor (para ele), ela vai gerar renda. É pelo fato da renda ser fruto do trabalho na terra, que o proprietário fundiário investe na mesma. Ele compra insumos, fertilizantes, máquinas para que o trabalho gere uma renda maior. Contudo, logicamente há terras com solos mais férteis que outras e esse fator natural por si só gera renda superior ou inferior (a depender da fertilidade).

De acordo com Paulino e Almeida (2010), a renda da terra é uma modalidade de riqueza dos proprietários de terra. Para as autoras, a renda da terra trata-se do “tributo

que todos os seres humanos inseridos na ordem mercantil, sem exceção, lhe pagam. Não raro, fazem-no sem se aperceber, pois rigorosamente tudo emana direta ou indiretamente da terra, o substrato material da vida” (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p.10).

A renda da terra apesar de beneficiar o capitalista proprietário da terra, ela não é paga por ele. É paga por toda sociedade à medida que há a necessidade de consumir alimento e de ter um terreno próprio. Assim ela não é um tributo pessoal, mas um tributo social.

Segundo Oliveira (2002), a renda da terra pode derivar do modo capitalista de produção que são a renda diferencial e a renda absoluta e ainda têm-se as rendas da terra que contraditoriamente, são pré-capitalistas (apesar de estarem inseridas nas relações capitalistas de produção): renda da terra em trabalho, renda da terra em produto e renda da terra em dinheiro.

A renda diferencial é dividida em diferencial I e II. A renda diferencial I independe de capital aplicado, ela é gerada de forma natural. A fertilidade do solo e a localização (com relação ao mercado) geram a determinada produção uma renda diferencial (Oliveira, 2007). A renda diferencial II, ao contrário, decorre do investimento em capitais para melhorar a fertilidade dos solos. Essa renda é obtida quando o proprietário investe na melhoria da produção do solo. Coloca-se, neste caso, um capital adicional no investimento da produção para atingir, ao final, o lucro extraordinário maior do que o conseguido apenas com a renda diferencial I (Oliveira, 2007).

Em se tratando das rendas da terra pré-capitalista, a renda da terra em trabalho consiste na renda que é auferida por alguém que trabalha na terra do proprietário, parte da terra é cedida para ser lavrada por um trabalhador; a renda da terra em produto acontece quando o trabalhador cede parte da produção pelo fato de estar cultivando terra de outrem; e, a renda da terra em dinheiro se origina da conversão da renda da terra em produto em renda da terra em dinheiro (OLIVEIRA, 2007).

A renda absoluta, resultante do monopólio, é obtida mediante a elevação dos produtos agrícolas acima do custo de produção, por isso se diz que a renda da terra é paga pela sociedade. O proprietário fundiário tem uma série de vantagens que possibilita a elevação da renda da terra, dentre elas estão à necessidade que a população tem de se alimentar, aumento da população, aumento no preço real das matérias primas.

Segundo Marx (2008, p.69), “cada melhoria na situação da sociedade tende, quer direta quer indiretamente, a elevar a renda, aumentar a riqueza real do proprietário, isto é, o seu poder de comprar trabalho alheio ou o produto deste último”.

Assim, a renda absoluta da terra é auferida a partir da produção na mesma (mercadoria) ou com a venda da propriedade.

Só a extinção da propriedade privada do solo pode por fim a este tipo de renda da terra, caso contrário, a sociedade inteira terá que pagar sempre, aos proprietários de terras, este verdadeiro tributo, para que as terras sejam colocadas para produzir (OLIVEIRA, 2002, p.57).

Os mecanismos de apropriação da renda da terra são muitos e envolvem indústria e agricultura, camponeses e capitalistas. Paulino (2006) define os mecanismos:

- Preço da matéria prima baixo – parte da possível renda dos camponeses vai para os industriais (o que empobrece os camponeses);
- Aumento do preço da matéria prima – o campesinato poderá ficar com parte da riqueza e o industriário garantirá sua taxa de lucro a depender do preço do produto final;
- A matéria prima gera para o camponês o equivalente ao valor do trabalho realizado contido nela – o camponês fica com a renda produzida por sua mercadoria e o capitalista vai receber lucro a partir do trabalho industrial.
- O camponês recebe menos pela sua produção devido a queda no preço do produto final – o camponês doa parte do seu trabalho a toda a sociedade, transferindo sob a forma de renda da terra.

Visto esses exemplos de mecanismos de apropriação da renda da terra, percebe-se que há um jogo de interesses comum entre indústria e agricultura em que o objetivo é abarcar a maior renda e lucro possíveis. E o camponês (a partir da sua produção de mercadoria) é o epicentro da disputa; ele está no jogo como peça fundamental para ser usada.

Para tentar fugir desse jogo, o camponês deve entrar em outro; num drible capaz de entrecortar as artimanhas dos capitalistas.

A diversificação da produção é uma maneira de se proteger das formas predatórias de extração de renda, perpetradas por diferentes agentes do capital. Assim, quanto maior for a variedade de cultivos, criações e demais atividades afeitas, menor a vulnerabilidade e maior a possibilidade de os camponeses se apropriarem da renda gerada internamente (PAULINO, 2006, p.112).

Talvez seja por ter ciência disso que o Estado junto aos grandes capitalistas e industriais vem incentivando a prática da monocultura como estratégia de crescimento e dominação do capital no campo.

Além disso, a monocultura para o capital traz resultados mais rápidos, pois o tempo de trabalho e o tempo de produção são muito mais compatíveis que na diversidade da produção. Conforme evidencia Martins, “[...] o capital tem se apropriado diretamente de grandes propriedades ou promovido a sua formação em setores econômicos do campo em que a renda da terra é alta, como no caso da cana, da soja, da pecuária de corte” (Martins, 1981, p.175 *apud* Paulino e Almeida, 2010, p.32).

Ainda sobre a renda da terra, uma questão é colocada: sendo a renda da terra inerente a todo solo, a toda propriedade, a terra do camponês gera renda?

Em outras palavras, o camponês obtém renda da terra? É lógico que na reprodução camponesa a renda da terra não é o objetivo a ser conquistado. Sabe-se também que o camponês não dispõe de capital para fazer investimentos do mesmo para melhorar a produtividade do solo. Contudo duas questões (de ordem natural) são inerentes a todo e qualquer solo: a fertilidade natural e a localização – ambas características da renda diferencial I (discutidas anteriormente). Assim sendo, a terra camponesa (assim como qualquer outra terra), gera renda que, de acordo com Paulino e Almeida (2010), é convertida no aumento da produção e no rendimento da unidade familiar de produção. Isso, por sua vez, acarretará numa melhor qualidade de vida e menor penosidade e dispêndio de horas de trabalho na agricultura.

Não se pode esquecer que essa renda não vai gerar para o camponês um lucro extraordinário, nem tampouco vai torná-lo um capitalista. Essa é a renda camponesa, pois é convertida em bem estar.

Paulino e Almeida (2010), baseadas nas contribuições de Chayanov (1974), ao explicar a diferença básica entre camponeses e capitalistas no tocante a renda da terra afirmam:

É fundamentalmente isso que distingue a família camponesa do empresário capitalista, pois enquanto o capitalista investe nos setores mais lucrativos, [...] a família camponesa cessa imediatamente o trabalho ao alcançar o equilíbrio trabalho/consumo, pois seu objetivo é reproduzir-se enquanto unidade de produção econômica camponesa (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p.43).

Considerar o campo brasileiro com base em generalizações ou mesmo de dados numéricos acerca de produtividade é obscurecer a realidade agrária,

mascarando os contrastes, negando as contradições. Contudo, o que se percebe é que o lado do agronegócio, da *agrobusiness* é o mais notório e visível seja nos dados estatísticos, na mídia, nas plenárias federais. Mas essa ênfase na “parte produtiva” do campo em detrimento dos trabalhadores rurais camponeses ocorre de forma proposital. Conforme assevera Paulino,

A via que legitima o monopólio fundiário é a mesma que destitui de valor as potencialidades socioeconômicas da agricultura camponesa; provavelmente em razão de a mesma ser portadora de uma racionalidade própria, assentada em métodos e técnicas que transcendem a perspectiva monetária (PAULINO, 2006, p.105).

Como esclarece a própria autora, este fato ocorre devido a agricultura camponesa estar sustentada em técnicas, valores contrários àqueles dos capitalistas rurais. Trata-se de outro modo de vida que se baseia na produção para sobrevivência familiar e não para acumulação. Todavia, desprezar uma parcela altamente significativa do espaço rural por não compactuar com interesses hegemônicos do Estado e dos agroindustriais é negar boa parte da realidade, pois “o propósito de operar generalizações acaba por sentenciar o desenvolvimento da agricultura a um processo linear e homogêneo, como se no campo não houvesse enormes diferenças culturais, sociais e econômicas” (PAULINO, 2006, p.105).

Com base na realidade da permanência do camponês no campo brasileiro, é que se pretende entender quem é esse sujeito, como ele está inserido na relação econômica atual, bem como conhecer suas potencialidades.

2.3 Camponês: mitos e realidades

Falar de camponês é falar de um modo de vida inserido no modo de produção capitalista, mas que ao mesmo tempo em que está inserido, ele não pode ser denominado capitalista. Não pode porque este grupo desenvolve seu trabalho na terra (que é sua condição de vida) para manter-se na mesma. Não ocorre acúmulo de capital, pois não há lucro, o camponês apenas sobrevive (e vive) a partir da produção simples de mercadoria. É esse seu objetivo.

O camponês é diferente do trabalhador industrial, porque sua formação política e social difere do homem da cidade. O operário da fábrica é destituído dos meios de

produção, sem ferramentas, máquinas, sua única propriedade é a força de trabalho, que é a única capaz de lhe dá a sobrevivência. “Enquanto a mercadoria do operário é força de trabalho, a mercadoria do lavrador é o produto do seu trabalho” (MARTINS, 1983, p. 16). Desta forma, pode-se perceber a diferença entre um e outro: enquanto o operário, conforme mencionado anteriormente tem na sua própria força de trabalho a sobrevivência, a transformação em dinheiro; o camponês tem no produto fruto do seu trabalho a sobrevivência. É a troca mercadoria – dinheiro; força de trabalho – dinheiro.

O camponês integra-se ao sistema capitalista via uma relação não capitalista, visto que ele não vende a força de trabalho (como fazem os outros trabalhadores), mas o produto do seu trabalho: a mercadoria. “Em face dessa especificidade, o campesinato integra o sistema de trocas mercantis por intermédio da venda da sua produção e não do seu trabalho, como fazem os assalariados” (PAULINO, 2006, p.108).

“Tanto o lavrador do campo quanto o operário da fábrica são antagonizados e violentados pelo capital, mas de formas diferentes” (MARTINS, 1983, p.17). Contudo, hoje em dia o capital busca no campo com grande intensidade a expropriação da terra, pois com ela o camponês perderá seu instrumento de trabalho e sua característica tão marcante de trabalhador rural – a de ser livre. Todavia, o camponês se mantém resistente (na medida do possível) ao irredutível avanço do capital, ele resiste, persiste lutando em prol de restaurar sua autonomia e independência – é o anticapitalismo que marca para o camponês sua condição de classe.

Ser camponês no modo de produção capitalista é relutar contra um sistema que visa sua expropriação, mas ao mesmo tempo é manter-se camponês porque assim o sistema lhe permite. Logo, é necessário compreender um jogo de relações contrárias, porém complementares.

Definir o camponês não é tarefa das mais fáceis. Costuma-se generalizá-lo com base em uma série de elementos que o caracteriza, mas nem sempre os elementos vão condizer com a realidade existente. É por isso que apesar de ser um modo de vida, os camponeses não devem ser vistos como idênticos de uma sociedade para outra, somente por terem alguns elementos comuns a todos. Para Shanin (2005), o camponês como generalização (a partir de suas especificidades) pode ser apresentado segundo seis categorias de características, a saber:

1. Ocupação autônoma pelo controle dos meios de produção;
2. Organização política;
3. Normas e cognições típicas;

4. Unidades básicas e características de organização social;
5. Dinâmica social específica das sociedades camponesas;
6. Causas e padrões fundamentais de mudança estrutural.

O uso da generalização como conceito não implica na homogeneidade dos camponeses, mas seu perigo reside no possível excesso de generalização, pela extrapolação de semelhanças ou sequências conhecidas.

A especificidade do camponês reflete a interdependência entre os elementos: propriedade rural familiar como unidade de organização econômica e social, agricultura como principal fonte de sobrevivência, vida em aldeia e situação de dominação e exploração por poderosas forças externas (SHANIN, 2005). Por isso, o camponês ser visto como generalização depende da interdependência entre os elementos citados, e não pode ser pura e simplesmente reduzida a um deles. Portanto, ele deve ser compreendido através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas como externas, isto é, suas específicas relações e interações com o conceito social mais amplo.

Bombardi (2003) apresenta três questões fundamentais para se compreender o camponês: a primeira está no âmbito econômico, no fato do campesinato ser compreendido como uma classe social do modo de produção capitalista e ser por ele reproduzida; a segunda está no plano político, da luta camponesa pela terra, que é tão atual quanto antiga e, a terceira, se refere ao plano moral, à ordem moral camponesa. Em relação a ordem moral (ponto que a autora mais se demorou em sua discussão), ela se baseia em Thompson (1998) em que este defende um caminho de abordagem que se deve buscar significados que estão germinados nas mentalidades, nos costumes, na ordem moral, ou seja, todo o universo não está intrinsecamente “vivendo” os mesmos valores, crenças, objetivos,... e assim acontece na sociedade camponesa.

A palavra camponês no Brasil não é algo tão antigo. Para se referir ao homem que mora no campo, que lida com a terra, costumeiramente se chamou (e ainda hoje) de caipira, tabaréu, caboclo, sitiante entre outros.

Palavras que apesar de seu significado original segundo o vocabulário da língua portuguesa, têm para aqueles que as utilizam, duplo sentido. Esses caipiras, tabaréus e caboclos são no fundo os considerados atrasados, retardados, desconhecedores das práticas da vida urbana (ou capitalista). O que se percebe é que o camponês sempre foi “taxado” de alguém que deveria deixar de existir por estar ‘fora do padrão’ da sociedade dita moderna.

A palavra camponês, ao contrário, tem significado e interpretação políticas, expressam a luta de classe e talvez essa designação passou a se tornar mais popular no Brasil devido o crescimento das lutas camponesas e o respectivo debate no cenário político estadual e nacional.

Seria o camponês uma classe? Antes de considerá-lo como tal, é preciso entender o que verdadeiramente seria uma classe. Os indivíduos só formam uma classe a partir do momento que tem consciência de si, que tem interesses e objetivos comuns. “Uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma. De outro modo, não é, ou não é ainda, uma classe. Quer dizer, não é “algo” ainda, não tem espécie alguma de classe” (Thompson, 1998, p.105 *apud* Paulino e Almeida, 2010, p.27). Deste modo, atribuir o conceito de classe a um grupo que não tem consciência de si é negar o próprio conceito.

O campesinato para Paulino e Almeida (2010), é uma classe com consciência de classe. Para elas, a consciência de classe é expressa na ambigüidade a que vive o camponês: ser ao mesmo tempo proprietário e trabalhador. Ao lutar pelos valores ligados a sua reprodução e condição de proprietário de terra e contra as diversas formas de drenagem da renda fundiária, o camponês se mostra enquanto classe, pois de certa forma demonstra enfrentamento ao capital.

Ainda, designar camponês como classe tem que pelo menos romper com a idéia de que a tecnificação e o desenvolvimento do capitalismo no campo automaticamente extingue esse sujeito. A pouca popularidade deste conceito (o de camponês), é tão grande que muitas vezes nem mesmo o próprio sujeito se auto identifica como camponês, e sim agricultor, lavrador, sitiante, entre outros.

Nesse aspecto, Paulino argumenta:

[...] Entende-se que o fato de o conceito não ser usual aos próprios camponeses não o invalida, até porque no Brasil ele foi incorporado recentemente, surgindo como expressão política do lugar comum desses sujeitos na estrutura de classes (PAULINO, 2006, p.20).

Martins é bastante enfático quanto à palavra camponês quando afirma que:

Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico (MARTINS, 1983, p. 25).

Contudo, esse destino histórico está cerceado pela própria exclusão a que toda vida foi submetido. E essa exclusão surge exatamente no momento em que esse sujeito não tem um conceito, uma categoria, ele não é parte do processo histórico, “ele não é de fora, mas também não é de dentro” (MARTINS, 1983, p. 25).

A exclusão do camponês não é realidade apenas nos dias atuais. Desde o período colonial da época escravista isso acontecia. Nesse período, o trabalho da fazenda era executado pelo escravo negro. Ao camponês cabia apenas ser agregado da fazenda. O agregado tinha o “direito” de trabalhar nas terras do fazendeiro exercendo uma relação de troca, muitas vezes desigual. Ele “defendia também o seu direito de estar na terra do fazendeiro. Mas não podia defender o direito de estar na terra, sem fazer dessa terra propriedade do seu fazendeiro. A sua luta era a luta do outro” (MARTINS, 1983, p. 35 e 36).

“O camponês era, portanto, duplamente excluído: da condição de proprietário de terras e da condição de escravo, já que não podia ser convertido em renda capitalizada do tráfico colonial” (MARTINS, 1983, p. 38). Assim, cabia aos agregados (camponeses) preparar a abertura de novas fazendas, defenderem a terra que legalmente pertencia ao seu patrão, o fazendeiro. Ele não era nem trabalhador escravo, nem trabalhador livre, era apenas camponês.

O acesso a propriedade privada por parte dos camponeses foi se dando de forma lenta. De acordo com Guimarães (1977), foram os intrusos e posseiros os precursores da pequena propriedade camponesa. É a posse que dá o “direito” de ocupação ao camponês, ao colono. A expansão geográfica de pequenas propriedades foi ganhando espaço à medida que agregados (camponeses) se tornavam posseiros de terras abandonadas, não cultivadas, devolutas. Desta forma, pode-se afirmar que foi o movimento de luta pela terra (através principalmente da posse) que originou, se assim pode-se dizer, a pequena propriedade camponesa no Brasil. A esse respeito, Guimarães afirma:

É verdade que nem sempre a posse serviu à pequena propriedade, não se ignorando que através dela também se constituíram vários latifúndios. Mas, se ao latifúndio estavam abertos todos os caminhos e todas as possibilidades de formação e expansão, à pequena propriedade quase não restava, durante os três primeiros séculos, senão única via de acesso: a posse (GUIMARÃES, 1977, p.144).

O camponês mantém sua terra como condição de vida, se insere no mercado a partir da venda do produto excedente, e tem no trabalho acessório uma maneira de melhorar suas condições de vida. (mesmo que periodicamente). Este trabalho acessório é desenvolvido por muitas famílias camponesas em que o número de membros da família lhe permite ausentar algum (ou alguns) do trabalho agrícola para ir trabalhar fora da unidade de produção, desenvolver um trabalho não-agrícola ou mesmo vender sua força de trabalho para o capitalista rural ou urbano.

O camponês pode ser definido como o cultivador que trabalha a terra, alguém que mora no campo e dele mesmo tira seu próprio sustento e o da família. Dono dos meios de produção, aparentemente o camponês não é subordinado à lógica do capital. Contudo forças maiores oriundas do grande empresário capitalista rural, impõem ao pequeno agricultor sua função: produzir excedentes e, em alguns casos, especializar-se e assim subordinando-se totalmente ao capital (quando não o expropria). “Consciente de sua condição subalterna, o camponês se vê como o pobre e o fraco” (MOURA, 1986, p.16).

Segundo Santos (1978), os elementos que caracterizam a produção camponesa são: a força de trabalho familiar, as práticas de ajuda mútua, o trabalho acessório, a força de trabalho assalariada, a socialização, a propriedade da terra, a propriedade dos meios de produção, a jornada de trabalho e a reprodução simples da produção camponesa. Vale lembrar que essa unidade produtiva é ao mesmo tempo a unidade de produção e a unidade de consumo.

A força de trabalho do camponês advém de toda a família, pois o trabalho é desenvolvido em conjunto, os braços masculinos muitas vezes não são capazes de sozinhos darem conta do trabalho. A participação dos filhos, muitas vezes ainda criança, e da mulher que tem dupla jornada de trabalho (a doméstica e a produtiva), é fundamental na consecução do trabalho na unidade familiar produtiva. É no interior da família que se estrutura a divisão técnica do trabalho, que através da mútua cooperação dos diversos membros da família, a jornada diária de trabalho é cumprida. Longe do caráter individualista que o sistema capitalista impregna na sociedade, o camponês resiste à sua cultura de solidariedade, a tal ponto de trabalhar “duro” para outrem sem remuneração alguma.

É nisto que se caracteriza a ajuda mútua desenvolvida pelos camponeses dentro da comunidade que residem. Além da cooperação da família, o camponês tem no seu vizinho “alguém que se pode contar”, pois caso a safra da lavoura necessite de força de

trabalho além do que a família pode realizar, o agricultor vizinho realiza a tarefa sabendo que pode contar com a mesma ajuda quando também precisar. Mas, apesar dessa prática de colaboração nos estabelecimentos camponeses, é certo que

a condição fundamental da produção camponesa é a força de trabalho familiar e que ainda é quem provoca a existência de outras relações de produção - o trabalho acessório e o trabalho assalariado - na unidade produtiva camponesa (SANTOS, 1978, p. 34).

Mesmo com todas as peculiaridades intrínsecas ao camponês, pode-se dizer que a sociedade atual, ao longo de sua história, sofreu uma série de transformações provenientes de fatores sociais, econômicos, culturais, políticos, enfim estruturais e isso trouxe uma série de mudanças na vida campesina (que serão discutidas ao longo do texto). Esses fatores referem-se às mudanças no cenário mundial que se configuram por novas relações econômicas e políticas, em que há cada vez mais alterações do ponto de vista do funcionamento e da regulação da produção agrícola e valorização do meio rural (o que não implica na valorização do homem rural). Além do que o processo de diversificação social no meio rural e a perda (ou diminuição) do antagonismo existente nas relações entre o rural e o urbano, geraram entre estas duas categorias uma relação de complementaridade.

O desenvolvimento dos espaços rurais passa agora a depender não apenas do dinamismo do setor agrícola, mas também da sua capacidade de atrair outras atividades econômicas, pois com o estreitamento das relações urbano/rurais, os espaços rurais passaram a ter “acesso” e a desenvolver atividades antes específicas das cidades. Sendo assim, abordar a cidade e o campo com peculiaridades singulares não é mais objeção (sem generalizações, claro), afinal a distância física e social entre populações urbana e rural vem sendo reduzida amplamente.

O campesinato vem se mostrando diversificado a partir do momento que começa a ser caracterizado com peculiaridades típicas da economia capitalista, como a concorrência e a proletarização do trabalhador. Sendo assim, o campesinato passa a ser analisado pela sua própria desintegração, e com a inserção do capitalismo nas relações agrícolas e camponesas, este deixa de existir na sua essência mercantil e se recria através de novas relações, onde os protagonistas são o proletariado e a burguesia rurais. Enquanto este último é o grupo dos “detentores do dinheiro”, é o proprietário dos estabelecimentos agrícolas associados à indústria, o grupo dos proletariados, antes

camponeses livres e autônomos, são caracterizados como camponeses dependentes e, mais ainda são o proletariado rural que trabalham como operários assalariados agrícolas.

O campesinato atual inserido no modo de produção capitalista trata-se de uma relação não capitalista, por isso, “sua reprodução deve ser entendida a partir das diversas contradições do desenvolvimento desigual do capital e, por isso, trata-se de uma contradição e não de uma articulação de modos de produção” (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 29).

Assim, mesmo a realidade do campo apontando para um cenário de aumento nas relações de assalariamento, agroindústrias, monocultura, as relações não capitalistas representadas aí pelo campesinato continuarão a ser elucidativas, pois é de forma desigual e combinada que o capital se desenvolve.

O camponês não está livre da exploração capitalista só porque ele não o é, mas está submetido a uma sujeição de sua renda ao capital, o que lhe permite uma maleabilidade para lidar nessa relação. A produção camponesa não se dá de forma isolada, pois ele tem uma relação com o mercado, ao passo que por vezes ele vende sua mercadoria a um preço inferior ao que gastou na produção. Ou seja, a necessidade de venda de seu produto faz muitas vezes o camponês submeter sua produção a preços irrisórios (oferecidos muitas vezes pelo intermediário que “desvaloriza” o preço da produção camponesa) e, não tendo outra saída, acaba por vender seus produtos.

É desta forma que o capital está extraindo o seu trabalho excedente; é o que se chama de sujeição da renda da terra ao capital. É seguindo esse viés, que não se justifica dizer que o camponês não está sujeito ao mercado, dizer que ele não existe por esse motivo (que é irreal), pois o campesinato historicamente sempre esteve atrelado ao mercado; a idéia de camponês isolado é uma distorção da realidade (BOMBARDI, 2003).

Em relação à desintegração do campesinato, Lênin (1982) coloca que esta ocorre quando o capitalismo penetra na agricultura e, na prática, isso ocorreu quando a terra tornou-se mercadoria e os camponeses (que na linguagem do autor são todos aqueles cuja localização está no rural, que moram no campo), passaram a se proletarizar, vender sua força de trabalho. Essa proletarização ocorre com os camponeses “inferiores”, os pobres cujo principal meio de vida é a venda de sua força de trabalho. Contudo, sem invalidar as contribuições de Lênin acerca da inserção do capitalismo na agricultura e da desintegração do campesinato, é preciso ter o cuidado de não transportar a realidade de outro país para cá, pois o estudo, a análise científica devem ser pautados na realidade

que se busca entender – deve ser um estudo singular. “Se não procedemos assim, acabamos fazendo uma ciência estrangeira, no sentido de estranha em relação ao mundo daquele que está sendo objeto de estudo” (MARTINS, 1993, p.29).

Inerente à inserção do camponês no capitalismo estão às novas relações que se estabelecem: o trabalhador rural necessita, além de cultivar sua própria subsistência, assegurar mão-de-obra ao latifundiário e estar vinculado a terra. Contudo, até aqui se falou somente na idéia das relações camponesas imbuídas no sistema capitalista. Mas vale indagar como se chegou a uma relação de trabalho capitalista no campo, quando antes se tinha o camponês livre, autônomo?

Na verdade, “a dissolução do camponês que produzia para si mesmo já começara na Idade Média [na Europa], quando apareceu a pequena indústria doméstica urbana” (KAUTSKY, 1980, p.31). Assim, com a desagregação da indústria doméstica do camponês, ele passa cada vez mais por uma necessidade de dinheiro, que se torna difícil ser suprida somente com o trabalho agrícola. E ainda nas palavras de Kautsky (1980, p.32), “o camponês foi finalmente forçado a tornar-se o que se entende hoje por camponês, coisa que absolutamente não foi no início: um agricultor puro”. Por outro lado, para que a economia camponesa se tornasse economia capitalista,

era preciso uma classe de homens habituados ao trabalho assalariado, era preciso que os instrumentos do camponês fossem substituídos pelos do latifundiário e que a agricultura deixasse de ser assunto do senhor feudal e se organizasse como qualquer empresa industrial ou comercial (LÊNIN, 1982, p.125).

Então, neste momento, só restava um sistema de transição baseado no pagamento em trabalho e o sistema capitalista propriamente, baseado na compra de força de trabalho. Sendo que o primeiro caracterizado por Lênin (1982) como “remanescente direto da corvéia”, mantinha os camponeses trabalhando com os seus próprios instrumentos e tendo como forma de pagamento o dinheiro ou mesmo a espécie ou a terra. E o segundo dentro da relação capitalista, havia a prática da contratação de trabalhadores que cultivam a terra com os instrumentos do dono. Dentro dessa lógica, sabe-se que quanto mais desenvolvido o primeiro mais fraco será o segundo e vice-versa, mas sabe-se também que foi o capitalismo que deu a agricultura uma nova roupagem configurada de características antes típicas da indústria. Trabalhar na agricultura significava agora trabalho árduo, exploratório e que demandava de

números de membros da família trabalhando e horas de trabalho para se obter ao fim do dia ou mês, uma renda possível de reproduzir e manter a família.

Segundo Chayanov (1981), a renda obtida variará conforme a localização da unidade de trabalho relativamente aos mercados, às disponibilidades dos meios de produção, a qualidade da terra e principalmente pelo tamanho e a composição da família, pois é este fator que determinará o grau de auto-exploração através dos quais membros trabalhadores realizam certa quantidade de trabalho durante o ano.

Assim, a família camponesa imbuída na agricultura capitalista, está submetida a dias de trabalho exaustivo, em que o objetivo é trabalhar o máximo de horas possível para ao final obter um rendimento, ao menos, capaz de garantir a sobrevivência da família, já que essa atividade “tem por sujeitos pequenos camponeses esmagados pela miséria, humilhados pela dependência pessoal e pela ignorância” (LÊNIN, 1982, p.124).

Aquele camponês autônomo, que trabalhava independente das oscilações do mercado ou da demanda, se defronta agora com novas exigências que a indústria urbana o impunha, e tanto mais crescia e se desenvolvia essa indústria, mais as exigências aumentavam e a indústria rural não podia satisfazê-las. Foi assim que a indústria rural começou a perder bruscamente espaço para a indústria urbana, a tal ponto que os produtos oriundos dos camponeses, devido às exigências urbano-industriais, ganharam caráter de luxo, até que o camponês (impossibilitado de competir com os produtos da indústria) renunciou. Passou da produção simples de mercadorias, em que o trabalhador é proprietário de seus meios de produção para uma produção muitas vezes limitada, que o torna dependente da indústria e mais ainda, o torna trabalhador, vendedor de sua força de trabalho.

Com o advento da cultura industrial e o surgimento de empresas agrícolas, o campesinato, em algumas realidades, buscou formas de se adaptar a um rural de grande capacidade de produção, até porque indústrias passam a se instalar neste espaço e isso exige uma imensa força de trabalho daquele que antes tinha autonomia para produzir aquilo que somente lhe interessava. Em curto espaço de tempo e com uma rapidez jamais vista, o papel do campesinato tradicional passa a ser marginal diante da magnitude do sistema econômico dominante. Deste modo as condições de vida dos camponeses vêm gradual e lentamente sendo modificadas, tendo em vista as novas necessidades que surgem, pois diante do voraz crescimento da indústria, o camponês,

umenta a sua necessidade de dinheiro, não apenas para a compra de coisas dispensáveis, e mesmo supérfluas, mas também para a compra de coisas necessárias. Ele não pode mais lavrar a sua terra, não pode mais prover a sua manutenção sem dinheiro (KAUTSKY, 1980, p. 31).

Ele perdeu a autonomia e caiu na dependência do mercado, tendo que transformar seus produtos – antes objetivo apenas de sobrevivência e manutenção da família – em mercadoria e vendê-los.

O camponês vai pouco a pouco se afastando da sua fase primitiva de venda livre de seus produtos ao consumidor e sendo inserido a uma nova dependência, uma nova exploração, a pior de todas, a do capital usurário, do qual se desembaraça com muito custo. E nem sempre o consegue. Com base nesse enlace que muitas vezes o camponês perde seu “ganha-pão” (a terra) e se torna de uma vez por todas proletário rural, pois sem condições de cobrir as despesas e pagar as dívidas que a sua lavoura não foi capaz de cobri-las, ele submete sua terra a hipoteca, como garantia de pagamento da dívida. Além desse fato, a família camponesa é vítima do sistema capitalista que age sobre os diferentes modos de vida. Antes, com trabalho em comum, a família da pequena produção perde sua característica de unidade e os membros dessa família vão trabalhar como empregados de latifúndio ou como proletários urbanos, pois a agricultura não exige um mesmo tempo de trabalho o ano todo. Além do mais, como esta nova formatação da agricultura demanda mais dinheiro para manter a família, o trabalho fora da unidade familiar de produção torna-se uma necessidade, uma imposição, uma vez que colabora no rendimento médio mensal. Daí surgiu o crescimento do trabalho acessório que será discutido detalhadamente mais adiante.

É válido fazer uso de uma análise histórica acerca da transformação das relações no campo, que passaram de uma agricultura tradicional onde o camponês é independente, para uma agricultura moderna em que o camponês passa de dono dos meios de produção a trabalhador assalariado, ou coisa pior.

Durante o período de predomínio das relações feudais, os camponeses tinham por direito garantido acesso a terra e a renda garantida era em espécie, mas com o aparecimento do mercantilismo essas relações se desagregam e o valor dos produtos agrícolas se tornou exíguo diante dos produtos industriais, que no século XIX eram característica marcante do processo de produção de mercadorias. É a partir do século XX que novas técnicas de cultivo, de aragem, de produção, são implantadas na agricultura (mais precisamente nos países europeus): incorpora-se o moderno dentro dos

estabelecimentos agrícolas e, com isso, as relações de trabalho se configuram a partir dos ditames do capitalismo.

Independente do tempo cronológico em que ocorreram no mundo e mais precisamente no Brasil essas mudanças na agricultura, é certo que com elas surgiram novas relações onde a agricultura é verdadeiramente subordinada ao capital.

De acordo com Amim (1977), esta subordinação da agricultura ao sistema capitalista acontece a partir de duas condições: a primeira é a intervenção do capital dominante no processo produtivo da agricultura, onde o complexo industrial e comercial se torna o avalista do produtor rural e este, por sua vez é obrigado a cumprir um programa de trabalho preciso com padronização dos produtos, onde a indústria dita às regras e o agricultor as cumprem; e a segunda condição é de natureza política, em que o capital não pode renunciar à aliança de classes com a propriedade fundiária, isto porque é a partir das classes falsamente “aliadas” que se adquirem forças bastantes para fazer acontecer à subordinação. O pequeno produtor é obrigado

a produzir aquilo que querem que produza, da maneira como querem: há, desde uma ordem pura e simples, à velada (a da imposição pelo dinheiro, quando o ameaçam de lhe comprar um só produto) ou à obrigação decorrente dita de promoção ou modernização dos serviços do “quadro rural”, (divulgação acompanhada de vendas de material praticamente forçadas: arados, semeadores, enxadas, inseticidas, adubos) (AMIM, 1977, p.37).

Baseado na subordinação do camponês frente à expansão do capitalismo no campo, o trabalhador rural que tem sua terra como instrumento de trabalho, se vê na necessidade de buscar alternativas compensatórias capazes de lhe assegurar a permanência no campo, afinal o camponês caíra agora sob a dependência do mercado. Daí porque no campo os parentes do agricultor (esposa, filhos) o auxilia no trabalho diário. De acordo com Martins (1983, p. 139), “esses trabalhadores autônomos não trabalham individualizados, trabalham juntos, trabalham em família, como é normal entre os camponeses”.

Por outro lado, alguns camponeses quando são expropriados e/ou perde sua autonomia para o mercado, abandonam a terra e vão morar na cidade. O que se percebe é que, apesar da veracidade dos fatos acima discorridos, a existência do camponês e a sua fixação no espaço rural ainda é realidade no campo brasileiro e há de perdurar por um longo tempo, pois são nos pequenos estabelecimentos agrícolas que se produz boa parte dos alimentos básicos brasileiros, como o feijão, o milho, a mandioca, etc. Assim,

o camponês que somado à sua família realiza o trabalho familiar, vai de encontro à lei econômica do capital que se resume a expropriação como requisito básico da reprodução ampliada do capital.

Em contrapartida, ao lado desses camponeses “resistentes na terra”, têm-se o grupo dos totalmente expropriados que se convertem em trabalhadores assalariados (permanentes ou temporários a depender da lavoura ou da condição do empregador).

O trabalhador só pode se converter em empregado, em assalariado, quando é expropriado, quando deixa de ter a propriedade dos instrumentos de trabalho. Não ser proprietário da terra, das ferramentas, das sementes, dos adubos, é condição básica para que o agricultor se converta em empregado. (MARTINS, 1983, p.141).

Contrário a esta realidade há por parte de alguns camponeses uma luta de resistência quanto à expropriação, é uma luta anticapitalista onde os agricultores reivindicam seus direitos de posse da terra, mas que infelizmente não traz grandes mudanças, sendo que “o capitalismo penetra na agricultura de maneira particularmente lenta e toma formas muito variadas” (LÊNIN, 1982, p.116), a tal ponto de expropriar agricultores de um lado, a manter outros na própria terra para subordinar-lhes. Percebe-se desta forma que todas as mudanças ocorridas nas relações sociais e econômicas no campo, a partir da introdução do capitalismo, têm-se ainda o pequeno produtor, aquele que continua dono dos meios de produção e da terra, afinal,

cada lugar combina variáveis de tempos diferentes. Não existe um lugar onde tudo seja novo ou onde tudo seja velho. Uma mesma variável apresenta o novo e o velho. Existe nela uma luta contínua entre estes dois agentes. Muitas vezes, o novo expulsa logo o velho, às vezes este resiste por muito tempo. (SANTOS, 1988, p.99).

E assim o é na agricultura brasileira, onde o produtor camponês convive ao lado da agroindústria, do agronegócio.

É devido a essa imbricada condição camponesa, que se faz necessário, pelo menos, pensar em como se apresenta o camponês de Itabaiana. Ele é autônomo ou dependente? Como ele se vê nessa lógica capitalista?

2.4- Camponês de Itabaiana: dependente ou autônomo?

Aparentemente denominar o camponês de dependente ou autônomo pode parecer fácil, pois basta saber se ele é proprietário da terra, se planta o que lhe convém para auto subsistência (ou mesmo para a venda no mercado), ou se ele trabalha em terra de outrem, divide a produção, é “obrigado” a vender a produção ao atravessador pelo preço que este determinar, se sobrevive com a “ajuda” de programas assistenciais mantidos pelo Estado etc. Contudo, em muitos casos essas características se mesclam, se somam e, em conjunto, definem o camponês.

Desta feita, denominá-lo autônomo ou dependente não é tarefa das mais fáceis, até porque ele, assim como toda sociedade está inserida num modo de produção que se apresenta como contraditório e combinado. Assim, as relações dessa sociedade (grupos ou classes) também acontecem da mesma forma, contraditórias e combinadas.

O camponês quando proprietário da terra se sente livre, logo autônomo. Ele não se vê obrigado a trabalhar, a cumprir determinada carga horária ou “bater” meta de produção (como fazem os trabalhadores assalariados), conforme relato de uma entrevistada no povoado Rio das Pedras em Itabaiana, “trabalhar na roça a gente vai a hora que quer” (GD1).

Nessa frase estão embutidos sentimentos de liberdade, prazer, realização, afinal a mesma entrevistada em outro momento de conversa, afirmou: “Aqui eu sou liberta” (RP1). O conteúdo dessa afirmação é tamanho e mostra como o camponês (aquele considerado pelos defensores do capital como preguiçoso, folgado, sem instrução), tem a clareza de sua condição de ser livre.

Por outro lado, pode-se analisar o mesmo camponês proprietário de terra por outro viés: mesmo produzindo na terra para auto-consumo e venda, este trabalho não é suficiente para suprir as necessidades da família; assim o filho trabalha noutra propriedade que não pertence a família e recebe por dia de trabalho geralmente de R\$15,00 a 20,00; esse dinheiro auxilia na manutenção familiar. Considerando que essa família é dona da sua terra, ela é autônoma, mas se levar em conta que parte da família trabalha fora da propriedade, esta já não é mais autônoma, tendo em vista a necessidade da busca de um trabalho acessório. Daí a dificuldade em classificar o camponês dependente ou autônomo.

No município de Itabaiana foram visitados os seguintes povoados: Rio das Pedras, Gandu I, Gandu II, Carrilho, Lagoa do Forno, Ribeira e Cajaíba (FIGURA 02). Alguns deles têm uma expressividade forte a partir do tipo de trabalho mais desenvolvido: no Carrilho a produção de castanha (Figura 05); no Rio das Pedras a

cerâmica e a olaria (Figura 06); no Lagoa do Forno a agricultura com destaque para produção de hortaliças (Figura 07).

FIGURA 05: Quebra de castanhas, povoado Carrilho, 2010.



Foto: SANTANA FILHO, Laercio Souza, 2010.

FIGURA 06: Olaria, povoado Rio das Pedras/Itabaiana, 2010



Foto: NASCIMENTO, Adelli Carla Silva, 2010.

FIGURA 07: Plantação de hortaliças, povoado Lagoa do Forno/Itabaiana, 2010.



Foto: SANTANA, Gleise Campos Pinto, 2010.

O trabalho nessas atividades mescla-se com outros. Algumas famílias fazem uso do trabalho na produção de castanha, por exemplo, para complementar a renda – é um trabalho não agrícola dentro do estabelecimento familiar; outras trabalham na castanha fora do estabelecimento familiar, trabalham na propriedade de um vizinho ou parente – neste caso é o trabalho acessório, pois é realizado fora da propriedade. Outras têm sua propriedade com produção de hortaliças e tubérculos (produções mais expressivas do município).

Sabendo-se da grande diversidade de trabalhos e/ou ocupações que o camponês de Itabaiana está submetido (realidade essa apreendida através do trabalho de campo), o Quadro 01 apresenta essa diversidade na tentativa de um melhor entendimento da heterogeneidade do ser camponês “itabaianense”.

QUADRO 01: Heterogeneidade do ser camponês em Itabaiana.

Situação	Trabalho agrícola (prop.)	Trabalho não agrícola	Trabalho acessório
Agricultura em propriedade própria	25%	-	-
Agricultura em propriedade alheia	-	-	12%
Quebra de castanha em propriedade própria+agricultura	-	5%	-
Quebra de castanha em propriedade alheia+agricultura	-	-	7%
Cerâmica/olaria+agricultura	-	-	4%
Cerâmica/olaria+sem agricultura	-	16%	-
Estabelecimento comercial+agricultura	-	-	10%
Estabelecimento comercial sem agricultura	-	21%	-
Total	25%	42%	33%

Fonte: trabalho de Campo, 2010.

Organização: Gleise Campos Pinto Santana, 2011.

Para melhor compreensão do Quadro 01, basta lembrar que trabalho não agrícola como o próprio nome diz, é todo trabalho que não é realizado no setor agrícola, que não tem ligação com a terra; trabalho acessório é aqui considerado como todo trabalho realizado fora da unidade familiar de produção, seja ele agrícola ou não agrícola. É aquele trabalho que complementa a renda. Para melhor esclarecer, o trabalho acessório não se restringe ao não agrícola; ele é acessório por ser realizado fora da propriedade familiar. Ainda há que se considerar a realidade dos benefícios previdenciários e as políticas assistencialistas, pois essas são crescentes no espaço rural e independente das famílias terem trabalho agrícola, acessório como fonte de renda familiar, foram identificadas em Itabaiana muitas famílias que têm aposentados e/ou crianças cadastradas no Bolsa Família.

Conforme é possível observar no Quadro 01, do total das famílias pesquisadas (75), 25% desenvolvem trabalho agrícola, 33% fazem uso de algum tipo de trabalho acessório para complementar a renda familiar e 42% desenvolvem o trabalho não agrícola como fonte de renda.

Esse resultado mostra de forma bastante clara o quanto o campesinato se torna “heterogêneo” no que tange a questão trabalho. Por exemplo, na situação estabelecimento comercial sem agricultura a diversidade de atividades funcionais é bastante grande: moto táxi, manicure, cabeleireira, mecânico, servente de pedreiro, dentre outras. Apesar de os dados apresentarem como maior percentual a situação do

trabalho não agrícola (42%), ao fazer a análise do quadro, não se pode esquecer que quando se refere a trabalho acessório está se fazendo alusão também ao trabalho agrícola. Desta forma, o trabalho agrícola em geral representa 58% (somados 25% do trabalho agrícola e 33% do trabalho acessório) do total das situações de ocupação trabalhista dos entrevistados. É perceptível ainda que a maioria dos camponeses do município de Itabaiana mantém ligação com a terra, mesmo que para isso seja preciso buscar “reforço financeiro” em trabalhos acessórios.

É preciso salientar que as situações apresentadas no Quadro 01 não representam em seu total, camponeses. Do total de 42% que compõem o trabalho não-agrícola, basicamente metade é composta por trabalhadores rurais. Contudo, parte desses que desenvolvem o trabalho não-agrícola fazem parte de um núcleo familiar no qual o trabalho com a terra é praticado. Desta feita, não é possível considerar estes últimos como não camponeses, uma vez que o campesinato se constitui a partir do núcleo familiar, e não do trabalho individual.

A partir da realidade exposta seria possível definir o camponês de Itabaiana como autônomo ou dependente? É preferível afirmar que não. Não porque essas palavras apesar de tão antagônicas (autônomo e dependente) por vezes se misturam, se mesclam numa só trama: a da sobrevivência diária do camponês. Todavia, uma coisa é certa: esse sujeito se sente livre na medida que mora no campo e se compara àqueles que estão na cidade, pois “pra emprego a terra é santa e abençoada; prefiro trabalhar na agricultura, o direito de ir e vir é tranquilo” (GDU6).

Ora o camponês é autônomo, ora é dependente. E isso varia geralmente a depender da sua necessidade para sobreviver. Por isso o mesmo camponês pode num momento trabalhar só na propriedade familiar e dela tirar seu sustento; em outro, trabalhar também em propriedade de outra pessoa; em outro trabalhar num estabelecimento comercial; ou ainda perder sua terra e buscar sobrevivência como trabalhador rural, etc.

É devido a tantos “casos” que o camponês se submete em prol da sobrevivência familiar, que há a necessidade de uma discussão mais profunda que possa tratar das diferentes formas de reprodução do campesinato levando-se em consideração as tipologias que lhes são colocadas e suas estratégias de reprodução.

3. AS DIFERENTES FORMAS DE REPRODUÇÃO DO CAMPESINATO E A BUSCA INCESSANTE PELA SOBREVIVÊNCIA

Levando-se em consideração a dinamicidade com que vive o campesinato brasileiro em busca da sobrevivência, é que se faz necessário entender melhor esse sujeito social do campo. Para se reproduzir enquanto camponês, vale quase tudo: trabalhar na terra, fora dela, na terra do vizinho, do fazendeiro, na indústria, no comércio, prestando serviços. Em outras palavras, o camponês se submete as mais variadas ocupações em busca de um mesmo objetivo: manter-se na terra. É a partir dessa premissa que tantas tipologias formam o caráter, a personificação desse sujeito social.

3.1- Campesinato: as tipologias e a realidade no município de Itabaiana

A propriedade camponesa é representada pela terra e esta, por sua vez, simboliza trabalho e vida. É com essas palavras de tamanho significado que se pode definir a terra para o camponês. Se comparado o valor (enquanto significado) da terra para o camponês e para o capitalista, a diferença será gritante. Tendo em vista que o valor dela para o segundo é monetário (maximização de lucro) e para o primeiro, ela tem o valor da vida, do alimento, da história – desta forma cifras não dariam conta de pagar esse valor.

Assim, muitas vezes o camponês é para a sociedade um estranho, alguém que está fora de todo contexto mundo, que não se adequa a nenhum tipo de classe, profissão, modo de vida disseminado na atual sociedade. Nessa perspectiva, Paulino e Almeida (2010) ressaltam: “compreende-se aqui que eles não são nem pequenos agraristas e nem operários disfarçados. Mais apropriado seria compreendê-los como integrantes de uma classe sobre a qual pesa recorrentes condenações de desaparecimento” (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p.52).

E ainda, “daí o desconforto quando se evidencia não apenas a sua presença marcante na agricultura contemporânea, mas, sobretudo, a sua capacidade de seguir produzindo a partir de lógica própria em plena ordem mercantil” (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p.52).

A terra para o camponês representa muito mais que o cultivo, o labor. Ela representa a liberdade. Liberdade essa que se fundamenta no poder controlar o tempo de

trabalho e o da família, em manter-se na terra e nela continuar com as futuras gerações. No geral, a liberdade para o camponês representa a realização completa da tríade terra, trabalho e família. Com isso pode-se dizer que essa liberdade em muito difere daquela apreendida pela mídia ou mesmo pelo capitalismo na figura do Estado. Pois a dita liberdade para o homem urbano, trabalhador (seja ele rural ou urbano), proletário, é a de que ele é livre para vender sua força de trabalho. Mais aí é que está o cerne da questão: se o trabalhador necessita para sobreviver vender somente o que lhe resta – a força de trabalho –, em que está pautada essa liberdade? Na troca desigual força de trabalho por salário?

O discurso da liberdade nada mais é do que uma alienação; na verdade o trabalhador está preso nas amarras do sistema e a única maneira de sobreviver é vendendo sua força de trabalho.

Ao contrário, o camponês tem a liberdade a partir da autonomia, que se manifesta na terra com o trabalho em conjunto com a família. Para ele só se pode ser livre quando não necessita trabalhar para ninguém, produzir para ninguém (senão para sua família). Sua liberdade está pautada na autonomia.

Ao se falar em elementos e costumes camponeses um merece destaque especial: a comida. Esta é para o camponês a representação da sua riqueza. É a partir dela e por ela que a socialização e os laços de amizade são estreitados. Dessa maneira, a comida para o camponês significa muito mais que o alimento, significa à manutenção da família, o trabalho realizado, a solidariedade (visto que na maioria das vezes, quando se tem há a partilha entre vizinhos, parentes, amigos).

Mais ainda, “terra e trabalho estão de tal forma imbricados, que falar de um remete necessariamente ao outro, bem como às formas de sociabilidade e solidariedade oriundas dessa articulação” (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p.40).

Assim, pode-se considerar o campesinato um modo de produção? De acordo com Shanin (2005) não, pois eles não possuem uma estrutura política econômica auto suficientes, ao contrário, suas diversas formas de sobreviver são, de modo geral, externos a eles. Além disso, eles são proprietários de terra e trabalhadores ao mesmo tempo – o que lhe dá uma singularidade e contradição.

Portanto, apesar de o campesinato ser uma relação não capitalista, sua reprodução deve ser entendida com base nas diversas contradições de desenvolvimento desigual do capital e, por isso, trata-se de uma contradição e não de uma articulação de modos de produção (ALMEIDA, 2006, p.85).

Ou seja, o campesinato apesar de estar no modo de produção, não desenvolve uma relação tipicamente capitalista; é por esse modo de produção manter relações desiguais e combinadas que o campesinato existe enquanto tal. Isso sem negar seu espírito de luta, de manter-se na terra. Para Almeida (2006, p.92), “a formação e a reprodução do camponês no Brasil sempre foram partes contraditórias do modelo de desenvolvimento, em que a renda da terra é parcela fundamental no processo de acumulação capitalista” (ALMEIDA, 2006, p.93).

O campesinato brasileiro tem surgimento no período escravista. Ao camponês (homem livre) cabia o trabalho mais pesado, não realizado pelo escravo. O camponês era posseiro, pois ele apesar de ser livre, não tinha direito a terra. Foi somente a partir da Lei de Terras (1850) que o campesinato brasileiro ganhou nova forma. Agora a terra pode ser adquirida através da compra; é pela venda do seu trabalho que ele pode ser um proprietário fundiário. Acerca disso Martins afirma que:

Agora o espaço do camponês passa a ser um e o espaço do fazendeiro passa a ser outro. Em segundo lugar, porque as modificações no regime fundiário abrem caminho para um novo campesinato, que cada vez mais terá menos que ver com o velho campesinato de posseiros e agregados. Trata-se de um campesinato de pequenos proprietários, um campesinato de homens livres, compradores de terra, cuja existência é mediatizada por uma terra já convertida em mercadoria (MARTINS, 1983, p.43).

É neste espaço da propriedade fundiária que o camponês vai buscar a incessante sobrevivência, uma luta diária, em que o objetivo é simplesmente manter-se vivo (ele e sua família), na terra e nela trabalhar. Contudo, esse objetivo aparentemente tão simples, nem sempre é possível de se realizar. É preciso uma luta contínua em nome da terra, trabalho e família.

Esse parece o limite, mas também o seu possível, uma vez que tem sido capaz, nessa luta, de (re)inventar novas formas de enfrentamento, um novo jeito de lutar, o que tem garantido sua reprodução para muito além das determinações do capital (ALMEIDA, 2006, p.108).

O sentido da terra para o camponês é a vida. A terra tem uma representatividade daquilo que é essencial à sua sobrevivência: o alimento. Assim, terra e comida são uma coisa só: “a comida é a fonte de vida, a terra é a mãe que a fornece por meio do trabalho” (ALMEIDA, 2006, p.304). A partir dessas considerações, é que

as diversas tipologias do campesinato são somente maneiras que o camponês busca para manter-se na terra ou a ela voltar. Seja ele denominado de acampado, bóia-fria, posseiro, arrendatário, assentado, proprietário, trabalhador rural, meeiro, parceiro, ocupante, sitiante, colonos etc., é antes de tudo camponês. Conforme assevera Neves (2009), a diversidade camponesa inclui desde proprietários e posseiros de terras públicas e privadas, ribeirinhos, pescadores artesanais, castanheiros, pequenos arrendatários não-capitalistas, parceiros, novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária. Desta feita, o campesinato, forma política e acadêmica de reconhecimento conceitual de produtores familiares, sempre se constituiu, sob modalidades e intensidades distintas, um ator social da história do Brasil. A respeito desse sujeito social, suas lutas e conquistas, a autora ainda destaca:

Em todas as expressões de suas lutas sociais, seja de conquista de espaço e reconhecimento, seja de resistência às ameaças de destruição, ao longo do tempo e em espaços diferenciados, prevalece um traço comum que as define como lutas pela condição de protagonistas dos processos sociais (NEVES, 2009, p.12)

Em relação à diversidade de condições de trabalho a que são submetidos os camponeses, Martins (1988) expressa que esses

pequenos agricultores também enfrentam uma diversidade de problemas, agravada pelo fato de que estão divididos em várias categorias, distintas entre si, como a dos pequenos proprietários, a dos pequenos arrendatários, a dos parceiros autônomos, a dos parceiros sem autonomia, a dos posseiros (MARTINS, 1988, p.65).

Falar de tipologias do campesinato brasileiro não é uma invenção, pois esse sujeito sobrevive das mais variadas “formas”, e isso não é um fato novo; data da época da colonização, da maneira como os camponeses chegaram no Brasil. De acordo com Woortmann (1995),

Os colonos do Sul chegaram ao Brasil como proprietários legais da terra, e assim permaneceram por várias gerações [...]. Os sítiantes, pelo contrário, desde cedo se defrontaram como fazenda pecuarista. Eram posseiros, e não proprietários legais da terra, tornando-se vulneráveis, a partir de meados do século passado, à expansão da grande propriedade (WOORTMANN, 1995, p.217).

Com base nesta citação não se deve fazer determinismos da situação camponesa a partir da região; mas essa citação serve para exemplificar a diversidade de modos de vida camponeses.

Para sobreviver, o camponês busca os meios mais variados. A subordinação desse sujeito não é apenas fruto dos dias atuais em que o capitalismo se insere no campo. De acordo com Faleiros (1991), por volta do início do século XX havia um “contrato-tipo” que os camponeses mantinham com o patrão. Neste, tinha a importação de braços para a lavoura e ao patrão cabia oferecer casa e transporte (no caso da imigração) ao colono. O trabalhador podia ser contratado por salário, tarefa ou parceria, podendo ainda ser despedido por malandrice, negligência, embriaguez habitual, insubordinação, doença prolongada (todas essas justificativas estavam dispostas em artigos jurídicos da época).

Esses camponeses não tinham organização ou coisa parecida para manifestar na cena política. Eram apenas excluídos e subordinados a tutela patronal.

O camponês é descrito de várias maneiras. Às vezes ele é considerado posseiro, quando trabalha numa propriedade livre, ou seja, que não foi privadamente apropriada, e deste trabalho retira seu sustento. Este camponês não tem terra e por isso opta em “fazer morada em terra de ninguém” para dela tirar seu sustento. Geralmente esses posseiros são considerados “invasores” de terra alheia – o que resulta em processos jurídicos, atos políticos na luta pela terra. A esse respeito Moura (1988) adverte que “num passe de mágica pequenos posseiros [...]” são transformados [...] “em invasores de terras, quando na realidade se trata de invadidos nas terras em que moravam e que roçavam” (MOURA, 1988, p.22).

Em relação às tipologias do camponês, D’Incao (1976), define algumas categorias:

- Arrendatário: qualquer indivíduo que recebe um pedaço de terra para trabalhar temporariamente e tem como forma de pagamento parte do dinheiro ou da produção.
- Parceiro: o camponês que recebe parte da terra para trabalhar e, como pagamento, uma percentagem da produção.
- Assalariado rural: é aquele que recebe uma quantia fixa em dinheiro por mês como forma de salário.

Percebe-se que são vários os termos atribuídos àquele que reside, trabalha e sobrevive no campo, o camponês. E todos estes termos resultam da condição de trabalho a que cada um está subjugado. Dentre os termos, o bóia-fria é um dos mais populares e se refere aqueles trabalhadores rurais que se deslocam todos os dias para trabalhar e levam consigo o seu alimento. É um trabalho intermitente, visto que a mão-

de-obra é abundante e está disponível para qualquer tipo de trabalho. O que mais importa é a sobrevivência. Prova disso é que os camponeses afirmam: “Trabalhar por dia é muito ruim, a gente faz porque não tem jeito” (RP5). D’Incao (1976) adverte, “o bóia-fria vê o seu trabalho sempre como um paliativo e nunca como uma solução definitiva” (D’INCAO, 1976, p.94). Desta forma, ser bóia-fria, assim como outros tipos de trabalho camponês, não é uma opção, mas uma condição encontrada para sobreviver e permanecer no campo.

Como se pode imaginar, as condições de trabalho dos bóias-frias são péssimas: podendo variar entre se deslocar diariamente para o local de trabalho (geralmente em transportes precários); se deslocar a pé (quando a distância da casa ao local de trabalho é pequena); nenhuma estabilidade (pois só tem trabalho quando há necessidade da mão-de-obra); sem contar com o alimento frio que o sustenta durante o dia: a “bóia-fria”. Além disso, “o bóia-fria é contratado para desempenhar determinada tarefa, num curto espaço de tempo e sem qualquer vínculo de natureza trabalhista com o empregador (D’INCAO, 1976, p.110).

É devido à necessidade de trabalhar que o bóia-fria não manifesta suas péssimas condições de trabalho, sua insatisfação. E o empregador mesmo com trabalhadores diaristas não está isento do cumprimento de algumas obrigações: contratar os trabalhadores por tempo determinado, descanso semanal remunerado, pagamento de horas extras, dentre outros.

Os bóias-frias, por sua vez, têm conhecimento de seus direitos trabalhistas, porém é a dependência do trabalho que o mantém calado, sem reivindicações. Em outras palavras, o bóia-fria necessita deste tipo de trabalho para sobreviver e essa necessidade faz com que ele (e todo o seu grupo) não reclame de nenhuma condição de trabalho, pois a insegurança em amanhã não ter de onde tirar o pão, os mantém em silêncio. E, como se sabe no Brasil os direitos só são conquistados na base do movimento, da reivindicação social. Essa situação ocorre porque no capitalismo, o trabalhador vive na alienação de que ele precisa do capitalista para sobreviver, é o fetiche do capital; e esse fetiche é que o mantém no jogo da dominação – trabalhadores de fábricas e de canaviais, de empresas e de fazenda, do campo e da cidade, todos estão inseridos na mesma lógica.

Como se pôde ver, as condições de trabalho volante não são das melhores; e isso se deve em partes da sua necessidade de trabalhar e relativo desconhecimento dos seus direitos legais. Contudo, o seu trabalho acaba por ser muito semelhante (ou mesmo

igual) ao do trabalhador comum, assalariado. Para D'incao (1976), nas empresas capitalistas, “o bóia-fria faz nelas o papel de trabalhador fixo, embora contratado e remunerado nos termos usuais de trabalhador volante” (D'INCAO, 1976, p.121).

Agregado é uma denominação dada ao camponês que, por falta de terra, vai morar nos domínios do fazendeiro. Geralmente o camponês e toda sua família vão morar na fazenda para nela trabalhar para o proprietário e dela tirar o sustento da sua família. É uma relação de troca: morada e sustento (concedida à família do camponês) por trabalho agrícola (produção feita para o proprietário). Aparentemente, é uma troca justa, afinal o agregado não tem onde morar e/ou produzir para sobreviver. Entretanto, sabe-se que o fazendeiro (ou latifundiário capitalista) usa da necessidade do mais fraco, neste caso o camponês, para tirar vantagens; pois ele cede apenas pequena parte da propriedade (nos fundos) para a família camponesa morar e a produção agrícola necessária a sobrevivência familiar para, em troca ter uma mão-de-obra produzindo em sua terra e não pagar nada por ela. Seria esse um homem livre? Camponês? Ou escravo? Para Moura (1988),

O agregado é uma pessoa livre, mas controlada pelo fazendeiro, ele não pode colher para si qualquer coisa, ele não tem licença de transitar por qualquer lugar, sua entrada na sede da fazenda se dá invariavelmente pela porta dos fundos [...]. Deve estar permanentemente disponível para atender chamados seus (MOURA, 1988, p. 82).

Mesmo a autora chamando-o de livre, percebe-se que a mesma o vê como “controlado”, sem poder colher ou transitar sem a autoridade prévia do fazendeiro. Suponha-se que a autora referiu-se a “pessoa livre” no sentido jurídico (de não ser escravo), pois ao contrário seu conceito de liberdade estaria ligado à dependente.

Essa família agregada só se mantém na fazenda, até quando o proprietário permitir. Geralmente quando este se sente ameaçado no tocante a posse legal da terra, ele opta em expulsar a ameaça da propriedade. É uma expulsão mansa, silenciosa, mas que esconde por trás o conflito da luta pela terra, da disputa entre camponeses e proprietários fundiários.

Em alguns casos, ocorrem relações de contrato entre agregados e proprietários fundiários, em que as obrigações das partes são estabelecidas: produção em troca de moradia e alimentação. Contudo, ocorre que muitas vezes os interesses de ambos ou de uma parte expressam oposição àquilo que estava previamente estabelecido, pois ele

(fazendeiro) percebe que “não há porque manter trabalhadores que podem reivindicar direitos na justiça, se destrutados sem aviso prévio” (MOURA, 1988, p. 28).

Cada vez mais esses contratos vêm sendo rompidos, pois é sabido que questões acerca dos direitos trabalhistas estão mais esclarecidas para a população em geral. E, mesmo muitos camponeses tendo grandes necessidades de se submeter a qualquer tipo de relação trabalhista em nome da tentativa de sobrevivência familiar, muitos proprietários tem deixado de fazer esses contratos (sejam eles amparados judicialmente ou orais). São os contratos temporários que tem crescido no campo.

Geralmente esses contratos (temporários) ocorrem com mais frequência nos períodos de safra em que há necessidade de mais mão-de-obra para dar conta da produção. Nessa situação, o camponês se torna um trabalhador temporário. Trabalha o dia ou a semana e recebe entre R\$ 15,00 e R\$ 20,00 por dia de trabalho. Nesta relação, o proprietário da terra está isento de qualquer encargo trabalhista para com o camponês; ocorre apenas uma relação de troca de dia de trabalho na lavoura por determinada quantia em dinheiro previamente estabelecida.

Em trabalho de campo foi bastante visível como muitos camponeses (mesmo tendo a propriedade da terra) se submetem a esses dias de trabalho em propriedades maiores que demandam de mão-de-obra. Mas, muitos são os casos que os camponeses se submetem a esse trabalho por falta de opção mesmo, pois sua unidade familiar não tem terra suficiente para produzir o necessário para sustentar a família (seja através do autoconsumo ou da venda do excedente). A estes, resta uma condição ainda mais subalterna, pois seu trabalho depende da produção do outro.

Em conversas com alguns camponeses é notório que essa vida de trabalhador temporário não lhe dá as condições mínimas necessárias para sobreviver. E, mais ainda, esses camponeses reconhecem a condição precária a que estão muitas vezes submetidos ao afirmar: “Rende R\$ 15,00 o dia, mas não é suficiente” (CR5). Nesse sentido, outra entrevistada afirma: “Vida de roça é assim, é muito pouco o que ganha” (GDU1).

Outra tipologia é a parceria, que se poderia chamar de uma integração entre as partes: camponeses e empresários rurais. Entretanto, denominá-la apenas como integração é negar o jogo de interesses a que está submetida essa relação. Paulino (2006) ao se referir acerca do termo integração adverte que: “[...] o sentido ameno do termo mais se presta à camuflagem de conflitos próprios de situações que envolvem a apropriação da riqueza gerada nos interstícios da produção camponesa” (PAULINO, 2006, p.113).

Na parceria, a definição dos preços da matéria prima é feita pelas empresas, o que favorece o aumento na taxa de lucro por parte dos capitalistas. Daí o termo parceria – sendo o camponês o “parceiro” no favorecimento da indústria rural.

Como se sabe, os camponeses tem maneira peculiar de produzir. Eles não trabalham só (como ocorre com outros trabalhadores), eles trabalham em família. A força de trabalho é constituída (e medida) de acordo com o núcleo familiar: o chefe da família, a esposa e os filhos juntos, compõem a mão-de-obra: a familiar.

Deste modo, na parceria é a família que produz matéria prima exigida pela indústria. Porque a parceria não é feita entre os capitalistas e os trabalhadores (ao invés de camponeses)? A resposta é simples. Sabe-se que o trabalho agrícola varia em seu ritmo de acordo com a sazonalidade de cada ciclo produtivo. Isso significa que quem lida com esse trabalho ora trabalha por demais, ora fica um pouco ocioso (devido o ciclo da produção). Assim, imaginar que um capitalista se sujeitaria a contratar trabalhadores para esse tipo de labor é pensar que ele permite pagar a mão-de-obra sem obter lucro. Aos camponeses, só se paga mediante recebimento da matéria-prima. Mais um motivo da parceria ser feita com os camponeses.

No Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), a parceria não é considerada uma forma de emprego. Segundo Gonzáles e Bastos (1977), a parceria pode ser classificada em dois subsistemas: a parceria no produto final e a parceria no produto secundário. No primeiro caso, paga-se ao parceiro (camponês) em produto, ou seja, o produto é dividido entre o proprietário e o camponês. Esta parceria chamada “parceria real”, é mais onerosa, pois o capitalista rural deve tirar parte de sua produção para pagar o trabalho do parceiro. Na maioria dos casos, é mais lucrativo pagar um salário (que não se valoriza) do que pagar como fruto do trabalho produtos (que se valorizam cada vez mais – principalmente se as condições de mercado estiverem favoráveis ao produto). Já o parceiro secundário é mais favorável ao capitalista, pois neste caso o parceiro além de “preparar pastagens, vigia a propriedade, produz cereais para o consumo da fazenda, presta trabalho gratuito e pode, quando necessário, trabalhar como assalariado por tarefa recebe como pagamento, um salário” (GONZALES e BASTOS, 1977, p.42).

Outra situação é a do posseiro, que é o desbravador do território, mas é também aquele que o fazendeiro capitalista deseja extinguir, afinal ele impede o avanço das conquistas das terras, ou seja, a transformação da terra em mercadoria. Entretanto, entre o posseiro e o fazendeiro há uma terceira figura desejável de extinção: o índio, ou mais precisamente, a terra indígena.

Moura (1988) adverte que há ainda o situante¹. Esta terminologia se refere à *situ*, ou seja, lugar, a terra. O situante tem de certo modo uma autonomia, pois ele utiliza o quintal para produzir o que lhe convém. Contudo, o *situ* é sediado por uma fazenda (que costumeiramente está propensa a crescer), por isso sua autonomia pode estar periodicamente comprometida. O situante não tem na propriedade as cercas que delimitam terras; são os próprios elementos da natureza que se encarregam de delimitar as propriedades (é um rio, a cerca da fazenda, ou mesmo um pé de manga). Para Moura (1988),

O situante não se distingue do sitiante que título cartorial da terra e a produção camponesa os une num mesmo modo de vida [...] a terra é para morar e trabalhar e passar para os descendentes, independentemente de ser ou não classificada como propriedade privada (MOURA, 1988, p. 129).

A prática do despejo dos situantes é frequentemente comum. Isso ocorre para favorecer geralmente o dono da fazenda mais próxima que objetiva aumentar sua área de dominação. Quando isso acontece, o situante recebe como “pagamento” um terreno em outro lugar, uma terra legalmente própria. Mas, mesmo o situante recebendo uma terra “nova” em seu nome, o que lhe foi tirado era de muito mais importância, pois o *situ* representava a história de uma família camponesa, gerações vividas, conquistas, laços de ligação e afetividade – e tudo isso lhe é tirado em nome da propriedade privada da terra.

O situante, transformado em invasor, tolerado, tem no fazendeiro o benfeitor que agora é malfeitor e o transformou em dependente”, pois para o fazendeiro, “[...] uma área de sítio que se extrema com a fazenda não tem estatuto autônomo, não é parcela e, portanto, é apenas tolerância do fazendeiro ao permitir que, naquele local, residissem lavradores separados por uma cerca (MOURA, 1988, p.130).

Fazendo contraponto com a cidade, essa questão do situante não se limita aos territórios rurais. No espaço urbano da cidade, por vezes acontecem casos em que certa população que mora em determinado local de interesse privado (construtoras imobiliárias, por exemplo), ou público é obrigada por ação judicial a deixar o local de moradia. Mesmo sendo indenizadas, muitas famílias se sentem indignadas por terem que sair de sua terra de moradia forçosamente. Isso demonstra que, independente de

¹ O situante difere do sitiante a partir da forma jurídica de acesso e controle da terra. O primeiro é desprovido de título de propriedade e o segundo o possui.

campo ou cidade, camponês ou trabalhador urbano, a autoridade está sempre voltada para o maior proprietário, o capitalista.

Ainda existe o camponês acampado, que é aquele que se une ao grupo, que por não ter acesso a terra (ou tê-la perdido), vai para a marcha, para a luta em conjunto, buscar seu chão, sua lida. O acampamento é o encontro dos camponeses expropriados, camponeses sem terra em busca de uma possível solução. Aliados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ou a outro movimento organizado, esses camponeses vão para a beira das estradas, debaixo da lona (sem saneamento, água potável) em busca de terra e trabalho. O acampamento é o início do processo da luta pela terra, é nele que está enraizado o conteúdo da territorialização camponesa. Muito mais que a lona preta como forma simbólica do acampamento, nele estão conteúdos de luta, de esperança, de vida. De acordo com Almeida (2006), o acampamento desafia o papel da cerca e expõe à sociedade o conflito de classe.

O camponês que se torna acampado, adquire um diferencial: sua capacidade de compreensão da realidade é ampliada, ele passa a ter mais entendimento, a história de luta do MST é transmitida.

Ao contrário do que boa parte da população acredita e do que é transmitido pela mídia, o acampamento é lugar de paz, de regras. Lá não se pode entrar nas propriedades, fazer confusão. O objetivo é um só: lutar pela terra, conseguir um lote e nele trabalhar. É o sem terra que no acampamento almeja a tão sonhada propriedade privada, mas não para utilizá-la como terra de negócio.

O acampamento é uma organização social, por vezes liderada pelo MST, que reproduz no seu interior elementos estruturais (tais como família, educação para crianças) e relações de poder (enquanto grupo que se territorializa na terra, a bandeira do MST). Conforme explicita Almeida (2006)

No acampamento, as formas organizativas do MST se materializam por meio de grupos de famílias, setores, equipes e coordenadores. Os grupos de base ou grupos de famílias, cuja organização é feita pelo critério proximidade de vizinhança [...]. Os principais núcleos de setor que funcionam no acampamento são: educação, saúde, alimentação, segurança, disciplina, liturgia, animação e higiene (ALMEIDA, 2006, p. 183).

Percebe-se no entanto, que o acampamento é de fato uma organização social; é certo que voltado para um objetivo: a obtenção da terra; mas nem por isso é ocioso na

espera do seu desejo, ao contrário, tem sua dinâmica própria e cada acampado é responsável por torná-lo vivo.

De acordo com Esterci (1992, *apud* ALMEIDA, 2006), a palavra assentamento tem origem na década de 1980 na burocracia estatal brasileira e se refere às etapas da ação do Estado em alocar populações e a resolução de problemas de ordem socioeconômica.

O camponês assentado é aquele que despossuído da terra, entra na luta, no movimento contra a concentração da terra, contra um Estado aliado dos grandes proprietários. Por fazer parte de um movimento consciente, reivindicatório, o camponês se torna mais politizado, seu espírito de luta resplandece e é a partir daí que ele tem acesa a esperança de conseguir um dia sua terra de trabalho e de morada. Assim, não é a ausência de terra que lhe tira o direito de ser camponês.

Com terra ou sem terra, na luta ou até mesmo fora dela, não importa, afinal não são esses os requisitos para designar alguém de camponês. Ser ou não ser camponês está no modo de vida, no modo de trabalho, até mesmo porque a terra no modo de produção capitalista tem valor e auferir renda, logo não é um bem comum destinado a toda sociedade (mesmo que seja na teoria, por direito).

O camponês assentado se envolve em ações coletivas que vão muito além da produção agropecuária. Ele se preocupa com questões de cunho político/ideológico; mais ainda, seu espírito solidário se torna mais latente. No assentamento a vida familiar parece que se expande: a solidariedade, a partilha, a ajuda são ainda maiores, extrapolam por completo o núcleo familiar.

Conforme coloca Fabrini (2003, p. 09), “os assentamentos são um espaço de ações coletivas [...]. São realizadas também, nos assentamentos, as ações comunitárias” (FABRINI, 2003, p.09).

Enquanto as ações coletivas dizem respeito às ações de conteúdo político e passam pela representação do interesse de classe, as ações comunitárias, por sua vez, acontecem mediante a solidariedade entre as pessoas.

Na verdade, essas ações (sejam elas coletivas ou comunitárias), são de certa forma uma resistência dos camponeses ao ordenamento social capitalista e, mais ainda, elas são reflexo do modo de vida camponês.

Almeida (2006) ainda atenta para o problema do uso multifuncional da palavra assentamento, pois ora tem o sentido de política de reordenação fundiária, ora de solução do problema populacional relacionado à moradia (principalmente urbana). Isso

causa ao menos uma confusão quanto ao sentido real do acampamento, que é a luta pelo chão de moradia livre.

O assentamento expressa a luta dos camponeses contra o sistema do capital. As cooperativas, por sua vez representam uma saída para o camponês assentado, pois elas podem

manter as pessoas integradas a um grupo de produção, fortalecendo a solidariedade entre os membros rompendo o isolamento; desenvolver a consciência política e resistência na terra; participação social com maior capacidade de intervenção; preservação do meio ambiente, etc. (FABRINI, 2003, p.94).

Ainda em relação aos assentamentos como lugar político para o camponês, Fabrini (2003) coloca que

Os assentamentos de sem terra não são apenas lugares dedicados à produção agrícola/pecuária/agroindustrial, mas também o lugar do debate político, no qual se discutem questões como a conquista da terra e a continuidade articulada das lutas. Os assentamentos são um ‘campo fértil’ para que os ideais possam se materializar e as utopias não morrerem (FABRINI, 2003, p. 101).

Fabrini (2003) destaca que a proposta de cooperação dentro dos assentamentos foi idealizada e posta em prática pelo MST. Entre 1979 e 1985 ainda não havia política de cooperação nos assentamentos, o que ocorria mais eram mutirões, troca de dias de serviço (ainda com o auxílio da igreja). No período de 1985 a 1989 as primeiras cooperativas foram idealizadas, sob influência do modelo cubano e com forte apoio do MST. A partir de 1990 o Sistema Cooperativista dos Assentamentos (SCA) tornou-se mais organizado, principalmente devido aos níveis: assentamento, estadual e nacional, possuindo funções específicas na estrutura orgânica, tais como produção e viabilidade econômica dos assentamentos.

A respeito dos assentados, Borges (1997, *apud* Almeida, 2006), relata que

Há um fato em comum que lhes confere uma identidade enquanto grupo – o nascimento na terra, o trabalho na terra, a peregrinação por outras terras, a expulsão da terra, a vida na cidade e a volta à terra, onde era o seu lugar. Violência? Talvez nem sentida, mas sempre presente, arrancando raízes, obrigando a andar mais, para frente, para trás, tentando arrancar a esperança de um dia tudo vai mudar. Capitalismo? Exploração? Mas o que é isso? Trabalho sim, muito trabalho. E fome, na cidade, onde tudo tem que pagar. E a lembrança do tempo de fartura que um dia vai voltar. Já está voltando, com a terra! (BORGES, 1997, p. 132/133 *apud* ALMEIDA, 2006, p. 293/294).

Esse relato expressa de forma poética e bastante contundente a saga de um camponês; mais especificamente de um camponês sem terra, que na lida diária busca um chão. Mas, em todo caso o assentamento é o território do camponês. Antes terra de latifúndio, o pedaço de chão uma vez assentado por camponeses, passa a ser terra politizada, de controle e posse camponeses.

Muitas vezes, o assentado consegue concessão do Estado para morar na agrovila. Contudo esse caráter que o Estado tem buscado dar ao campo tem causado diversas polêmicas

entre a população assentada, mediadores e os técnicos do Estado, na medida em que para os últimos a concepção da agrovila inscreve-se no quadro da racionalidade, da modernidade de estender ao campo os avanços conquistados na cidade [...]. Já para a maioria dos assentados, esse entendimento de dar contornos urbanos para o rural fere sobremaneira o estilo de vida do campo, basicamente porque se contrapõe à concepção de trabalho e vida camponesa [...] (ALMEIDA, 2006, p.257).

Isso reflete o hábito camponês, seu modo de vida. E ainda, ao impor aos camponeses certas “exigências” (tais como pinturas nas casas de uma mesma cor), está de certo modo desrespeitando seu universo peculiar e mais uma vez lhe tirando aquilo que tanto custou para ser conquistado: a liberdade.

Em geral, pode-se dizer que um assentado é, antes de tudo, um camponês, pois mesmo sem terra, seu modo de viver e de ver a vida é o mesmo daquele camponês com terra. Assim, o assentado é apenas uma palavra, uma tipologia delegada àqueles camponeses que lutam no assentamento (propriedade improdutiva ou grande latifúndio) por um pedaço de chão. E ainda, “a luta realizada pelos camponeses é mais do que luta pela propriedade da terra – é luta para entrar na terra e construir sua participação no processo social (FABRINI, 2003, p.203).

Toda essa diversidade de “tipos” de camponeses é explicada pela sua luta diária em nome da sobrevivência, pela vontade de permanecer morando no campo e ainda, pela falta de atuação do Estado em prol de melhoramento das condições econômicas e sociais dos camponeses.

O certo é que o camponês apesar de considerado como um modo de vida ou uma classe, não sobrevive (em sua maioria) apenas do trabalho agrícola; ele busca uma série de estratégias para sobreviver. Em trabalho de campo, foi visto que o trabalho desenvolvido pelos camponeses nem sempre é o que ele gostaria de fazer, mas é o que há (ou o que lhe dá um maior rendimento).

Na relação capitalista o camponês se transforma em proletário rural, ou seja, em assalariado. Essa transformação ocorre devido, além de outros fatores, a expansão das lavouras em grandes estabelecimentos. Isso faz surgir uma necessidade de mão-de-obra que passa a ser suprida por camponeses denominados de diaristas (para não chamá-los de assalariados). Assim, o camponês se transforma em assalariado na medida em que o capitalismo invade o campo e as relações econômicas e sociais passam (mesmo que forma lenta) por uma metamorfose. A esse respeito, Iani (2005) ressalta que:

É verdade que o desenvolvimento das forças produtivas (capital, tecnologia, força de trabalho, divisão social do trabalho) e das relações sociais de produção (de colono, ou meeiro, a assalariado) é a base da metamorfose do camponês em proletário (IANI, 2005, p.134).

Desta forma, pode-se dizer que a existência do proletariado rural nada mais é do que o resultado das mudanças nas relações econômicas e sociais relacionadas ao modo de produção. Mas, isso não quer dizer que o campesinato deixará de existir dando lugar ao proletariado, ambos existem (e existirão) concomitantemente, pois o capitalismo “permite” o lugar de cada um no campo brasileiro.

Com o crescente número de proletários rurais, o sindicalismo rural passa a ter mais vigor. É a partir do Estatuto do Trabalhador Rural que as condições de contrato de trabalho no campo se tornam mais efetivas.

A Tabela 01, que apresenta os dados do Censo Agropecuário de 2006, expressa parte das tipologias de camponeses encontradas no município de Itabaiana. Conforme pode ser observado, o número de proprietários rurais no município é bastante grande se comparado ao total de estabelecimentos (de 3.561 estabelecimentos agropecuários, 3.283 são proprietários, ou seja, 92,19% do total). Quando se refere à área, essa proporção é ainda maior, pois 97,51% pertencem a proprietários. Isso reflete o intenso número de camponeses proprietários de terra, o que quer dizer que esses sujeitos apesar de envolvidos em várias intempéries do mundo moderno no que concerne o atual modo de produção, mantêm-se na terra, mesmo tendo que buscar outros tipos de trabalho para sobreviver com sua família. Isso também evidencia que seu modo de vida ainda mantém-se ativo no campo brasileiro.

Outro fator bastante relevante desta tabela é perceber que quase não há arrendatário, ocupante, parceiro e, ainda mais assentado. O que de certa forma parece contraditório, pois se sabe do processo histórico de luta pela terra que há no Brasil, o que não difere do estado de Sergipe. De acordo com o INCRA (2008), o município de

Itabaiana não possui nenhum assentamento, nem acampamento, o que parece mascarar a realidade de luta pela terra. Ainda, apesar dos dados da Tabela 01 apresentar um número ínfimo de estabelecimentos agropecuários por assentados, este número existe (06 unidades) e representa uma área total de 9 hectares. Desta forma, é preciso tomar os dados secundários de maneira cautelosa, para não ocorrer enganos de “inventar” ou “mascarar” uma realidade.

Tabela 01 – Itabaiana: Número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários, por condição do produtor em relação às terras, 2006.

Condição do produtor	Variável			
	Número de estab. agropecuários (Unidades)	Número de estab. agropecuários (Percentual)	Área dos estab. agropecuários (Hectares)	Área dos estab. agropecuários (Percentual)
Total	3.561	100	19.816	100
Proprietário	3.283	92,19	19.323	97,51
Assentado sem titulação definitiva	6	0,17	9	0,05
Arrendatário	23	0,65	44	0,22
Parceiro	15	0,42	46	0,23
Ocupante	213	5,98	394	1,99
Produtor sem área	21	0,59	-	-

Fonte: IBGE: Censo Agropecuário, 2006.

Org: SANTANA, Gleise Campos Pinto, 2011.

Alguns camponeses fazem uso do trabalho volante para sobreviver. Estes migram por determinado período de tempo para trabalhar numa empreitada ou mesmo numa fazenda mais próxima. De acordo com Gonzales e Bastos (1977), o trabalho volante é considerado

como uma relação de trabalho na qual os produtores diretos vivem exclusivamente da venda de sua força de trabalho e, para tanto, são obrigados a se deslocarem continuamente, seja de um local fixo a diferentes lavouras, ou de uma fazenda à outra, a fim de executarem tarefas em regime de empreitada direta e intermediada (GONZALES e BASTOS, 1977, p.28).

Desta feita, o trabalhador volante é aquele camponês que continuamente migra para poder vender sua força de trabalho e logicamente, sobreviver. Seu deslocamento ocorre por falta de opção, pois ele não possui os instrumentos de trabalho (em especial a terra em quantidade suficiente) para sobreviver. Nesta situação, a condição de autonomia camponesa se esvai para dar lugar a dependência, afinal ele necessita da terra

do outro para tirar o pão de cada dia. É o camponês sem unidade familiar de produção, ou mesmo o camponês com unidade de produção insuficiente para sustentar a família. Percebe-se então que este trabalho volante é uma estratégia encontrada pelo camponês para sobreviver; para o latifundiário que absorve essa mão-de-obra é uma excelente oportunidade, tendo em vista que suas terras e produção precisam das mãos camponesas para dar frutos.

Um ponto que deve ser ressaltado é que esse trabalho volante em alguns casos vistos na pesquisa de campo é uma migração cidade campo costumeiramente conhecida como migração pendular. São trabalhadores da cidade que geralmente residem nas periferias das cidades e migram para trabalhar nas grandes fazendas da zona rural.

Em trabalho de campo foi notável a presença dos trabalhadores volantes que saem da cidade para trabalhar no campo.

Na cerâmica Santo Antônio (uma indústria presente no rural) localizada no povoado Rio das Pedras, são vários os trabalhadores que residem na cidade de Itabaiana e se deslocam todos os dias para a zona rural do município. Conforme pode ser observado na Figura 08, há um grande número de motocicletas dos funcionários da empresa, demonstrando a quantidade de trabalhadores que se deslocam diariamente para vender sua força de trabalho.

FIGURA 08: Motocicletas de trabalhadores que residem na cidade de Itabaiana e trabalham no povoado Rio das Pedras.



Foto: SANTANA, Gleise Campos Pinto, 2010.

Vale ainda ressaltar que o exemplo da Cerâmica Santo Antônio, não trata exatamente de camponeses, mas de trabalhadores urbanos que trabalham na área rural do município. Mas há que se considerar que essa indústria atrai além de trabalhadores

urbanos, muitos camponeses ou filhos de camponeses que buscam uma renda fixa que independem das oscilações climáticas e dos ciclos das produções agrícolas.

O trabalhador volante não tem o salário definido previamente; ele recebe a partir de empreitada, por tarefa, não importando a quantidade de produto ou o tempo gasto na produção. Mas, obviamente o volante buscará sempre realizar o trabalho na sua tarefa o mais breve possível, pois só assim receberá o salário, bem como poderá começar o trabalho noutra tarefa. Logo, indiretamente nesta relação “trabalhista” o camponês sente a necessidade de prolongar a jornada de trabalho para assim, aumentar o salário, ou seja, é uma relação trabalhista um tanto quanto penosa para o camponês e muito favorável para o proprietário.

De acordo com Gonzales e Bastos (1977), o trabalho volante tem algumas vantagens sobre as relações de trabalho assalariadas para os empresários agrícolas capitalistas:

- O trabalho de tarefa por empreitada possui uma fiscalização bastante reduzida, pois a qualidade e intensidade do trabalho são controlados pelo próprio salário. Assim a possibilidade do volante fazer uma colheita ruim ou demorada, por exemplo, é remota, pois isso afetará diretamente na redução do seu salário.
- O trabalho do volante é intensificado, tendo em vista que quanto maior o número de tarefas realizadas, maior será o seu ganho; nem que isso implique em colocar mão-de-obra feminina e infantil da família para colaborar no aumento da produção.
- O trabalho volante em regime de tarefa por empreitada não é considerado pelo Estatuto do Trabalhador Rural (1963) como uma forma de emprego assalariado, logo exime o latifundiário ter despesas com encargos trabalhistas.
- Os trabalhadores volantes não residem nas fazendas dos patrões e isso tira o risco destes se envolverem em casos de direitos trabalhistas e ainda inibe despesas com água, lenha, frutas, etc.

Com base nessas vantagens, fica claro como aqueles camponeses que se envolvem neste tipo de trabalho são silenciosamente superexplorados, pois os empresários rurais estão livres de quaisquer acusações explícitas, já que a própria legalidade lhe concede esse triunfo. Sem contar que aparentemente são os próprios trabalhadores que optam em prolongar a jornada de trabalho, mas na verdade a exploração começa a partir do momento que eles recebem apenas por tarefa realizada,

e essa condição só lhe é posta porque ninguém melhor que o proprietário da terra para saber da necessidade do camponês.

O trabalho volante é na prática uma expressão real das relações capitalistas no campo. Ele é uma modalidade de trabalho assalariado (neste caso o parâmetro para pagamento de salário é a tarefa).

Em suma, pode-se dizer que o camponês busca das mais possíveis estratégias para sobreviver e manter sua família no campo. E isso não lhe tira o direito de ser camponês, pois isto ninguém é capaz de arrancar-lhe, faz parte do seu modo de viver, está intrínseca nas suas ações, no modo de agir, pensar e realizar. Ainda, esse ser camponês só lhe será tirado, se assim o permitir.

3.2 O trabalho acessório como possibilidade/alternativa

Com a dissolução da indústria doméstica camponesa em que os camponeses produziam para si mesmo, vieram sérias consequências para este grupo social: era preciso agora transformar seus produtos em mercadoria e vendê-los, ou seja, cair na dependência do mercado. A terra que tinha apenas valor de uso agora é convertida em valor de troca – passa a ser hipotecada – neste momento a família que até então matinha no seu núcleo familiar todos os descendentes, agregados, entrara agora em dissolução, pois só assim seria possível que o excedente de trabalhadores da unidade familiar fosse inserido no mercado – transformando-os muitas vezes em proletários. Diante desse contexto que se “cria entre os pequenos lavradores a necessidade de ganhos acessórios, obtidos fora de sua própria exploração” (KAUTSKY, 1980, p. 34).

Destarte, nasce assim o trabalho acessório, no contexto europeu. No caso brasileiro ele nasce junto com o campesinato, uma vez que esse sujeito social está muitas vezes apartado de seus meios de produção, em especial a terra. Não nasce de um interesse do camponês em adquirir dinheiro e consumir – como é o propósito do sistema capitalista. Pelo contrário, esse trabalho acessório nasce da necessidade do camponês em buscar uma renda capaz de mantê-lo na terra. Renda essa que em muitos casos existe também para dar suporte a toda família. O camponês apenas se proletariza para ajudar a manter a família num determinado espaço de tempo. Se proletariza porque ele está pela primeira vez, vendendo sua força de trabalho, “[...] o camponês funciona como reservatório de força de trabalho para a indústria” (SANTOS, 1978, p. 37).

A busca pelo trabalho acessório (que em alguns casos é trabalho não agrícola) pode representar para muitos a negação do ser camponês ou ainda indícios de descamponização. Contudo, a busca por trabalhos que estão “longe” da terra ou fora da unidade familiar de produção, representa para o camponês, uma estratégia de sobrevivência, a busca incessante de manter-se na terra, de permanecer como um camponês.

Ainda, a busca pelo trabalho acessório representa no momento, uma possibilidade de melhor rendimento em contraposição a realização do trabalho agrícola. Acerca dessa discussão, Paulino e Almeida (2010) fundamentadas no pensamento de Chayanov (1974), afirmam que

os momentos em que as atividades não agrícolas apresentam possibilidade de ganho superior à agrícola, a mão de obra familiar migra nessa direção, simplesmente por ela representar a possibilidade de alcance do equilíbrio interno de forma mais rápida (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 34/35).

Vale frisar que aparentemente esta afirmação condiz com a idéia de que o camponês “vai para o lado mais lucrativo” (seja ele agrícola ou não), contudo isso não procede, pois quando o equilíbrio da unidade de produção familiar se reestabelece, o camponês retorna seu labor na terra. Assim, esse ir e vir (no tocante ao trabalho) diz respeito apenas a uma questão de sobrevivência, de necessidade.

A transformação periódica de camponês em proletário gera uma fonte de renda complementar, mas por outro lado gera também a mudança (mesmo que momentânea) de autônomo, livre para proletário. Em outras palavras,

[...] o trabalho acessório do camponês cuja família tem flexibilidade para liberar um de seus membros [...] significa uma combinação técnica e econômica de otimização do uso da força de trabalho familiar, a qual ficaria ociosa caso não ocorresse o trabalho acessório (SANTOS, 1978, p.39).

Em contrapartida, o trabalho acessório no campo significa o avanço do capitalismo neste espaço, pois

ele ainda não chegou ao fim, e ainda hoje prossegue, abarcando novas regiões, transformando novas esferas de produção camponesa para o consumo pessoal em domínios de produção de mercadorias, aumentando das mais diversas maneiras a procura de dinheiro por parte do lavrador, substituindo o trabalho de família pelo trabalho assalariado (KAUTSKY, 1980, p.35).

Foi diante desta realidade em que o camponês tem de sobreviver na sua terra e ainda que conviver muitas vezes com a superexploração por parte das grandes empresas rurais, que ele viu a possibilidade de “ampliar seus horizontes”, melhorando suas condições de vida doméstica e modernizando os instrumentos de trabalho agrícola, (quando possível), mesmo que a duras penas: com alta jornada de trabalho e subordinação do trabalho ao capital. E, isso aconteceu devido à necessidade de trabalho (além do agrícola), acessório (trabalho esse que não se restringe ao trabalho não agrícola). Acessório porque este é um trabalho que auxilia na manutenção do camponês na terra, sem, contudo tornar-se o trabalho principal. Daí ser “acessório”.

Para Kautsky (1980, p. 32), com a inserção do capitalismo no campo, o camponês caíra sob a dependência do mercado, perdeu sua autonomia e “quanto mais à produção agrícola se transformava em produção de mercadorias, tanto menos lhe era possível manter-se na fase primitiva da venda direta do produtor aos consumidores”. Ele precisava tornar-se (mesmo que em alguns momentos apenas) um operário assalariado que difere do assalariado urbano, pois este último tem no assalariamento sua única condição de sobrevivência nos espaços da cidade, enquanto que o camponês se assalaria em alguns momentos.

Esse trabalho acessório ocorre de maneira periódica onde trabalhadores camponeses recebem via assalariamento, horas de trabalho para saírem de suas terras e irem trabalhar em terras alheias ou até em construção de casas e em indústrias.

No espaço rural do município de Itabaiana foram vários os exemplos de trabalho acessório praticado pelo camponês. Famílias com mão de obra destinada para a construção civil, moto táxi, venda de frutas na beira da estrada (Figura 09), *lan house* (Figura 10), olaria, dentre outros.

A Figura 09 representa uma banca de frutas na beira de uma estrada, que pertence a uma família de idosos à espera da aposentadoria. Estes, apesar de cultivar na sua própria unidade de produção, compram frutas para vender diariamente na beira da estrada para ajudar na manutenção da família. A Figura 10 mostra o avanço da tecnologia no campo, pois aí está uma *lan house*, com computadores disponíveis para jogos e acesso a internet. Percebe-se o quanto o camponês busca estratégias das mais variadas para manter sua família no campo.

FIGURA 09: Venda de frutas na beira da estrada, povoado Lagoa do Forno, 2010.



Foto: NASCIMENTO, Adelli Carla Silva, 2010.

FIGURA 10: Lan house ao lado de residência, povoado Rio das Pedras, 2010.



Foto: SANTANA, Gleise Campos Pinto, 2010.

Com o avanço do capitalismo no campo, as ofertas de assalariamento no espaço rural tendem (e estão acontecendo) a aumentar, pois no campo há uma menor concorrência por parte das empresas capitalistas que aí se inserem e ainda há a grande oferta de mão-de-obra barata por parte dos camponeses ou de seus filhos e filhas. As indústrias de construção civil e de processamento, postos de gasolina, hotéis fazenda, resorts, pesque-pague e, mais recentemente, residenciais para as classes mais abastadas, compõem alguns dos negócios “geradores de emprego” para algumas famílias de camponeses brasileiros. Esse trabalho acessório significa além de uma maior

expropriação da força de trabalho camponesa, uma combinação técnica e econômica de otimização do uso da força de trabalho familiar. Para Santos (1978), esses camponeses

não aceitam ser trabalhadores expropriados e sujeitos a um proprietário, mas admitem um trabalho acessório que não implica a perda de sua condição camponesa, também não lhes escapando que, além de suplementar monetariamente o rendimento insuficiente, a atividade acessória funciona como aprendizagem antecipada da condição de proletário, característica particularmente valiosa para os filhos que desde há algum tempo migram para as cidades (SANTOS, 1978, p. 39).

Contudo, é certo que o trabalho acessório não é visto pelos camponeses como uma maneira de “sair” do trabalho agrícola, pelo contrário, o trabalho acessório é o complemento, é uma fonte de renda monetária complementar que acontece geralmente de maneira periódica, quando o período de entressafra acontece. E, essa condição de assalariar-se, (mesmo que por certo período de tempo), torna o camponês naquele momento um vendedor de sua força de trabalho, o que difere de sua condição original: a autonomia (difere, mas não lhe tira a condição camponesa de dono dos meios de produção, autônomo).

É real o fato de que o camponês vê no trabalho acessório uma maneira de sustentação e melhoria de vida no campo.

O trabalho acessório, apesar de ser muitas vezes essencial a sobrevivência da família camponesa, só é realizado quando permitido pela mesma, ou seja, o trabalho acessório como uma realização da produção, acontece a partir do momento que o camponês permite.

Assim, diante da necessidade que esse sujeito apresenta para conseguir manter a família, o trabalho acessório é uma possibilidade (mesmo sabendo que em muitos casos é somente uma alternativa). É a possibilidade do “dinheiro extra” para ajudar nas despesas da família; mas é também a alternativa – às vezes única – suficientemente capaz de manter a família no campo (mesmo com toda exploração a que é submetido), pois o trabalho agrícola não é suficiente para tal manutenção. Daí porque o trabalho acessório ser a possibilidade e a alternativa do camponês.

A diversificação de tipos de ocupação rentável no meio rural vem favorecendo tanto o camponês como o homem urbano, pois enquanto o primeiro consegue manter-se no campo (de forma proletarizada), para o segundo não aumenta a concorrência do mercado de trabalho e não se agrava uma série de problemas dos centros urbanos, como as aglomerações urbanas excessivas, a favelização, aumento de

desemprego e competitividade no mercado de trabalho, violência urbana e degradação ambiental (tendo em vista que quanto maior o número de habitantes de uma cidade, maiores serão todos os problemas). Assim, apesar da condição pela qual a família faz uso do trabalho acessório – vendendo sua força de trabalho –, para ela, de certo modo essa condição trás “benefício” (aumento da renda familiar, ainda que se entenda que o grande benefício é do capital) isso devido ao nível de miserabilidade e dependência ao qual estão inseridas.

Diante disso, cabe questionar se não seria mais adequada, ao invés de políticas assistencialistas, de transferência de renda para as famílias pobres camponesas, a criação de políticas de geração de renda no campo, dando condições para os camponeses produzirem e comercializarem sua produção? A resposta a essa indagação é óbvia, a segunda alternativa seria o mais apropriado. Porém isso dificilmente será implementado, tendo em vista que aumentaria a autonomia e reduziria a subordinação do campesinato ao capital.

Em entrevistas aos camponeses, foi visível o quanto o trabalho acessório é disseminado nas famílias camponesas. Entre os “tipos” de trabalho acessório realizados, um deles teve grande destaque na pesquisa: a agricultura, pois muitos camponeses sem terra para plantio (ou terra insuficiente) trabalham em propriedades vizinhas e com isso obtém uma renda acessória no orçamento familiar.

Assim, mesmo despossuído de terra suficiente para produção, o camponês continua sua ligação com a terra, com o trabalho oriundo dela (o agrícola), que apesar de cansativo, é gratificante, afinal: “trabalhar na terra é bom demais” (GDU3).

Por isso o trabalho acessório é muitas vezes igual ou mais importante que o trabalho principal. Ou ainda, é do trabalho acessório que a família garante a sua sobrevivência.

Das 75 famílias entrevistadas, um total de 35 - o que representa 46% tem algum tipo de trabalho acessório e destes, 17 ou 48% tem o trabalho agrícola como o trabalho acessório.

A precarização do trabalho agrícola fora da unidade familiar de produção é absurda, pois não há condições adequadas de trabalho, tais como roupas propícias a exposição ao sol, meios de produção mais eficazes, proteção contra os raios solares e, acima de tudo, o pouco rendimento que este trabalho trás. Tendo em vista que o dia geralmente varia entre R\$ 15,00 e R\$ 25,00, a depender do “patrão” ou da tarefa.

Ainda em relação à agricultura como trabalho acessório é pertinente relatar como muitos realizam esse trabalho em propriedades de familiares (sogro, cunhado, irmão, pais). Nisto há uma dupla compreensão: de um lado, o dono da propriedade precisa de um auxílio de mão-de-obra e “contrata” o familiar para realizar o trabalho; mas, por outro lado, a solidariedade camponesa é nitidamente percebida, visto que muitos proprietários e produtores cedem parte de sua propriedade para parente sem cobrar nada em troca (nem parte da produção, nem parte do rendimento), exceto o prazer em estar ajudando o seu próximo. Na Figura 11, pode-se observar um camponês que trabalha na terra do irmão, na produção de hortaliças. Para ele, esse trabalho é bom, pois ele faz o que gosta e ainda conta com a ajuda de seu familiar, que lhe permite tirar parte do ganho da produção.

FIGURA 11: Camponês trabalhando na terra do irmão, Lagoa do Forno, 2010.



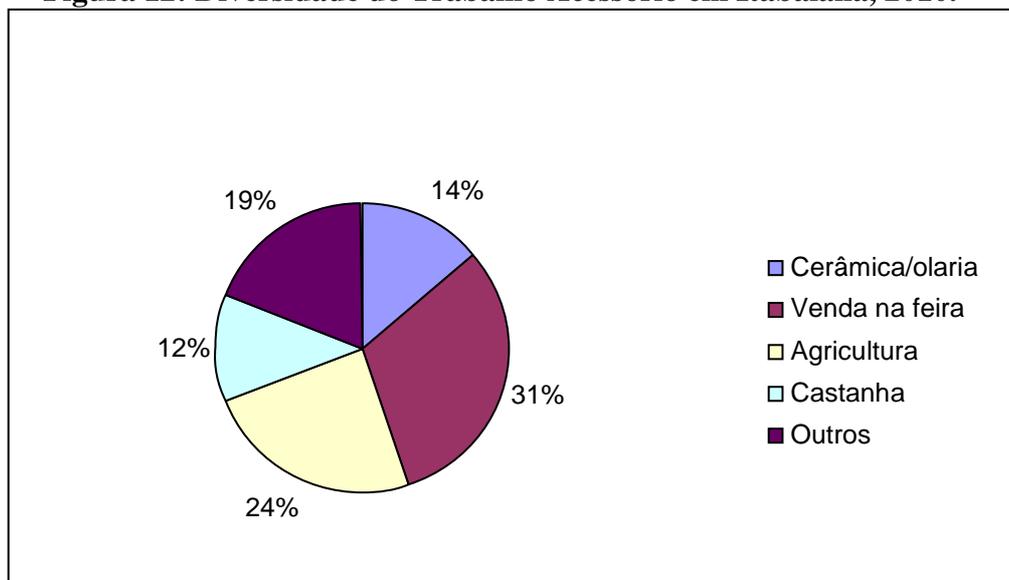
Foto: SANTANA, Gleise Campos Pinto, 2010.

A Figura 12 mostra como o camponês busca estratégias de sobrevivência das mais diversas formas. Conforme pode ser observado, os tipos de trabalho acessório são bastante diversificados. A venda do produto agrícola na feira representa 31%, seguido da agricultura, com 24%. Isso representa que o trabalho agrícola ainda persiste como a maior marca do campo; este trabalho é desenvolvido por aqueles que têm terra suficiente para sua auto subsistência, por aqueles que não têm terra (neste caso trabalham em terras de outro), e ainda por aqueles com terra insuficientemente capaz de sustentar a família (precisam somar suas terras com o trabalho em terras alheias). Estes últimos têm a agricultura não como sua total autonomia, mas como meio de

sobrevivência que necessita de um trabalho acessório que auxilie no suprimento das necessidades familiares. O trabalho acessório agrícola tem sido uma das marcas mais visíveis na dinâmica camponesa em Itabaiana.

Em outros casos, o trabalho acessório é representado por trabalhos mais exaustivos, como o trabalho na cerâmica que representa 14% do universo pesquisado e o da produção da castanha, com 12% do total. Os outros tipos de trabalho acessório (19%) ainda representam uma diversidade significativa, pois foi visto que camponeses se submetem a trabalhos tais como: pedreiro, vigilante e manicure. Independente de toda essa diferenciação, uma coisa é certa: o que está em jogo é apenas a sobrevivência do camponês, e para que esta ocorra, às vezes são necessárias algumas submissões, o que tem intensificado a super-exploração do trabalho.

Figura 12: Diversidade do Trabalho Acessório em Itabaiana, 2010.



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Org: SANTANA, Gleise Campos Pinto

3.3- Outras estratégias de reprodução: a produção para o autoconsumo, a migração temporária, as práticas solidárias

É sabido que para sobreviver o camponês busca as mais variadas formas. Muitos são os tipos de trabalhos mais especificamente urbanos hoje em voga na vida de vários camponeses. Todavia, práticas sociais (e econômicas) de caráter mais histórico, cultural, ainda persistem com bastante veemência na vida desses sujeitos. Desta forma, entender a produção para o autoconsumo, a migração temporária e as práticas solidárias

como estratégias de reprodução são pertinentes para um conhecimento mais real desse universo tão diversificado e distinto que é o da comunidade camponesa.

3.3.1 A produção para o autoconsumo

Com a inserção do capitalismo no campo, o camponês busca várias estratégias de sobrevivência e uma delas é a produção para autoconsumo. Esta, apesar de fazer parte das estratégias praticadas atualmente por muitos camponeses, não é uma prática recente; pelo contrário, a produção para o autoconsumo diz respeito às práticas mais remotas das origens do campesinato, pois este sempre buscou produzir seu próprio alimento na propriedade. E essa estratégia ainda perdura, mesmo com a necessidade que o capitalismo impõe às pessoas de comprar cada vez mais uma diversidade de produtos (sejam eles alimentícios ou não). Desta feita, o camponês do tempo presente ainda se assemelha àquele do século passado, o hábito cultural de produzir o alimento suficiente (ou necessário) a sua subsistência ainda se faz presente nos estabelecimentos familiares.

Nos povoados do município de Itabaiana, em especial na Lagoa do Forno, Gandu I e Gandu II, essa prática é bastante real. Muitas são as famílias que praticam a agricultura nos fundos, laterais ou até mesmo na frente da residência. Para essas famílias, a terra é generosa ao conceder-lhes o alimento. Assim, a produção para autoconsumo representa uma ferramenta para a manutenção, age como uma autonomia do camponês, pois este não depende diretamente de valores financeiros para obter alimentos. Para esses camponeses, o trabalho agrícola é praticado para abastecer a família – essa é a primeira prioridade; o produto excedente é vendido nas feiras livres para ajudar nas despesas familiares. Conforme relatos de alguns camponeses entrevistados – ao perguntar em relação ao trabalho agrícola (qual a finalidade da produção: se consumo ou venda), eles responderam: “às vezes vende, às vezes só dá pra comer” (CR3); “Aqui é mais fácil, tem fruta. Na cidade paga o dobro” (LF3).

No povoado Ribeira, ao se referir à pergunta da finalidade da produção, um camponês advertiu: “Vender não, porque o trabalho assim é mais para o gasto, vender só mais farinha” (RB2). Ou seja, a sua produção serve para dá o sustento da família e, como ela é pequena (a produção), não tem excedente para vender, a não ser a farinha. Isso significa que a produção da farinha é a única suficientemente capaz de sobrar o excedente; aquela farinha não consumida pela família é repassada para o mercado, em

muitos casos através da figura do atravessador (ou acontece também a venda direta nas feiras).

Desta forma, para muitas famílias camponesas a produção para o autoconsumo ainda é a maior prioridade, pois “se fosse tudo pra eu comprar eu passava era fome” (RB1). Logo, pode-se afirmar que a inserção do capitalismo no campo, não foi capaz de liquidar com várias práticas do modo de vida camponês, dentre elas a produção para o autoconsumo.

A Tabela 02 mostra exatamente o quanto os camponeses se empenham na produção agrícola, pois ao analisar o número de estabelecimentos agropecuários e a quantidade produzida, por exemplo, percebe-se a grandeza da produção agrícola do município de Itabaiana. Ainda, se comparar a agricultura familiar (camponesa) à agricultura patronal, é bastante claro o quanto o campesinato é disseminado neste município, pois os números da primeira são sempre superiores aos da segunda. É interessante perceber que até em relação à área colhida (hectare) o número da agricultura camponesa também é superior a patronal. Contudo, isso não quer dizer que os camponeses detêm de grandes quantidades de hectares de terra no município, ao contrário, o que acontece é que há um grande número de pequenos estabelecimentos com produção agrícola que acaba por resultar em grandes quantidades de produção e até mesmo, quando somados, em grandes quantidades de terra.

Ainda se pode perceber suas maiores produções: feijão, milho e em especial, a mandioca que quase sempre é transformada em farinha. Esta última constitui o principal produto da agricultura camponesa e sua principal forma de inserção no mercado. Prova disso é a quantidade produzida (kg) de mandioca pela agricultura camponesa: 34.359.121, ou 94,4% de toda produção do município (Tabela 02).

Essa produção voltada para o autoconsumo muitas vezes é explicada pelo que Santos (1978) chama de trabalhador coletivo. Para ele, a família camponesa é um trabalho coletivo, pois o trabalho agrícola desempenhado na unidade de produção familiar é um trabalho em conjunto, um trabalho coletivo que se dá em família. A divisão do trabalho é feita a partir do sexo: os homens fazem o trabalho mais pesado e as mulheres (e até crianças e adolescentes) desenvolvem as tarefas menos árduas (enquanto os homens estão presentes), pois caso contrário, todo trabalho continuará sendo realizado pela força de trabalho mais “frágil”.

TABELA 02: Número de estabelecimentos agropecuários, quantidade produzida, área colhida, e valor da produção por agricultura camponesa e patronal e tipo de produção vegetal, Itabaiana, 2010.

Tipo de agricultura	Tipo de produção vegetal	Nº de estabelecimentos agropecuários (unidades)	Quantidade e produzida (kg)	Área colhida (ha)	Valor da produção (R\$)
Agricultura Camponesa	Arroz em casca	-	-	-	-
	Feijão preto	22	1.436	4	1.427
	Feijão de cor	324	192.775	235	128.202
	Feijão fradinho	218	74.924	119	60.854
	Mandioca	1.412	34.359.121	4.143	7.568.626
	Milho em grão	573	450.544	242	221.552
	Café	2	-	-	-
Agricultura patronal (não familiar)	Café canephora em grão	1	-	-	-
	Arroz em casca	-	-	-	-
	Feijão preto	-	-	-	-
	Feijão de cor	27	1.780	4	1.602
	Feijão fradinho	36	13.890	21	12.281
	Mandioca	96	2.035.980	245	455.896
	Milho em grão	70	67.302	19	25.781
	Café	-	-	-	-
Café canephora em grão	-	-	-	-	

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Org: SANTANA, Gleise Campos Pinto, 2011

3.3.2 A migração temporária como estratégia

A Lei de Terras instituída no Brasil em 1850 impunha um novo regime de propriedade: a terra só seria obtida por meio da compra. Obviamente, esse regime veio a beneficiar fazendeiros ricos que com o “direito” da posse a partir do seu poder aquisitivo, havia agora a legalidade da propriedade privada. Com as terras cativas, aos despossuídos de renda suficiente para comprá-las, restou somente a venda da força de trabalho. Foi a partir desse período que se intensificou o processo de migração.

Num primeiro momento, imigrantes estrangeiros (agora livres do trabalho escravo) chegavam ao Brasil para trabalhar nas lavouras de café, por exemplo. Era a “importação” de camponeses migrantes que na necessidade de sobreviver, submetiam seus corpos a exaustivos longos dias de viagem em condições subhumanas, para no fim trabalhar na lavoura e dela tirar seu sustento.

O recrutamento dos imigrantes para o Brasil, segundo Martins (1982), era conseguido a partir da idéia que se vendia de que o sacrifício dos primeiros anos de trabalho em terras de fazendeiro seria posteriormente recompensado pelo acesso a pequena propriedade, ou seja, os camponeses (trabalhadores rurais) esperavam ansiosos pelo dia da libertação, em que teriam para si uma pequena propriedade e um trabalho familiar autônomo, afinal essa era a garantia que eles tinham. Quantos desses migrantes conseguiram essa ascensão? Para responder, não é preciso ir muito longe, basta pensar o campo brasileiro hoje.

Muitas são as famílias de camponeses que sem acesso a terra, vão em busca da terra do outro para dela tirar seu sustento. A necessidade de migrar (seja permanente ou temporária) surge exatamente da falta de perspectiva que muitos camponeses se deparam: sem terra e, conseqüentemente, sem perspectiva de trabalho, eles são obrigados em nome da sobrevivência a deixar seu campo, sua família. O campo brasileiro hoje abriga camponeses sem terra ou ainda camponeses com terra insuficientemente capaz de sozinha propiciar a sustentação da família. É dentro desse contexto de expropriação e injustiça social que urge a tão propalada migração temporária entre os camponeses brasileiros.

Buscando sua reprodução familiar, o camponês muitas vezes vai em busca de trabalho. Às vezes, esse trabalho está na fazenda ao lado, ou mesmo no povoado ou município vizinho ao seu, mas o trabalho também pode estar somente a quilômetros de distancia de sua terra de morada; é o trabalho temporário nas plantações e/ou colheitas agrícolas que mantém a reprodução de muitas famílias camponesas.

Ser migrante temporário nas palavras de Martins (1988),

é viver em espaços geográficos diferentes [...]; sair quando está chegando, voltar quando está indo [...]. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca (MARTINS, 1988, p.45).

Todas essas contradições postas por Martins (1988) para definir o migrante temporário expressam a realidade de muito camponês Brasil afora. O migrante temporário vive em espaços geográficos diferentes, pois ora ele está em sua unidade familiar, ora se desloca para outro lugar (quer seja perto ou longe), que representa outra realidade, outra temporalidade e relações sociais diferenciadas. Seu constante deslocamento significa “estar em dois lugares e não estar em nenhum”, pois o camponês ao migrar para trabalhar, ele não se desprende inteiramente do seu *habitat*, afinal suas

relações sociais, história, experiências, laços afetivos ali permanecem; mas, ao mesmo tempo ele está no lugar do trabalho, que não lhe representa nada mais que a busca da sobrevivência. Assim, ele está nos dois lugares e ao mesmo tempo em nenhum.

A respeito do deslocamento e da saga diária que muitas vezes o camponês faz para trabalhar, Martinez-Alier (1977) faz uma narrativa tão detalhada que imaginar a rotina diária do trabalhador se torna mais perceptível aos olhos daqueles que apenas ouvem falar desse ir e vir, do esforço diário de camponeses:

Os homens vestem calças desgastadas e camisas rasgadas; as mulheres calças, saias, duas camisas, uma sobre a outra, lenços amarrados na cabeça, escondendo uma boa parte de suas faces, e um grande chapéu de palha. Todos carregam uma espécie de mochila que contém sua comida, um pedaço de plástico para o caso de chuva e uma lima para afiar sua enxada (MARTINEZ_ALIER, 1977, p. 71).

A partir dessa descrição dá pra imaginar a saga diária do camponês pela sobrevivência. A mobilidade espacial que acontece é apenas em busca de trabalho, logo da sobrevivência. Sua rotina diariamente é a comida fria, o Sol escaldante e o plástico na cabeça como protetor da possível chuva. Percebe-se as condições trabalhistas a que estão submetidos; sem direito a condições dignas de trabalho, resta para este cidadão a luta diária da sobrevivência.

Discutir aqui o que leva um camponês a deixar sua terra e família não é mais pertinente, pois é sabido que essa é em muitos casos a solução encontrada para sobreviver e dar uma assistência familiar. Mas, como fica a família do camponês que partiu para longe em busca de trabalho? E o camponês distante de sua família?

Desgarrado de sua família, o camponês vai em busca da sobrevivência em terra desconhecida. O novo se apresenta para ele como estranhamento. A terra do desconhecido terá que se transformar em sua terra de trabalho. Muitos desses camponeses migram de estados do Nordeste para São Paulo, ou outros estados do Sudeste, e nunca mais voltam. Nos povoados de Itabaiana, em pesquisa de campo, foram vistos muitos casos de famílias de camponeses que geralmente o filho mais velho foi para São Paulo trabalhar com intenção de voltar, mas ali permaneceu. A prática da migração é tão comum que os pais dos filhos que foram embora relatam de maneira natural o fato do filho ter ido tentar melhorar a vida e nunca mais ter voltado. Para eles, essa é a maneira que muitos jovens encontram para tentar um futuro melhor. Assim, a migração temporária muitas vezes se torna permanente.

Impressionante ainda é perceber que muitos pais não sabem sequer onde os filhos moram. Nestes casos, geralmente os filhos partiram para lugares diferentes e eles apenas dizem que “foram tudo simhora tentar melhorar a vida” (GD7). Isso mostra que para os camponeses a saga migrante é inerente aos seus costumes e representa dialeticamente o incerto e a possibilidade.

Entretanto, ainda há um fato que deve ser ressaltado. A migração temporária apesar de desatar, de certa forma, os laços familiares devido à distância, ela, por outro lado, continua unindo os laços familiares a partir do fator econômico (devido à ajuda nas despesas familiares).

Há que se considerar também que a migração acaba alimentando o desenvolvimento do capital, a partir da exploração a que se submete o camponês, transformando em mão-de-obra barata. Assim, se levar em consideração os aspectos positivos e negativos, percebe-se que mesmo sendo uma estratégia buscada pelo camponês para sobreviver com sua família, a migração não deixa de ser resultado e consequência do processo de avanço do capital no campo.

O migrante se vê como temporário à medida que se sente de fora, distante do seu lugar, ele se dissocializou (pois se afastou do convívio social), mas ainda não se ressocializou (com novas relações sociais). Enquanto houver esse período de ausência, o migrante continuará sendo o migrante temporário. No momento que ele se encontrar no novo lugar, ele passará a ser um migrante permanente (MARTINS, 1988).

De acordo com Martins (1988), as migrações temporárias podem ser cíclicas, quando há o tempo de saída e de retorno, geralmente combinadas com ciclos das estações do ano (natureza). Outra modalidade é a regulada pelo calendário agrícola do próprio migrante, ou seja, ele só se desloca quando o tempo da colheita de sua terra acaba (percebe-se o quanto essa migração necessita de um trabalho acessório). E ainda existem aquelas migrações geralmente mais longas que seu tempo é regido pelo ritmo irregular das grandes obras, sejam elas públicas ou privadas.

Contrário ao que se pode imaginar, a migração temporária não ocorre por causa de mão-de-obra sobrando na unidade de produção camponesa. É a falta de terra suficiente para dar sustento à família todo o ano a principal causa que leva o braço mais forte da casa (o pai e /ou esposo) para longe dali. Como consequência, resta para mulheres e filhos mais novos continuar a lida na sua terra para dela tirar o sustento, afinal “para o migrante, o salário apenas complementa a sua reprodução e a de sua

família como força de trabalho” (MARTINS, 1988, p. 54). Destarte, o trabalho principal continuar sendo o familiar.

Para Santos (1978), a migração (seja ela temporária ou permanente), pode representar a reprodução do camponês como personagem social e pode também representar a proletarização do camponês no meio urbano. O primeiro caso refere-se aos casos da migração rural-rural em que membros da família partem para trabalhar em outra terra seja como proprietário ou simplesmente posseiro, ou como assalariado rural, (temporário ou permanente). O segundo caso trata-se daqueles camponeses que partem para os núcleos urbanos em busca da sobrevivência; aventuram-se vendendo a força de trabalho como faxineiro, ajudante de pedreiro, etc., quando não consegue apenas o desemprego como forma de proletarização.

A ida para a cidade significa para o camponês, a expropriação dos seus meios de produção e a perda da autonomia, conforme expressa Santos (1978), “mudar-se para a cidade é claramente percebido como perda da condição de camponês, impossibilidade de realizar o projeto de autonomia – em uma palavra, proletarização” (SANTOS, 1978, p. 155).

Assim, a migração do “partir sempre e não chegar nunca” representa para o camponês muito mais que a saída de seu núcleo familiar, de sua terra de morada. Representa a perda de sua condição camponesa. Porém, muitas vezes ela se faz necessária simplesmente por ser uma alternativa existencial de manter esse sujeito erguido e continuamente construindo sua história no espaço e no tempo.

Ainda Martins (1988) coloca que a mudança do camponês trabalhando na sua unidade de produção para o camponês que se torna um migrante temporário causa uma alienação no camponês (que se recria como operário) uma vez que:

a destruição progressiva dos laços familiares, a incorporação crescente da criança ao processo produtivo [...], não aparecem como resultados da exploração do trabalho pelo capital, mas como insuficiências do trabalho agrícola autônomo, como produto da própria condição camponesa (MARTINS, 1988, p.58).

Desta feita, para o camponês sua condição de precariedade não é fruto do sistema do capital, mas de sua própria condição camponesa. É como se a pobreza lhe fosse inerente, condição *sine qua non* do camponês. Por isso, não é preciso reivindicar, protestar, afinal não foi “ninguém” que lhes impôs tal condição. Isso não seria reflexo da pobreza política a qual estão submetidos os brasileiros (igualmente camponeses)?

A migração, por ser temporária acaba cerceando o direito do camponês se redescobrir noutro lugar, construir novas relações sociais. E esse incessante ir e vir representa condições de trabalho e de vida bastante antagônicas. Enquanto na sua unidade de produção seu trabalho depende do ritmo da natureza, no trabalho migrante (muitas vezes) o ritmo é coordenado pelo capital. E essa transição não lhe permite adaptar-se, pois antes que isso ocorra, ele tem de retornar a sua unidade camponesa. Por isso a colocação de Martins (1988, p. 59) “o movimento inconcluso da sua transição faz com que a cada momento da migração tenha de recuperar os respectivos padrões de sociabilidade”, se faz tão pertinente. Esses “padrões de sociabilidade” dizem respeito às diferenças que há em relação ao trabalho camponês e o trabalho assalariado.

Pode-se chegar a conclusão que a migração não realiza o camponês, não o deixa satisfeito. Ele apenas faz, para complementar a renda da família. E o trabalho camponês se dá no lugar das relações sociais concretas, da autonomia, do descanso, da festa. Em contrapartida, o trabalho assalariado ocorre no lugar do estranhamento, da exploração, da intensa jornada de trabalho.

A partir da pesquisa de campo realizada, foi percebido que vários camponeses se ausentam de suas terras, famílias, laços para buscar o “alimento” noutro lugar. Desta forma, essa realidade descrita por Martins não é algo apenas imaginável, é real. O camponês do município de Itabaiana também migra em busca de um trabalho permanente, temporário (em tempos de seca). Mas alguns destes retornam para nunca mais voltar, conforme entrevistado que foi para São Paulo trabalhar, afirma: “eu voltei porque não deu certo” (GDU4).

Em resumo, é a contradição que acontece a partir do ir e vir e para Martins, a migração só será definitiva e realizada por completo, sem contradição, “quando o reencontro desses dois momentos se der no mesmo espaço e a festa, camponesa, anual, do padroeiro, sair do ciclo cósmico e entrar no ciclo linear do descanso semanal remunerado, do cinema, do futebol” (MARTINS, 1988, p.61).

3.3.3 As práticas de solidariedade

Apesar do processo de assalariamento ser realidade em muitas unidades de produção familiar, uma prática bastante utilizada pelos camponeses no auxílio da produção é a prática de ajuda mútua. Esta é realizada entre os próprios vizinhos quando os braços familiares não são suficientes para determinada produção ou colheita. O

vizinho ajuda sem receber nada em troca, apenas a confiança de que numa eventual necessidade também tem com quem contar. Vale ressaltar que o assalariamento referido que ocorre nas unidades de produção, na verdade são os chamados dias de serviço, em que o camponês recebe pelo dia de trabalho na produção do vizinho. O assalariamento de fato ocorre nas empresas rurais, nos latifúndios.

A prática de ajuda mútua se refere aos valores e costumes camponeses. Sendo comum entre eles a efetivação dos laços de solidariedade a partir do auxílio de mão-de-obra sem venda da força de trabalho. É uma relação estritamente solidária e não capitalista. Contudo, apesar da não venda da força de trabalho, essa prática exige um pagamento não monetário, pois cabe a quem recebeu a ajuda pagar a mesma cedendo a sua força de trabalho.

Para Santos (1978), todas as práticas de ajuda mútua [...] “cobrem uma necessidade de força de trabalho que o camponês não pode suprir apenas com o trabalho familiar, e tampouco com o assalariado, pois seus rendimentos monetários não permitem pagar trabalhadores continuamente” (SANTOS, 1978, p.36).

Desta feita, a prática de ajuda mútua é mais uma estratégia encontrada pelos camponeses para sobreviver no campo a partir do trabalho agrícola.

Uma das práticas solidárias e também cultural do campesinato é a concessão de terra para parentes trabalharem. No universo camponês a terra é sinônimo de trabalho e vida (e não de extração de renda), por isso os pais deixam a terra como um legado para os filhos. A prática da herança é bastante comum no campo, é um direito legal e aplicado a realidade do camponês. Contudo, nem sempre o legado dos pais é suficiente para garantir a sobrevivência dos filhos, tendo em vista que em muitos casos a propriedade familiar e o número de filhos não são compatíveis para se fazer um parcelamento da terra. Nesse caso, um dos filhos compra os direitos dos demais e, com isso, muitos filhos lutam por um pedaço de terra através de um acampamento ou se proletariza. Contudo, uma outra situação pode se configurar.

Conforme visto em trabalho de campo, 35% dos camponeses entrevistados trabalham em terras não própria. Estes são camponeses que por não possuírem terra suficiente para produzir, trabalham em propriedade de algum familiar. Nisso está pautado uma das práticas solidárias do camponês. O dono da propriedade geralmente cede parte dela para o parente (genro, filha, irmão) tirar seu sustento. Nesta relação não há ganho algum (em dinheiro, renda, produção) por parte do proprietário. O ganho que há é apenas o do prazer em poder ajudar um parente na manutenção da família.

Geralmente a propriedade é dividida e cada um (seja o dono ou o parente) fica com a produção gerada a partir do seu trabalho. É verdadeiramente a prática solidária do camponês para com os seus entes.

Outra forma de sobrevivência camponesa é a roça solidária. Esta ocorre mais especificamente nos assentamentos e diz respeito a uma prática econômica e de produção, onde os camponeses (independentes de possuírem relações de parentesco) fazem uso da mesma terra para produzir. Nesta produção, o uso da terra é coletivo e os produtos são apropriados de forma igual por todos. Não há aí a disputa pelo maior fruto do trabalho a partir das horas despendidas para produção, como ocorre nas relações capitalistas de assalariamento.

Fabrini (2003) adverte que este tipo de relação só acontece porque os camponeses não estão interessados em produção excedente, ou sobra da produção. Para ele,

esta forma de produção é possível porque os indivíduos estão conscientes de que devem somente apropriar-se daquilo que é necessário. Por isso, a importância dos valores religiosos na construção desta consciência comunitária (FABRINI, 2003, p.71).

Além da roça solidária, os laços comunitários alcançam também o lazer, as festas religiosas, as visitas entre vizinhos.

É dentro desse contexto de busca pela sobrevivência que está inserido o camponês. Para este sujeito, é preciso ir à luta, buscar trabalho (seja ele na terra ou não), afinal o que está em jogo é a incansável persistência em permanecer junto com sua família no campo. Por outro lado, a partir dessa realidade o poder público – o Estado – deve amparar essas populações mais carentes e lhes conceder ao menos o direito que lhe cabe: o da sobrevivência. É a partir dessa premissa que vem crescendo no campo sergipano (e em todo o país) o acesso as políticas assistencialistas (além do plano da previdência social), cujo objetivo é tentar amenizar o índice de pobreza em que está inserida a maioria da população que aí vive.

4. O OUTRO LADO DA MOEDA: POLÍTICAS PÚBLICAS E CAMPESINATO

O Estado enquanto organismo vivo da sociedade tem por objetivo amparar com assistência a todos sem distinção, principalmente por se tratar de um Estado democrático de direito. Sendo assim, caberia à população ser assistida em todas as áreas civis: educação, saúde, habitação, lazer, dentre outras. Contudo, o que se percebe na prática é um Estado ausente no que se refere ao amparo da maioria da população; é um Estado que, por ser capitalista, é incapaz de atender as necessidades básicas daqueles que são maioria: a população mais carente, marginalizada. Dentre essa população, está uma massa de camponeses que vive no Brasil numa situação precária, sem receber a assistência que lhe é devida. Quando muito, estes são assistidos por benefícios previdenciários e programas sociais de combate a pobreza, o que minimiza consideravelmente a situação de precariedade com que vive essa população, porém sem livrá-los definitivamente da condição de marginalidade.

4.1 Estado: regulador da sociedade e do espaço geográfico

Estado e sociedade civil são pares, ao mesmo tempo, próximos e antagônicos. Próximos porque aqueles que representam o Estado ou exercem cargos públicos são também sociedade civil; por outro lado, são antagônicos, pois o distanciamento entre os dois é nítido e real. O Estado representa a organização, a ordem, o poder. A sociedade civil se apresenta desorganizada, desunida, despossuída de seus direitos e deveres. Sociedade civil é o não Estado, com exceção das igrejas, grupos minoritários, empresários que por terem representantes no poder, são ao mesmo tempo Estado e sociedade civil. Mas, mesmo tendo acesso e influência no Estado, estes grupos não exercem seu poder para benefício de toda sociedade, ao contrário, buscam interesses particulares, logo a sociedade continua a margem de um Estado democrático que defende a igualdade e prega estar a serviço de toda a população.

Conforme muito bem expressa Castro (2009), em todas as sociedades independentemente da escala (seja bairro, cidade, país), há interesses diferentes e conflitantes. Este fato decorre simplesmente da existência de relações sociais entre os indivíduos e da organização do território. Para a autora, as disputas entre diferentes formas de organização do espaço criam tensões para conseguir organizar o território e,

se em toda sociedade organizada há interesses diferenciados, se a vontade de realizá-los gera conflitos e se a política é o modo de organizar esses conflitos de interesses para que, de modo solidário, todos possam alcançar seus projetos de vida, não é possível ignorar a política como uma instituição que faz parte das sociedades diferenciadas e complexas (CASTRO, 2009,p.41).

O Estado, anterior ao capitalismo, surge para controlar, regular, amparar a sociedade. Mas apesar de anterior ao capitalismo, pode-se dizer que hoje o Estado está para esse sistema. Conforme Harvey (2005, p.83) afirma, “O Estado capitalista deve, necessariamente, amparar e aplicar um sistema legal que abrange conceitos de propriedade, indivíduo, igualdade, liberdade e direito, correspondente as relações sociais de troca sob o capitalismo”.

É dentro dessa lógica que o Estado capitalista atende aos interesses dos capitalistas; ele deve funcionar como veículo capaz de regulamentar e efetivar os interesses particulares, contudo em nome do bem comum.

O Estado enquanto instituição organizadora da sociedade está para atender a todos. Ele não deveria privilegiar grupos em detrimento de outros. Em relação a esse aspecto, Miliband (1982, p. 13) destaca que o Estado cumprirá as necessidades dos interesses conflitantes e, “no final, todo mundo, inclusive aqueles que estão no fim da fila, será servido”. Essa posição do autor mostra a natureza do Estado, sua essência. Ao afirmar que “inclusive aqueles que estão no fim da fila será servido”, está se fazendo alusão a um Estado democrático que opta pelo bem comum de toda uma sociedade.

Isso de fato existe na teoria, talvez até no ideário de muitos brasileiros, pois sabe-se que na prática esse Estado é, por vezes, excludente, desmobilizador no que diz respeito a todos. De fato ele atenderá as necessidades, mas não de todos, talvez de todos que fazem parte de grupos de interesses que controlam o aparelho estatal, pois os que estão no “fim da fila” jamais terão suas necessidades satisfatoriamente atendidas, ou para ser mais otimista, não chegará enquanto esse Estado estiver sob a égide do sistema capitalista.

Vale ressaltar que esse não é o ideário do autor, ele apenas expõe para explicar a teoria pluralista do Estado. Ao contrário, para Miliband (1982),

a concepção democrática pluralista da sociedade, da política e do Estado no que se refere aos países capitalistas avançados é errônea no essencial, que essa concepção, longe de oferecer um guia para a realidade, constitui uma profunda deturpação da mesma (MILIBAND, 1982, p.19).

Para ele, a teoria capaz de melhor responder as questões entre sociedade e Estado, é a teoria marxista do Estado. Nesta, o Estado não é algo que está fora da sociedade, ao contrário ele é parte dela. E essa parte tem a incumbência de transmitir a tese de que o Estado objetiva o bem comum.

Na realidade o Estado nas sociedades capitalistas é aliado do setor privado, pois conforme expressa Miliband (1982),

o Estado é de longe o maior consumidor do setor privado e algumas das maiores indústrias não poderiam sobreviver no setor privado sem o consumo estatal e sem os créditos, subsídios e benefícios por ele dispensados (MILIBAND, 1982, p. 20).

É sabido que muitas vezes os representantes políticos do Estado são grandes empresários tanto do poder público quanto do privado; por isso ações estatais beneficiam grandes empreendimentos capitalistas e, diferente do que muitos acreditam, público e privado caminham em parceria, lado a lado. Desta feita, as ações do Estado são estrategicamente calculadas para atingir de forma positiva (econômica) o setor privado. É com base nessa premissa que se pode dizer que o Estado mesmo pregando o bem comum, está para atender a uma classe, uma parcela da sociedade e, mais uma vez, para quem está no “fim da fila” até mesmo as necessidades básicas estão distantes de serem atendidas.

Demo (1995) distingue quatro paradigmas de Estado (capitalista e socialista). No Socialismo, têm-se os Estado Socialista Mínimo, que nunca saiu da discussão teórica (embasou a Comuna de Paris), mas tem como proposta uma democracia popular de base em que a organização democrática começa sempre de baixo para cima e a sociedade tem um controle maior sobre o Estado. No Estado Socialista Máximo, ou socialismo real, prioriza-se a redução das desigualdades através do acesso a saúde, educação, lazer, saneamento, contudo esse Estado tem a figura de repressor, ditatorial.

No capitalismo, o Estado Capitalista Mínimo é caracterizado pela economia de livre mercado, com o objetivo da alta produtividade. Ao Estado cabe a promoção de políticas sociais compensatórias e o “apoio mascarado” as grandes empresas e corporações. No Estado Capitalista Máximo, o objetivo é promover uma maior satisfação do bem estar da população em geral. O Estado Máximo proporciona o assistencialismo previdenciário, saúde, educação, seguro desemprego. Em geral, é o acesso a emprego, renda e bem estar.

Em algumas sociedades existe a política estatal que prioriza um pouco mais a sociedade (pelo menos é o que se prega), é um Estado de bem estar. Bem estar para todos – prioriza-se aí aquilo que é definido pela sociedade: geralmente a educação, a saúde, o seguro desemprego – não se trata de doação por parte do Estado para a sociedade, mas é a conversão dos impostos pagos por todos em ações de bem estar necessário e escolhido pela própria população.

Para Faleiros (1991), o Estado do Bem Estar ou o *Welfare State*, como é comumente conhecido, se baseia nos seguintes fundamentos:

De que o Estado é neutro. De que a sociedade representa um consenso entre os homens (consensual) e que o Estado visa objetivos de justiça (isto é, humanitários). A igualdade se faz para alguns bens primários (excludentes) (FALEIROS, 1991, p. 21).

Nesse modelo de política de Estado, acredita-se que todos os membros da sociedade vivem num consenso, à medida que querem alcançar as mesmas condições. O Estado aparece em terceiro plano, muitas vezes as negociações são feitas apenas entre patrões e empregados – sem intervenção estatal.

Na verdade esse “Bem Estar” é mais do Estado do que da sociedade, pois com esses ideais ele mantém a população “tranquila”, sem protestos. Esse consenso que se afirma haver é imposto pelo Estado e alienantemente aceito pela sociedade. Ainda esse consenso muitas vezes está atrelado à própria reprodução e exploração capitalista, pois o Estado que se diz neutro, induz a população à necessidade de consumo – ou seja, na realidade o consenso vem de cima (Estado) para baixo (sociedade) e o “Bem Estar” é realmente do Estado.

O Estado liberal se apresenta como o protetor dos fracos, aquele que satisfaz as necessidades sociais; esta concepção paternalista do Estado de acordo com Faleiros (1991) é pautada nos seguintes parâmetros:

- Garantia de um mínimo: se refere aos salários mínimos, seguros, auxílio social, que apesar de serem “mínimos”, estão sempre favoráveis para o mercado.
- Individualismo: o indivíduo, e não a classe é considerado sujeito dos direitos; a base individualista da sociedade é conservada.
- Acessibilidade: o Estado possibilita acessibilidade à população através do auxílio jurídico, reforma educacional, hospitalar, etc.
- Universalidade: visa garantir certo mínimo para a população (saúde, educação, lazer, justiça), seja ela pobre ou rica.

- Livre escolha: o indivíduo pode escolher aquilo que quer fazer uso, a exemplo do tipo de escola, de advogado, dos produtos de consumo.

Percebe-se que há um conjunto muito bem estruturado e forjado pelo Estado para se apresentar diante da sociedade como aquele que está para o bem de todos. Ele está muito mais para os grupos de poder, as classes dominantes, entretanto

o aparelho estatal não está somente em função dos interesses da classe dominante. Ele pode integrar, dominar, aceitar, transformar, estimular certos interesses das classes dominantes (FALEIROS, 1991, p.47).

Assim, o Estado liberal democrático é dialeticamente “ajudador” daqueles mais desfavorecidos e parceiro dos pequenos grupos dominantes; é apaziguador dos conflitos de classe e repressivo por ação brutal. Em outras palavras, ele age conforme a situação se apresenta. Mas, de maneira geral o discurso ideológico do Estado é fundamentado na igualdade de direitos, de oportunidades e, se o indivíduo sofre com algum problema social, o Estado o estimula a solucionar esse problema, ao invés de resolver a questão social que afeta a maioria.

Para Demo (1995), o *Welfare State* escamoteia uma série de dilemas, a saber:

- A propalada social democracia esconde a principal chaga do sistema capitalista: mercado como maior determinação para todos os benefícios sociais.
- Esconde que o bem estar às vezes exuberante convive dialeticamente com uma pobreza periférica.
- Quando a pobreza é tratada, acontece só de maneira residual.
- A dita democracia é contraditória à medida que, por vezes, escamoteiam guerras, conflitos raciais, depredações ambientais.
- Escamoteia a ideologia neoliberal que coloca as relações de mercado acima de tudo, inclusive das relações humanas.
- Desvirtua o papel da educação, pois esta no Estado do Bem Estar está para formar mão de obra para o mercado.

A história social e política do Brasil tem sido marcada por uma sociedade civil pouco participativa e sem grandes marcos históricos; por outro lado, o Estado brasileiro tem se mostrado cada vez mais “imobilizador” da sociedade, a medida que de forma indireta, impossibilita que a mesma avance no esclarecimento dos seus direitos, na militância política. No período da Ditadura Militar, o Estado autoritário era combatido por uma sociedade minoritária (grupos como feministas, trabalhadores rurais, estudantes

faziam protestos); foi nesse período (da Ditadura), que a população começou a perceber mais claramente seu lugar subalterno frente ao Estado. Contudo, esses grupos representados pela minoria, como é de se esperar, lutava apenas pelos seus próprios interesses, como a aceitação na sociedade - no caso de mulheres o respeito e a luta por direitos iguais e “a demora na aglutinação desses particularismos teve como causa a heterogênea intervenção espoliativa ou repressiva do Estado ditatorial nos diferentes setores da sociedade, da economia e da política” (MARTINS, 2000, p.76).

Deste modo, percebe-se que o Estado ditatorial causou na sociedade uma impressão de “rachadura”, de heterogeneidade. Era aquele Estado que atendia a interesses de grupos separados. Na sociedade isso estava causando um estranhamento; pois como pode o representante de toda sociedade (o Estado) responder somente aos anseios de alguns grupos minoritários?

Era preciso uma mudança, afinal o Estado deveria está para atender aos interesses da sociedade conforme coloca Harvey (2005). Foi a partir dessa problemática que o Estado se propunha a mudar. Ainda no fim do regime militar, ele busca uma nova forma de regir a sociedade. Conforme assevera Martins (2000),

O Estado brasileiro tomava consciência das mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e se propunha a reconstituir a hegemonia do Estado, mediante a abertura política, de modo a incorporar a nova vitalidade social como um fator politicamente positivo e administrável (MARTINS, 2000, p. 78).

Neste momento o Estado brasileiro passa por uma transição de ditatorial para Estado liberal. Contudo isso não trouxe mudanças significativas para a sociedade. A mesma já havia se tornado corporativista, à medida que continuava a buscar os interesses particulares, por exemplo, classe média, trabalhadores rurais sem terra; não existe no Brasil uma sociedade coesa capaz de “levantar a bandeira” em nome do bem comum.

Demo (1994), afirma que o Estado brasileiro é um super Estado,

porque manipula mais da metade dos investimentos produtivos; porque é em muitos lugares, sobretudo nos mais pobres, o maior empregador; [...]. No entanto, a característica de super Estado se vislumbra, sobretudo, no fato de que escapa à sociedade civil, embora seja por esta sustentado. É uma criatura que ficou maior que seu criador e já o domina (DEMO, 1994, p. 60/61).

Assim o autor coloca o Estado como super poderoso e, na verdade, assim ele tem sido na medida em que seu criador (a sociedade) ficou (e está) dominada por ele (a criatura). É como se a ordem natural das coisas fosse invertida, é o filho que manda no pai; logo, o pai (a sociedade) não consegue mais se ver como autoridade maior, pois já se colocou abaixo do filho (o Estado).

Ainda a respeito da posição do Estado perante a sociedade, Demo (1994) adverte que:

Nós o concebemos como entidade tutelar, que possuiria autoridade própria, recursos próprios, configuração própria, como se fosse algo destacável e superior ao cidadão. É que, em nossa história, primeiro houve Estado, depois povo. Aquele é senhor deste. Na carta de Pero Vaz de Caminha já estava consignada tal postura: subserviência ao poder público e pedido de emprego para parente (DEMO, 1994, p. 66).

Desta feita, o Estado como algo superior e fora do alcance do cidadão é algo bastante antigo no Brasil, e a sociedade atual é de certa forma vítima de um processo histórico em que o Estado sempre se colocou como um ente superior e acima da sociedade. Mézaros (2002), ao analisar o Estado na sociedade capitalista deixa bem claro seu papel e afirma que

O Estado moderno imensamente poderoso – e igualmente totalizador – se ergue sobre a base deste metabolismo socioeconômico que a tudo engole, e o complementa de forma indispensável (e não apenas servindo-o) em alguns aspectos essenciais (MÉSZAROS, 2002, p. 98).

O Estado enquanto organismo vivo representante da sociedade, não é algo que está fora dela. Ao contrário, ele existe como parte da sociedade e é formado por um grupo capitalista que detém o poder de comando. Logo, se a sociedade é regida sobre o modo de produção capitalista, o Estado é capitalista – seu interesse é manter a ordem e o poder da classe dominante. “Necessariamente o Estado se origina da contradição entre os interesses particulares e os da comunidade” (HARVEY, 2005, p. 80).

Por um lado, ele precisa manter sua estrutura de dominação – realizando assim os interesses da classe dominante. Por outro lado, para manter a alienação da sociedade de que ele está para proporcionar direitos, bem estar é preciso pelo menos sanar algumas necessidades da comunidade – necessidades essas vitais para a permanência da estrutura dominantes/dominados. Ou seja, essas necessidades são muito mais que importantes para a sociedade, indispensáveis para manutenção do Estado, que é a

estrutura dominante. A classe dirigente tem de representar seus interesses como se esses fossem interesses comuns de toda sociedade.

Nesse contexto, o Estado com seu papel de regulador da sociedade, também busca intervir na manutenção do camponês enquanto tal. Sabendo-se da importância deste no abastecimento do mercado interno, o Estado através de políticas públicas intervém visando atingir os interesses de classe. Contudo, é interessante notar que ao contrário do que se pensa que os camponeses são “matutos”, ignorantes e tolos, Paulino (2006) ao tratar de alguns programas do Estado do Paraná, visando melhorias para o camponês, mostra a recusa por parte de alguns camponeses de integrarem ao projeto de reforma gratuita de moradias.

Trata-se de uma profunda desconfiança em relação aos objetivos do Estado, manifesta na descrença de que esse pudesse lhe conceder algo de graça. A histórica omissão desse, na melhor das hipóteses, foi suficiente para criar na comunidade esse inusitado mecanismo de defesa [...] (PAULINO, 2006, p.280/281).

Ainda de acordo com a autora, as comunidades camponesas têm uma capacidade de insubordinação frente às funções públicas que muitas vezes são impostas como solucionadoras de problemas da comunidade.

Desse modo, no plano das políticas públicas podem ocorrer desencontros entre as estratégias de intervenção delineadas em gabinetes e sua aplicação prática. Mesmo que no jogo político um equilíbrio circunstancial culmine em programas de interesse dessa classe, ou a conjuntura exija concessões a fim de mitigar as contradições, quanto maior for a distância mantida, maior a probabilidade de desacertos (PAULINO, 2006, p. 283).

Essa afirmação a respeito da distância que há entre o poder do Estado representado pelos órgãos públicos e a sociedade, neste caso a sociedade camponesa exemplifica o quanto a população de um modo geral está a margem da atuação do Estado no que concerne políticas sociais, por exemplo. Muitas vezes sem conhecer a realidade vivenciada pelos nativos, as políticas públicas são elaboradas sem conhecimento das necessidades mais emergenciais da população (a qual será beneficiada). Ou, ao menos, as políticas são vistas com desconfiança por parte dos camponeses devido à situação de exclusão que sempre viveram. Isso mostra o distanciamento entre a elaboração das políticas públicas no gabinete e a aceitação e realidade delas na prática. Ainda, esse distanciamento ocorre porque quem atua frente às políticas públicas são técnicos e “a filosofia do trabalho para o qual foram formados está

embasada no pressuposto de que o saber camponês deve ser removido em nome da eficácia técnica” (PAULINO, 2006, p. 284).

De fato, há um problema que envolve duas lógicas contraditórias: a do técnico que visa o mercado, a produção de mercadorias e a do camponês que contrário aquele deseja somente sobreviver em sua produção e, no muito ter programas públicos que de fato levem em consideração suas reais necessidades. Enquanto o técnico foi formado para ser eficaz em produzir mercadoria, o camponês controla o processo produtivo para a preservação dos instrumentos materiais e o domínio sobre o conjunto dos saberes que possibilita a sua consumação (PAULINO, 2006).

Não obstante, esse saber endógeno transcende o limite da técnica em si. Por ter sido gerado no interior de um processo em que a produção material e a reprodução social são indissociáveis, está impregnado de conceitos e valores nos quais os camponeses se reconhecem (PAULINO, 2006, p.285).

Destarte, os camponeses têm seus valores, crenças que os diferenciam em muito dos que vêm do gabinete do técnico, dos órgãos públicos. O que falta, na verdade é um reconhecimento por parte dos representantes do Estado de que essa classe é dotada de conhecimento e esclarecimento e, mesmo diferindo do conhecimento científico tem sua validação e merece, ao menos, uma atenção antes de elaborar políticas que a princípio (ou aparentemente) objetivam melhoria nas condições de vida dos camponeses.

Em suma, o Estado brasileiro de um modo geral atua frente a populações mais marginalizadas apenas para suprir as necessidades mais vitais à sua sobrevivência. Deste modo, os camponeses que, por fazerem parte desta população, sobrevivem num espaço rural em que o assistencialismo estatal quando muito, está para “ajudá-lo” a manter-se na terra, jamais para tirá-lo da condição de pobreza em que se encontra. Em outras situações como aqueles que não têm terra para morar, o Estado é ainda mais perverso, à medida que não lhe garante o direito mínimo de moradia garantido na própria Constituição.

4.2 Benefícios previdenciários e programas sociais: manutenção x dependência

O Estado enquanto força que define normas, leis e regras, é altamente aliado ao sistema capitalista. Ele está posto para manter a estrutura dominante. Deste modo, pode-se considerar que os chamados benefícios sociais são como uma política de Estado para

manter a estrutura em funcionamento. A estrutura do campo brasileiro, por exemplo, deve ser mantida com camponeses permanecendo no espaço rural enquanto mão-de-obra disponível para produção de alimentos, para ser expropriados e, acima de tudo, para manter a aparência de que o Estado está para subsidiar a população, seja ela do campo ou da cidade.

Assim, os benefícios previdenciários e assistencialistas são exemplos da parceria entre Estado e capitalismo, pois “a noção de que o capitalismo alguma vez funcionou sem o envolvimento estreito e firme do Estado é um mito que merece ser corrigido” (HARVEY, 2005, p.92).

As políticas públicas têm se tornado “alvo” do interesse estatal, pois o Estado capitalista tem o interesse de ser o regulador da economia e da sociedade. Para tanto, não basta apenas partidos políticos, eleições, governos, cargos, é preciso inserir a sociedade neste contexto. “As políticas públicas desenvolvidas ganharam uma conotação histórica, institucional e normativa, que as diferenciava das fórmulas anteriores de combate à pobreza, caracterizadas pela ausência de direitos” (BRESSAN, 2004, p.164). Contudo, ainda assim o Estado brasileiro se limita a “resolver” questões sociais daqueles mais pobres, mais carentes; e essa resolução se assim pode-se dizer, se restringe a ações consideradas emergenciais ou paliativas.

É nesse contexto que as políticas sociais brasileiras são, a grosso modo, um sistema de proteção social composto de programas setoriais cuja eficácia e eficiência dependem muitas vezes da ação conjunta entre governos federal, estadual e municipal. Ainda, essas políticas “servem” apenas para àqueles mais marginalizados e carentes; aqueles que no jogo do sistema capitalista, perderam; perderam o direito ao trabalho, lazer, a democracia! Assim, as políticas públicas sociais têm por objetivo imediato suprir as necessidades emergenciais de uma parte da população.

Cohn (1995), ao analisar as políticas públicas sociais brasileiras, as caracteriza como: alto grau de centralização (pelo governo federal); onerosa, pela superposição de programas; privatizada por boa parte dos serviços serem prestados pelo setor privado; discriminatória e injusta porque é o nível de renda que define o acesso aos serviços prestados; fontes instáveis de financiamento provenientes de recursos fiscais complementados por outros de variada natureza.

As políticas sociais têm uma conotação histórica, institucional e normativa que garante a efetivação do direito ao cidadão. Dentro desse contexto estão às rendas previdenciárias rurais, e ainda mais recentes no Brasil, têm as transferências

governamentais ou, como são mais comumente conhecidas, as políticas assistencialistas que garantem às famílias que mantêm os filhos na escola, por exemplo, um valor pago mensalmente “capaz” de ajudar nas despesas familiares.

4.2.1 A evolução do sistema previdenciário no Brasil

Schwarzer (2000) analisa os impactos socioeconômicos do sistema previdenciário rural no Brasil fazendo também um estudo comparativo desse sistema em países como Alemanha, Polônia, Equador, Argentina.

Na Alemanha, há desde 1995 um subsistema de seguro social rural que oferece prestações mais limitadas que o seguro social geral, partindo do pressuposto de que o aposentado na velhice buscará formas complementares de renda. O interessante é que na Alemanha podem-se somar duas aposentadorias: a rural e a urbana (caso o trabalhador rural também tenha desenvolvido funções de trabalho urbano). O sistema previdenciário é dependente do Estado, não tem autonomia.

Na Polônia, o subsistema de proteção social aos agricultores existe desde 1990 e é conhecido pela sigla Krus. Este oferece o benefício àqueles que têm idade de 65 anos (homens) e 60 anos (mulheres) desde que tenham contribuído por 25 anos (a cada trimestre num valor referente a 30% do valor da aposentadoria polonesa).

No Equador, em 1973 foi criado o Programa del Seguro Social Campesino que beneficia apenas trabalhadores associados a cooperativas e comunidades agrícolas que cumprem determinados critérios de estruturação institucional.

Na Argentina, o programa de “aposentadoria por idade avançada” data da década de 1940 e só beneficia aqueles trabalhadores rurais com idade acima de 67 anos que comprovarem um tempo mínimo de trabalho de 10 anos em atividades rurais e que esta tenha sido o principal meio de vida do candidato ao benefício.

Mesmo sabendo que os primeiros antecedentes do sistema previdenciário brasileiro datam ainda do final do século XVIII e início do XIX quando surgiram para beneficiar os oficiais da marinha e do exército, a Previdência Social teve uma expansão significativa no meio rural brasileiro somente no final do século XX. Surgida em 1920 no Brasil, o seguro previdenciário só foi estendido à classe rural a partir dos anos de 1970.

O sistema de aposentadoria surgiu no primeiro momento entre as grandes empresas com o objetivo de manter a mão-de-obra estável, pois só tinha direito as

Caixas de Aposentadorias aqueles trabalhadores com vários anos de serviço e boa conduta (aos olhos do patrão). Contudo, esse sistema ainda se apresentava com grande fragilidade, tendo em vista que ele era pago pela própria empresa privada, ou seja, não havia a intervenção estatal para arcar com o pagamento.

Desta forma, a garantia das Caixas pagas ao trabalhador era o bom funcionamento da empresa (caso houvesse falência, a aposentadoria também era automaticamente encerrada). Essa condição de certa forma fazia com que os trabalhadores se empenhassem bastante no trabalho, afinal a empresa deveria crescer e se manter em estabilidade, pois só assim havia a garantia das aposentadorias. Nesse jogo, o trabalhador muitas vezes aumentava suas horas de trabalho, ocorrendo assim o aumento da produção e, conseqüentemente, da extração da mais valia, pois de certa forma era isso que garantiria seu seguro. Era a exploração capitalista em nome do bem estar e seguridade do trabalhador.

Somente mais tarde, por volta de 1920, o Estado intervém e torna as aposentadorias obrigatórias. Algumas empresas temiam a perda do controle da mão-de-obra de seus trabalhadores, pois esse controle era garantido através das Caixas de Pensão. Era o regime de capitalização da economia entre Estado e empresa privada.

De acordo com Faleiros (1991), na Constituição da Primeira República (1881), foi validada a aposentadoria para os funcionários em caso de invalidez. Foi em 1907 que houve o reconhecimento oficial dos sindicatos dos trabalhadores que reivindicavam direito a aposentadoria. Em 1967 a lei dos acidentes de trabalho foi integrada aos seguros sociais (lei nº 5.316 de 14 de setembro 1967). Todavia, essa lei era assegurada apenas aos trabalhadores industriais, o que mostra a marginalização sofrida pelos trabalhadores rurais por parte do Estado.

Um dos setores trabalhistas que conseguiu o bônus das Caixas de Aposentadorias foi o dos ferroviários e isso é explicado pelo fato do café nesta época (década de 1920) ser o produto mais exportado do país que enriquecia de forma abundante os grandes fazendeiros e era através das ferrovias que ele era exportado. Logo, os ferroviários representavam uma mão-de-obra bastante importante para o enriquecimento de parte do país e o interesse das oligarquias representantes do Estado era bem mais que beneficiar o trabalhador.

A partir de 1930, no governo de Getúlio Vargas com o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, começou-se a se fazer uma política de seguro social para as mais diversas categorias e trabalhadores, contudo foi uma política desigual. Houve ainda a

substituição das Caixas pelos Institutos, o que deu ao governo federal uma maior centralização.

No Quadro 02, pode-se observar de maneira cronológica o avanço das políticas sociais e aposentadorias no Brasil.

Quadro 02: Avanço das políticas sociais e aposentadorias no Brasil.

Ano	Ocorrências
1930	Estabilidade de emprego após 10 anos de serviço para pessoal de força, luz, bondes, telefone [...] (lei 5.109 de 1926).
1931	Criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.
1931	Suspensão dos benefícios dados, por tempo de serviço (Decreto 19.810).
1931	Extensão dos seguros a empregados em serviço de água e esgotos.
1932	Regulamento sobre aquisição de casas.
1932	Extensão da previdência aos empregados em serviços de mineração.
1933	Começa a era dos institutos, agora por setor e não por fábrica. Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos – IAPM (Decreto 22.872 de 29/6/33) [...].
1934	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes – IAPC (Decreto 24.273 de 22/5/34).
1934	Caixa de aposentadoria e pensões dos trabalhadores em trapiches e armazéns de café.
1934	Idem para operários e estivadores.
1934	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários – IAPB (Decreto 26.615 de 9/7/34).
1934	Nova Constituição – consagra o direito à previdência.
1936	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários – IAPI (lei 367 de 31/12/36) [...].
1938	Instituto de Aposentadoria e Pensões para Trabalhadores dos Transporte e Carga – IAPETEC [...].
1940	1º de maio: lei que fixa o salário mínimo a todo o país.

Fonte: FALEIROS, 1991, p.133/134.

Organização: SANTANA, Gleise Campos Pinto.

Percebe-se a ausência de legislação social aos trabalhadores rurais. A política social fragmentária e gradual do governo Vargas não contemplou àqueles que trabalhavam com a terra. Os camponeses estavam excluídos desse processo e ainda não tinham nenhuma representatividade e poder de voz no cenário político.

Somente a partir da década de 1960 todos os Institutos foram integrados ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) o que visava principalmente reduzir os custos dos empresários.

Foi a Lei Eloi Chaves (Lei n.º.4.682 de 24 de janeiro de 1923) que deu o pontapé inicial ao sistema previdenciário brasileiro, cujo objetivo era determinar os instrumentos legais para a formação de Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) para os empregados das empresas ferroviárias da época. Sendo que o pagamento das rendas previdenciárias ficava a cargo dos empregadores e empregados e não do Estado, como nos moldes atuais (Favoni, 2001, Schwarzer, 2000 *apud* Aquino e Souza, 2007). No governo de Getúlio Vargas, década de 1930, as CAPs foram substituídas pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Ainda na Era Vargas o trabalhador rural estava excluído do direito de receber qualquer tipo de benefício social, isto porque o grupo dos chamados trabalhadores rurais não apresentou, não impôs pressão popular frente ao governo. Eles não eram vistos como grupo social, menos ainda, não eram vistos como grupo social integrado que representava pressão e exigências de programas sociais ao Estado brasileiro.

No campo, o direito a aposentadoria demorou muito a chegar. O campesinato só passou a ter acesso ao benefício depois de 1960. Assim, a intervenção estatal no implemento dos seguros previdenciários obrigatórios, se deu de forma lenta e gradual ao mesmo tempo que isso se justifica na relação entre poder público (Estado) e grandes empresas privadas. É neste contexto que se insere a exclusão a que foi submetido o campesinato no tocante ao benefício social da aposentadoria.

Na época da Velha República, o poder estatal estava nas mãos de uma oligarquia rural que mantinha a ordem do país. Para eles, não havia nenhuma necessidade de legislação social, pois os camponeses sob a base da opressão e exploração tinham “direito” as terras do patrão para delas tirar seu sustento.

Ainda em relação às aposentadorias no Brasil, Simões (2004), fala a respeito do processo histórico ocorrido no país relacionado a essa questão.

Segundo o autor, de 1930 até meados dos anos de 1960, o país vivia reivindicações de segurados segmentados por categorias profissionais. Os Institutos de Aposentadorias (IAPs) tinham suas lideranças sindicais que reivindicavam apenas em nome de sua categoria. Segundo Faleiros (1991), os primeiros trabalhadores a serem beneficiados com as aposentadorias foram os ferroviários (1923), funcionários públicos (1931), marítimos (1933), bancários (1934), comerciários (1934), industriários (1936), trabalhadores de transportes (1938), portuários (1938).

Foi o governo militar que unificou as categorias trabalhistas e criou o ministério específico para os assuntos de previdência e assistência social. Simões (2004)

adverte que a unificação dos institutos de previdência trouxe resultados negativos tais como o valor e a qualidade dos benefícios. “Nesse sentido, tensões e enfrentamentos com os trabalhadores da ativa eram temas recorrentes. A queixa geral era a de que as lideranças sindicais da ativa não se preocupavam com problemas de aposentadoria, como se não lhes dissessem respeito” (SIMÕES, 2004, p.30).

Por outro lado,

a virtual perda dos vínculos com a categoria profissional, acarretava pela saída da condição de trabalhador ativo, trazia em contrapartida a perspectiva de constituir um movimento reivindicativo unificado à base de uma identificação comum e ampla como aposentado ou beneficiário da previdência (SIMÕES, 2004, p.30).

A partir de 1980, muitos aposentados entraram numa luta judicial em prol de reajustes e contra o governo militar. O resultado disso foi a criação em 1985, da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP).

Na década de 1990 (governo Fernando Collor de Melo), os aposentados começaram a ter mais projeção, devido a mobilizações que estes faziam pressionando as autoridades da previdência por condições de aposentadoria mais digna. Para Simões (2004), as manifestações públicas ganharam mais destaque “numa conjuntura em que aposentados apareciam como os únicos a protestar nas ruas contra o Planalto” (SIMÕES, 2004, p.45).

Mais tarde, no governo Fernando Henrique Cardoso, os aposentados eram vistos como fatores de desestabilização do Plano Real. Autoridades técnicas e governamentais tinham a capacidade de vê o direito a aposentadoria como um privilégio. Já no governo Lula, um fato chamou a atenção: o ex ministro da Previdência Social Ricardo Berzoini, em nome da coibição de fraudes, bloqueou o pagamento aos aposentados com mais de 90 anos. Para receberem o benefício esses idosos eram obrigados a comparecer nas agências bancárias (ou do INSS), para assim comprovar que estava vivo. Essa ação causou grandes repercussões, pois “forçava” idosos debilitados, frágeis a se locomoverem até agências, sem contar que muitos sem transporte particular, tinham ainda que pegar ônibus coletivo com pouca estrutura física adequada para recebê-los.

Como se pode perceber, o aposentado no Brasil apesar de já ter conquistado o direito ao benefício, ainda lhe falta conquistar respeito e dignidade por parte daqueles que representam este país.

4.2.2 Campesinato e Previdência Social no Brasil

Na década de 1960, foram tomadas as primeiras iniciativas para estender a cobertura previdenciária aos trabalhadores rurais. A primeira dessas iniciativas, o Estatuto do Trabalhador Rural, de 02 de março de 1963, regulamentou os sindicatos rurais, instituiu a obrigatoriedade do pagamento do salário mínimo aos trabalhadores rurais e criou o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural - FAPTR, posteriormente, em 1969, denominado FUNRURAL. Na prática, a cobertura previdenciária aos trabalhadores rurais não se concretizou, pois os recursos (financeiros e administrativos) necessários à sua efetivação não foram previstos na legislação. O FUNRURAL surgiu como medida de proteção ao trabalhador rural mais idoso. Contudo, o mesmo ainda era muito limitado, visto que somente beneficiava os chefes de família, ou seja, quase que somente pessoas do sexo masculino, acima de 65 anos com uma renda de nada mais que meio salário mínimo.

Ligado ao FUNRURAL, surgiu ainda o Programa de Assistência Rural (PRORURAL) que previa benefícios previdenciários e melhores condições de saúde aos aposentados rurais. E, segundo Santos (1979, p.115) *apud* Brumer (2002, p.03), o PRORURAL distinguia-se do sistema previdenciário urbano em pelo menos três aspectos: 1) seu financiamento era feito através de um imposto sobre a comercialização dos produtos rurais e, em parte, por tributação incidente sobre as empresas urbanas, em lugar de uma concepção contratual; 2) os trabalhadores rurais não faziam nenhuma contribuição direta para o fundo; 3) não existia uma estratificação ocupacional entre os trabalhadores rurais.

O Prorural/Funrural cobriu os trabalhadores rurais, pescadores (a partir de 1972) e garimpeiros (a partir de 1975), bem como seus dependentes, oferecendo como benefícios a aposentadoria por idade aos 65 anos, a aposentadoria por invalidez, a pensão para viúvas e órfãos, auxílio-funeral e assistência médica (SCHWARZER, 2000, p.9).

Foi somente em 1988, com a redemocratização do Brasil e a outorga da nova Constituição, que o sistema de Previdência Social Rural passou por profundas melhorias (mas somente implementadas em 1992) após regulamentação pelo Congresso Nacional, que, segundo Schwarzer e Quirino, (2002) *apud* Aquino e Souza, (2007, p.04), pode-se destacar:

- I. O direito de a aposentadoria ser estendida ao cônjuge (o que significava, na prática, a mulher), sem importar o fato de que o chefe de família possa ou não estar recebendo um benefício da Previdência Social;
- II. A redução da idade dos beneficiários (as) do campo em cinco anos, passando a ser de 60 anos para homens e 55 para mulheres trabalhadoras rurais, em comparação com os trabalhadores urbanos, 65 e 60, para homens e mulheres, respectivamente;
- III. A garantia de um benefício equivalente a um salário mínimo oficial (1 SM) aplicado ao caso das aposentadorias rurais.

Além das garantias acima citadas, em 1988 a legislação previa a concessão do salário-maternidade às mulheres trabalhadoras rurais, mas este item foi vetado pelo Presidente Fernando Collor de Melo, por ocasião da regulamentação da legislação previdenciária em 1990. Posteriormente, graças às pressões exercidas pelos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais junto aos parlamentares, seu direito ao salário-maternidade foi aprovado, em agosto de 1993, e regulamentado um ano depois. Através deste benefício, quando têm um filho(a), as mulheres trabalhadoras rurais passam a receber um benefício equivalente a um salário-mínimo mensal, durante quatro meses (120 dias), benefício que, na Constituição de 1988, foi estendido de três para quatro meses para as trabalhadoras urbanas.

O sistema de aposentadorias no Brasil se restringe (para a grande maioria da população) a um salário mínimo. De acordo com Peixoto (2004), até o fim de 1980, o Brasil era um dos poucos países que permitia a aposentadoria por tempo de serviço independente da idade. Em 1991, a Previdência Social alterou as regras e introduziu o limite etário para a passagem à aposentadoria: 35 anos de contribuição para os homens e 30 anos para as mulheres – sendo a exigência mínima de 53 anos de idade para os homens e 48 para as mulheres.

A aposentadoria em muitos casos, não significa mais o “fim do trabalho”, o descanso. Boa parte dos trabalhadores ao se aposentarem, não recebem mais o mesmo salário de quando trabalhava. Assim, eles não recebem, ao se aposentarem, o valor correspondente ao que cotizaram durante a vida de trabalho. A queda no valor do benefício é de certa forma, uma frustração, pois o trabalhador sonha esperando pelo dia da aposentadoria e ainda contribui proporcionalmente ao valor que recebe. E, ao se aposentar, se depara com um valor abaixo do salário recebido na ativa. Isso muitas vezes o obriga a voltar para o mercado de trabalho, mesmo de forma informal (como geralmente acontece).

Essa situação da aposentadoria ser insuficiente na manutenção do aposentado ou de sua família varia do espaço urbano para o rural. Não que o valor do rendimento varie, mas a variação diz respeito ao custo de vida (no campo e na cidade).

É sabido que a população que reside na cidade tem um alto custo de vida – se comparado à população rural -, pois na primeira ocorre o lócus da troca, da compra e venda de mercadoria, do comércio. No campo, ao contrário, a produção agrícola facilita à vida da família no tocante a diminuição dos gastos, pois impede que a mesma necessite comprar alimentação necessária a sua sobrevivência.

O impacto da aposentadoria na família urbana e rural é diferente; pois no caso da primeira, conforme mencionado anteriormente, o valor é geralmente menor que o salário recebido e essa aposentadoria não consegue suprir as necessidades do aposentado (ou da família). Por outro lado, a aposentadoria no espaço rural surge como um sonho conquistado, tendo em vista as baixas condições financeiras com que sempre viveu a maior parte das famílias rurais. Neste caso, o valor da aposentadoria muitas vezes é superior a renda mensal que a família obtinha. Daí a aposentadoria rural ser altamente impactante nas famílias rurais (do espaço rural) e necessitar de uma análise mais detalhada. Contudo, não deve ser esquecido que estas rendas são fruto de um objetivo planejado, premeditado pelo Estado: manter a estrutura do campo brasileiro – latifúndios, empresários rurais de um lado, e a grande massa de trabalhadores rurais de outro.

Mas, em todo caso pode-se dizer que a aposentadoria tem avançado grandemente na melhoria da condição social e econômica da população (seja ela urbana ou rural). A Tabela 03 mostra o número de aposentados no país, em Sergipe e no município de Itabaiana.

TABELA 03: Número de aposentados total, urbano e rural, 2009.

	Total	Urbano	Rural
Brasil	26.831.267	18.695.298	8.135.969
Sergipe	251.486	136.221	115.265
Itabaiana	13.029	5.523	7.506

Fonte: INSS, 2009.

Org: SANTANA, Gleise Campos Pinto, 2011.

Conforme se pode observar no total do país, o número de aposentados urbanos é bem superior ao rural. Os aposentados urbanos representam 69% do total do país,

enquanto os rurais representam 31%. Ao contrário, em Sergipe, 54% dos aposentados estão na zona urbana e 45% na zona rural, o que resulta num número mais equitativo entre os espaços diferenciados. Já no município de Itabaiana, observa-se o inverso da realidade do país, pois 42% dos aposentados do município está no urbano e 58% no espaço rural. Esse dado é comprobatório do quanto o município de Itabaiana possui uma população rural altamente significativa no tocante a economia do município e aponta para a grande importância da renda proveniente de benefícios previdenciários.

Uma das questões atuais acerca da temática aposentadoria é o fato de muitos aposentados ao se desligarem do trabalho se sentirem ociosos, sem ocupação. Isso acontece tanto no campo quanto na cidade e a maneira mais fácil de lidar com esse “problema” é retornar ao mercado de trabalho. Contudo, essa não é uma tarefa fácil, pois muitas vezes esses aposentados são discriminados pela idade e a oportunidade de reinserção no mercado de trabalho custa muito a acontecer. Para aqueles residentes no espaço rural e proprietários de estabelecimento familiar, a dificuldade não existe, devido à autonomia e liberdade que os camponeses que lidam com a terra têm. A alternativa para os aposentados da cidade é, em muitos casos, o mercado informal, tendo em vista que este, independente de oportunidade de empresa ou chefe para existir.

Em trabalho de campo foi possível perceber em alguns relatos de pessoas mais velhas ou mesmo idosos, que a aposentadoria apesar de ser altamente significativa no orçamento familiar, não tira do homem do campo o prazer em trabalhar: “a gente trabalha mais pouco porque tá aposentado, mas trabalha” (LF11, 2010).

Ainda foi visto que alguns continuam desenvolvendo algum tipo de trabalho (seja ele agrícola ou não), somente para ajudar nas despesas familiares ou ajudar alguém da família. Conforme relata uma entrevistada: “eu trabalho na castanha só pra ajudar minha irmã. Eu dou o dinheiro todo pra ela, porque já sou aposentada” (CR4, 2010).

A entrevistada é uma senhora aposentada que mora sozinha e se submete a fazer o trabalho de assar e quebrar a castanha para ajudar financeiramente a irmã, pois segundo ela, esse trabalho além de se constituir numa ocupação (o que lhe é importante) ajuda na manutenção da família de sua irmã. Neste caso, além de envolver a questão de manter-se ativo desenvolvendo algum tipo de atividade, a pessoa trabalha por solidariedade a um ente familiar – isso mostra uma das características mais marcantes do camponês: a prática solidária (assunto discutido no item 3.3 do capítulo 3).

Peixoto (2004) aborda o quanto a aposentadoria é importante na composição da renda das famílias rurais. Nesse sentido a autora destaca que:

Se o Estado não intervém para minimizar a má distribuição de renda, se o orçamento público para as políticas sociais diminui a cada ano, se o seguro desemprego e o seguro doença são ínfimos, e se os raros programas sociais existentes são destinados a uma parcela restrita da população brasileira, a família é o único apoio que resta (PEIXOTO, 2004, p.74).

Desta feita, a fala da autora demonstra claramente a realidade de muitas famílias brasileiras (o que também envolve famílias rurais). No campo, esta situação ainda é mais forte que na cidade, pois em quase 100% dos casos analisados, nas famílias que tem algum aposentado residindo, a renda mais importante na manutenção familiar é o benefício da aposentadoria. Como exemplo, basta dizer que geralmente uma família adquire semanalmente um rendimento médio de R\$50,00 a partir da venda de produtos agrícolas na feira. Assim, o rendimento mensal estará por volta de R\$200,00. Se comparado este valor com uma aposentadoria, percebe-se que é menos da metade (lembrando que o valor da aposentadoria rural é um salário mínimo). Entre os camponeses entrevistados, o sonho de se tornar um aposentado é tão grande, que em trabalho de campo no povoado Gandu I (município de Itabaiana), em entrevista com um casal de idosos, a senhora indagou: “essas perguntas não vão atrapalhar a aposentadoria dele não né?” (GD6, 2010). Isso porque o senhor (vendedor de frutas na beira da estrada) está tentando se aposentar para finalmente, segundo ele, “descansar mais”.

Isso mostra o quanto essas famílias são dependentes do Estado e mais ainda, como viviam essas famílias antes da aposentadoria fazer parte do orçamento familiar.

Além das rendas previdenciárias, as transferências governamentais, as popularmente conhecidas “bolsas”, têm tornado o espaço rural ainda mais dependente das ações do Estado. É impressionante a dependência de uma família por um valor monetário aparentemente ínfimo (R\$15,00, R\$20,00, R\$60,00), mas que devido ao nível de miserabilidade em que se encontram é dada tamanha importância a esses benefícios.

Para melhor compreender esse fato, é preciso entender o significado desse tipo de ação do Estado e o que ele representa no mundo do trabalho. Sabe-se que o mundo do trabalho acompanha as mudanças geradas pelo capitalismo. O avanço, as crises, as mudanças na economia, no Estado, causam sérias transformações no âmbito do trabalho.

Basta lembrar-se do período fordista em que se buscava o trabalho em série, homogêneo, com produção em massa (seu objetivo era a ampliação do consumo devido

o barateamento dos produtos). Neste período, a necessidade de operários era grande, o que de certa forma satisfazia a classe trabalhadora. Passado esse ciclo, surge a financeirização da economia e as privatizações. Do alto número de privatizações, restou para o Brasil grande parte do PIB em setores privados da economia e um crescente índice de desemprego. Agora o trabalho vivo é transformado em trabalho morto (conforme assinala Marx) – a implementação do maquinário no lugar do humano é aumentada significativamente.

As empresas (especialmente as privadas) buscam cada vez mais trabalhadores “desespecializados” no sentido de ser multifuncional, diferente do período fordista. O trabalhador moderno é aquele que atende a todos os ritmos, produções, exigências da empresa e do mercado.

Esses fatos narrados que envolvem questões de emprego, Estado, economia, na verdade são exemplos do processo voraz e crescente da reestruturação produtiva do capital, que cada vez mais rápido muda de planos, usa o trabalhador que devido a sua necessidade se submete as intempéries do capital.

Com isso, restou para o Estado lidar com as conseqüências dessa reestruturação, o desemprego é sem dúvida a de maior impacto na sociedade. Seu papel é tentar equacionar o desemprego e a medida comumente utilizada é parte do que se convencionou chamar de política pública. Pode-se dizer que se refere as políticas ou programas estatais, que objetivam amenizar a pobreza material de uma população ou ainda melhorar situações trabalhistas. Assim,

As políticas passivas são aquelas que consideram o nível de emprego (ou desemprego) como dado, sendo seu objetivo assistir financeiramente ao trabalhador desempregado ou reduzir o excesso de oferta de trabalho [...]. Enquanto isso, as políticas ativas buscam atuar diretamente sobre a oferta ou demanda de trabalho (AZEREDO, 1998, p.15/16 apud GUILHON e LIMA, 2006, p.163).

Exemplos dessas políticas, passivas ou ativas, respectivamente, são seguro desemprego, programas assistenciais e formação profissional, criação de empregos.

O Estado capitalista sabe que o problema da pobreza não será resolvido a partir dos programas sociais, pois faz parte da trama conjuntural do sistema. Com isso, o “jeito” é remediar com políticas sociais assistencialistas. As políticas assistenciais deveriam ter um caráter emancipatório (a ajuda deveria ser acompanhada de medidas que possibilitasse ao beneficiado mecanismo para obtenção de renda e que este passasse a comandar sua própria vida). Contudo, o que se vê é um assistencialismo “barato” que

dá a população necessitada somente a possibilidade de sobreviver mais um dia e amanhã continuar na necessidade e dependência. Em nome da manutenção do poder, é preferível uma sociedade dependente à emancipada.

A assistência/cidadania expressam uma relação dialética, pois enquanto a assistência faz parte da cidadania como direito social democrático, a cidadania deve dispensar toda forma de dependência – incluindo aí a assistência (DEMO, 1995). Nessa lógica percebe-se que o próprio Estado se contradiz à medida que se diz democrático.

Em 2002, no governo de Fernando Henrique Cardoso, foram disponibilizados 12 (doze) programas assistenciais que contemplavam não somente a população rural, mas também a urbana. Para melhor entendimento, segue o Quadro 03 mostrando os 12 programas do governo FHC.

Esse quadro torna claro o quanto o Estado – controlado por um governo – enquanto instância de poder age no sentido do assistencialismo daquele que representa a maioria da população brasileira: a classe trabalhadora expropriada, inclusive do seu próprio trabalho, ou que se encontra abaixo da linha de pobreza. Toda essa Rede de Proteção Social (RPS) como são chamados esses programas assistencialistas, pode ser uma prova do quanto o governo (já que o que se faz no Brasil são políticas de governo e não políticas de Estado) está voltado em prol da melhoria das condições de vida dessa população. Entretanto como está claro na introdução desse trabalho, pretende-se aqui perceber essas ações sob outro olhar. Desse modo, essa Rede de Proteção Social nada mais é do que ações governamentais que visam manter a população no mesmo nível de situação social, pois o que importa para o sistema capitalista que rege o Estado é manter a estrutura dominante-dominado na qual esse par dialético não pode subsistir sem a manutenção da “massa de manobra”. O que acontece na realidade é formação de uma “Rede de Dependência Social”.

Em 2003, início do governo Lula, a RPS foi mantida, houve somente a incorporação de quatro programas, a saber: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que fornece linhas de financiamento com crédito para diferentes “níveis” de agricultores, a merenda escolar, a renda mínima e o Fome Zero.

Quadro 03: Programas da Rede de Proteção Social no governo FHC

Nome	Público alvo	Valores
Bolsa alimentação	Crianças até 6 anos, gestantes e mães no período de amamentação até seis meses, em famílias com até meio salário mínimo per capita.	R\$ 15 por criança até 3 Crianças.
Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	Crianças de 7 a 15 anos envolvidas com trabalho insalubre, penoso ou degradante, em famílias com até meio salário mínimo per capita	R\$ 25 por criança na área rural e R\$ 40 na área urbana.
Bolsa Escola	Crianças de 6 a 15 anos em famílias com até meio salário mínimo per capita	R\$ 15 por criança até 3 crianças.
Auxílio Gás	Famílias de baixa renda, compensadas pelo fim do subsídio ao preço do gás de cozinha, com a abertura do mercado de combustíveis	R\$ 7,50 ao mês por família pago bimestralmente em parcelas de R\$ 15
Brasil Jovem (Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano)	Jovens de 15 a 17 anos residentes em comunidades de baixa renda cuja renda familiar per capita seja de até meio salário mínimo	R\$ 65 por mês
Abono Salarial PIS/PASEP	Trabalhador que receber em média até 2 salários mínimos mensais no ano anterior, e que estiver cadastrado no PIS/Pasep há pelo menos 5 anos, e trabalhado no ano anterior (com vínculo empregatício por pelo menos 30 dias)	1 salário mínimo
Bolsa Qualificação	Trabalhador com contrato suspenso, devidamente matriculado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador	Calculado com base nos 3 últimos salários
Seguro Desemprego	Trabalhador dispensado sem justa causa (inclusive o doméstico), e o pescador artesanal durante o período de proibição da pesca	De 1 salário mínimo a R\$ 336,78, durante até cinco meses. Para o trabalhador doméstico e para o pescador artesanal, 1 salário mínimo
Seguro Safra	Família em situação de risco na área da seca	R\$ 100 / parcela (máximo de 6 parcelas)
Aposentadoria e pensões rurais	Trabalhadores rurais	1 salário mínimo
Benefício de Prestação Continuada (BPC/Loas)	Idosos a partir de 67 anos e portadores de deficiência com renda per capita inferior a um quarto de salário mínimo	1 salário mínimo
Renda Mensal Vitalícia	Idosos com mais de 70 ou inválidos sem meios de subsistência nem amparo	1 salário mínimo

Fonte: Ministérios Setoriais e Mensagem ao Congresso Nacional, 2003 *apud* Senado Federal, Consultoria legislativa, estudo nº273, 2003.

Org: SANTANA, Gleise Campos Pinto, 2010.

Dentro desse discurso das RPS está o de assegurar “o amparo aos mais vulneráveis entre os pobres, tais como: as crianças, as mulheres gestantes e com filhos

em amamentação, os idosos, os desempregados e os pequenos agricultores” (SENADO FEDERAL, 2003, p.04). Os pequenos agricultores que estão inseridos no grupo dos mais vulneráveis são, sem sombra de dúvida, os camponeses. Que, sem querer negar a força desse grupo social, está sim vulnerável e inserido no jogo político do Estado brasileiro. E “esse jogo político, envolvendo tendências opostas, responde pelo modo como as reformas sociais e políticas são concretizadas no Brasil” (MARTINS, 1999, p.69). Os exemplos aqui citados explicitam bem o modo como são efetuadas as políticas de reformas sociais planejadas no Brasil.

As políticas sociais, muito mais que a garantia de um direito assistido ao trabalhador, são “mecanismos eficazes de sustentação do poder aquisitivo mínimo das classes trabalhadoras, evitando-se a ruptura do processo produtivo e da acumulação capitalista” (FALEIROS, 1991, p.159). Desta forma, essas políticas não se resumem ao interesse por parte do Estado e das empresas de amparar o trabalhador, muito mais que isso, elas servem para manter os processos de acumulação capitalista e produtivo, a partir da aposentadoria ou benefício.

Mas, mesmo sabendo que elas fazem parte de um esquema estruturado do Estado para manter a condição de consumo e sobrevivência de boa parte da população, não é pretensão deste trabalho negar o benefício que essa política representa para a sociedade, afinal é com a aposentadoria que o cidadão usufrui do seu direito ao descanso a partir dos 55, 60 anos de idade. É um direito garantido e assistido pela Constituição Federal, o qual não pode apenas ser considerado como uma política assistencialista ou compensatória, pois se assim fosse, estaria negando até mesmo uma conquista social da história brasileira.

4.3 O Bolsa Família e as rendas previdenciárias e seus impactos no espaço rural do município de Itabaiana

A pobreza moderna é maior e bem diversa da pobreza definitiva de um imaginário religioso ou de uma classe média em que o pobre está reduzido a um esquálido esquema de interpretação social e política (MARTINS, 2000, p.81).

Nessa assertiva, Martins adverte a respeito do que é ser pobre na sociedade atual. Para ele, a pobreza não se reduz ao indivíduo que não tem o que comer ou o que vestir, por exemplo. A sua dimensão é bem maior: a pobreza pode ser de ordem intelectual, política, social. Ao mesmo tempo o autor faz críticas a igreja (seja ela católica ou protestante) e a classe média, que reduzem o pobre àquele que tem fome e,

ainda, o classificam como aqueles que estão abaixo da linha de pobreza. Ou seja, têm-se os pobres e os pobres dos pobres; não que essa realidade não exista, mas há que se considerar que o conceito de pobreza tem outra magnitude.

O Estado capitalista tem tornado o homem pobre, no sentido que o transforma em coisa. A coisificação humana (materialização no lugar da humanização) é a maior de todas as pobreza, pois nesse estágio o homem perde a sua dimensão do humano e se “coisifica” – a partir do momento que valoriza apenas o material, o ter e esquece-se do ser humano.

A pobreza está presente em todos os lugares e é, ao mesmo tempo, um fato e um sentimento. É um fato porque ela já não mais está concentrada em países subdesenvolvidos, ou áreas rurais, ou áreas atingidas por catástrofes naturais, porém está nas cidades, nos campos, nos países centrais e nos países periféricos. E se atribui sentimento à pobreza, pelo fato de que em qualquer sociedade, aquelas pessoas desprovidas de renda para consumir, de acordo com os ditames da sociedade, se sentem inferiores àquelas mais abastadas. Com isso, o sentimento de baixa estima e inferioridade está presente, pois essas pessoas não se reconhecem como parte integrante ativa da sociedade.

Conforme muito bem expressa Demo (1994), a pobreza é inerente e necessária para a sociedade atual, pois ela representa a segregação, a repressão, a subserviência, típicos da sociedade capitalista. Contudo, essa pobreza não se resume a pobreza material, quantitativa, ela também é imaterial, qualitativa – pobreza política (não ser instruído com educação, formação política, ideológica).

Logicamente, a pobreza mais visível é a material – ela é visível paradoxalmente devido a sua ausência de alimento, vestuário, emprego... Esta pobreza “é a que se encontra concretamente nas ruas. É a que espanta em primeira mão. É a que constrange pela presença agressiva” (DEMO, 1994, p. 20).

Talvez seja por isso que o Estado na figura de governantes, secretários, propaga o combate a pobreza. Pobreza essa (na visão deles) limitada à carência material. Óbvio que essa pobreza deve ser combatida, pois caso contrário corre-se o risco de acontecer um caos de pessoas famintas, adoecidas e até mortas. Contudo, essa necessidade não justifica a ausência do Estado em ações de combate a pobreza política e educacional, por exemplo. Mas, por outro lado, há que se considerar que o Estado é capitalista, logo não é “conivente” este politizar uma população, pois assim ele estaria criando a possibilidade de uma revolução ou no mínimo, protestos. E, ainda, combater a

pobreza mais aparente faz parte do jogo estatal em mostrar a toda sociedade as ações de melhoria social.

Pode-se afirmar que o Brasil tem um alto índice de pobreza política, sem sombra de dúvidas, superior a pobreza material. Essa pobreza é costumeiramente explícita em períodos eleitorais, em que se vê uma população trocando ‘favores’ por voto ou mesmo elegendo como representante do povo aquela figura da mídia (jogador de futebol, palhaço, cantor) sem levar em consideração a formação política desses candidatos.

Desde os anos 1980 há um debate sobre prover assistência a famílias pobres e miseráveis. A concessão de benefícios e ajuda era então feita pontualmente e de forma indireta, geralmente com a distribuição de cestas básicas em áreas carentes, principalmente, do norte e nordeste, algumas vezes seguidas de denúncias de corrupção devido a centralização das compras em Brasília, além do desvio de mercadorias pela falta de controle logístico.

O idealizador do projeto de ajuda direta foi Herbert José de Sousa, o Betinho, sociólogo e importante ativista dos direitos humanos brasileiro. Durante o governo Fernando Henrique Cardoso finalmente os chamados programas de distribuição de renda foram efetivamente implantados no país.

A criação do Bolsa Família teve como inspiração o Bolsa Escola, programa criado na cidade de Campinas - SP em 1994, e logo em seguida no Distrito Federal em 1995, sendo implementado em 2001 pelo governo federal. É a mais importante das políticas sociais do governo brasileiro e é hoje o maior programa de transferência condicionada de renda do mundo.

Em 2002 já havia no Brasil uma multitude de programas sociais que beneficiava cerca de cinco milhões de famílias, através, entre outros, de programas como o “Bolsa Escola”, vinculado ao Ministério da Educação, “Auxílio Gás”, vinculado ao Ministério de Minas e Energia e o “Cartão Alimentação”, vinculado ao Ministério da Saúde; cada um desses geridos por administrações burocráticas diferentes.

O Programa Bolsa Família, criado em 09 de janeiro de 2004 de acordo com a lei nº 10.836 consistiu na unificação e ampliação desses programas sociais num único programa social, com cadastro e administração centralizados no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o que, segundo o Banco Mundial, facilita sua eficiência administrativa e fiscalização.

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Programa integra o Fome Zero que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome.

Esse programa se propagou de forma mais intensa no país no período do Governo Lula. Este aumentou o número de famílias beneficiadas e deixou esse “legado” para a presidente Dilma Rousseff. A Figura 13 mostra uma residência bastante humilde, no povoado Cajaíba, com material de campanha política. Essa residência representa uma família com uma mulher e oito filhos que sobrevivem apenas do benefício Bolsa Família. Foi bastante retratado o quanto a família depende do programa e com isto, se sentem de certa forma, dependentes de pessoas políticas que representam o Estado.

FIGURA 13: Propaganda política, povoado Cajaíba, 2010.



Foto: SANTANA, Gleise Campos Pinto, 2010.

O Programa possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

A gestão do Bolsa Família é descentralizada e compartilhada por União, estados, Distrito Federal e municípios. Os três entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução do Programa, instituído pela Lei 10.836/04 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/04. A lista de beneficiários é pública e pode ser acessada por qualquer cidadão.

Programas de transferências condicionadas contra a pobreza são políticas sociais correntemente empregadas em várias partes do mundo para combater e reduzir a pobreza. A idéia dos programas de transferências condicionadas começou a ganhar força em 1997, quando só havia três países no mundo com essa experiência: Bangladesh, México e Brasil. Em 2007 quase todos os países da América Latina passaram a ter programas similares, e há interesse de países africanos como África do Sul, Quênia e Etiópia. Existem programas similares na Turquia, no Camboja, no Paquistão, entre outros. A municipalidade de Nova York inaugurou, em 2007, um programa de transferência de renda com condicionalidades, o *Opportunity NYC*, que se inspira no programa brasileiro e no programa mexicano.

Em 2006, mais de 11,1 milhões de famílias de todo o Brasil, ou seja, cerca de 45 milhões de pessoas, receberam 8,2 bilhões de reais, o que corresponde a 0,4% do PIB brasileiro.

O Bolsa Família é citado por alguns analistas como sendo um dos responsáveis pela redução do índice de miséria no Brasil, que caiu 27,7% entre 2002 e 2006.

Para cadastrar no Programa Bolsa Família (PBF), as famílias com renda mensal per capita de até R\$140,00 por pessoa devem procurar a prefeitura de seu município e informar seus dados no Cadastro Único dos Programas Sociais (CadÚnico), de forma a ficarem aptas para inclusão no Programa Bolsa Família. O benefício é liberado de forma impessoal (na visão do Estado), por um processo de seleção da Caixa Econômica Federal - CEF para minimizar as possíveis influências do “governante do turno” no programa, tentando impedir, assim, a provável interferência de políticos. O PBF busca priorizar as famílias de menor renda.

Pesquisas realizadas pelo governo federal entre os beneficiários indicaram que o dinheiro recebido é gasto, pela ordem, em comida, material escolar, roupas e sapatos. Um estudo realizado pela Universidade Federal de Pernambuco dentre os beneficiários residentes na área rural, inferiu, através de técnicas estatística complexas, que 87% do dinheiro recebido é utilizado para comprar comida. Pesquisas promovidas pelo Banco Mundial indicaram que houve uma significativa redução na exploração do trabalho

infantil dentre as crianças beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Esses resultados das três fontes de pesquisa, indicam claramente o que foi comprovado em trabalho de campo no município de Itabaiana.

A presença dos alunos às aulas é acompanhada bimestralmente pelo MEC e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A família que descumprir a condicionalidade por cinco vezes consecutivas tem seu benefício definitivamente cancelado.

Em relação ao programa social concedido pelo Governo Federal, o Bolsa Família, há uma dependência bastante clara por parte das famílias quanto a esse benefício. Devido a precariedade financeira com que vive a população do campo, receber do Estado uma quantia que pode variar entre R\$22,00 e 200,00 (a depender do número de crianças e adolescentes da família e da renda mensal por pessoa) é altamente significativa no tocante a auxiliar nas despesas mínimas para a sobrevivência.

É neste contexto de realidade que está inserido o Programa Bolsa Família no campo brasileiro. Num contexto em que famílias dependem da terra para tirar seu sustento, mas essa muitas vezes não é suficiente para suprir as despesas mínimas necessárias.

Não é pretensão deste trabalho colocar os programas sociais como os “salvadores” da pobreza rural; nem tampouco elegê-los como o causador da acomodação, da “preguiça” de ir a luta. Somente pretende-se aqui analisar de que forma essas políticas (sejam elas assistencialistas ou previdenciárias) contribuem na reprodução camponesa e do espaço rural.

Há uma discussão bastante polêmica quanto as bolsas (escola, família). Para muitos estas servem apenas como uma esmola, como algo insuficientemente capaz de tirar qualquer cidadão do estado de pobreza em que se encontra. É certo que são paleativos incapazes de mudar a condição de vida. Mas, olhar criticamente apenas por esse ângulo é negar o que a realidade explicita.

Nos povoados visitados no município de Itabaiana vários foram os depoimentos de famílias que dependem direta ou indiretamente do Bolsa Família para sobreviver. Mais de 90% das famílias que têm crianças em casa afirmam receber o benefício e em todos os casos, sem exceção, reforçam que essa bolsa ajuda nas despesas da casa. Assim, analisar apenas pelo viés da ação do Estado sem perceber a repercussão que esse programa causa é vender parte da realidade e tirar dela apenas o que lhe convém criticar.

O Bolsa Família assiste àqueles menos favorecidos com uma quantia bastante ínfima capaz apenas de suprir algumas necessidades básicas. A condição para que a família seja assistida pelo programa é que as crianças estejam regularmente frequentando a escola. Como é de costume em todo o campo brasileiro, as crianças evadem da escola cedo para ajudar no trabalho familiar. No caso do Bolsa Família, as crianças não saem mais da escola, pois se assim fizerem não tem mais direito ao benefício. Em entrevista com camponeses, quando se perguntava se as crianças vão a escola, muitos respondiam prontamente: “aqui tem que ir, senão perde o Bolsa Família”(LF1, 2010). Essa resposta vinha antes mesmo de perguntar se eles recebem algum tipo de bolsa. Neste aspecto, a bolsa tem o ponto positivo de assegurar o aluno na escola (mesmo que este permaneça somente com o interesse de receber a bolsa). Contudo, foi percebido que mesmo assistidas pelo programa e frequentando regularmente a escola, muitas crianças e adolescentes continuam servindo como mão-de-obra da família. Eles mesmos afirmam que sua ajuda no trabalho é importante para o rendimento familiar. A Figura 14 ilustra a presença de adolescentes trabalhando em unidade de produção familiar na quebra da castanha. Para eles, “trabalhar depois da escola não atrapalha nada não”, afirma a mãe (LF8 2010).

FIGURA 14: Adolescentes assistidos pelo Bolsa Família em trabalho familiar, povoado Lagoa do Forno/Itabaiana, 2010.



Foto: SANTANA FILHO, Laercio Souza, 2010.

Das 75 famílias entrevistadas, 57% recebe o benefício Bolsa Família. Nessas famílias, percebe-se o quanto esse benefício contribui no orçamento familiar. Ao perguntar se essa bolsa ajuda nas despesas da casa, muitos foram enfáticos respondendo: “e como ajuda!” Ou mesmo: “ajuda, porque certo mesmo só tem esse” (CJ1, 2010). O segundo depoimento prova a dependência do camponês para com os programas sociais. Para ele, “certo mesmo só tem esse”. O certo se refere a seguridade, ao estável. Nessa frase está presente a incerteza do trabalho camponês, pois este não lhe dá garantia de estabilidade, já que certo mesmo é o Bolsa Família. Contudo, essa dependência não lhe tira a coragem de trabalhar, pois a lida em busca da sobrevivência contínua. Na verdade a disseminação das bolsas no espaço rural servem apenas como um auxílio na sobrevivência familiar.

O Quadro 04, mostra a disseminação das bolsas no espaço rural do município de Itabaiana, entre os camponeses entrevistados.

Quadro 04: Porcentagem de famílias contempladas com o programa Bolsa Família, zona rural do município de Itabaiana, 2010.

Famílias com crianças	Famílias que recebem bolsa	Famílias que não recebem bolsa
65%	57%	8%

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Org: SANTANA, Gleise Campos Pinto.

Como se pode observar, a representatividade das famílias beneficiadas é bastante grande, pois de 65% das famílias que contém pelo menos uma criança, 57% recebe bolsa e apenas 8% não é contemplada. Das famílias que não recebem, muitos argumentam ainda não ter conseguido realizar o cadastro da criança ou mesmo que o benefício nunca entrou na conta. Para estas, não receber o bolsa família é uma pena, pois ajudaria e muito, “até mesmo pra comprá as coisinhas do menino ir pra escola” (RB4, 2010).

Em relação a aposentadoria, esse auxílio é ainda maior, pois esta renda representa um salário mínimo garantido para ajudar nas despesas familiares. Das 75 famílias entrevistadas, 34% tem algum aposentado residindo no imóvel. Quando isso acontece, a figura central da família deixa de ser aquele que trabalha mais para ser a do aposentado. Nesta situação o idoso é quem mais pode amparar a família, pois em quase todos os casos, sua renda proveniente da aposentadoria é superior a do trabalho agrícola e/ou não agrícola.

Conforme pode ser observado na Figura 15 e no depoimento do entrevistado, o idoso ainda é figura central na família pois este assegura financeiramente a família a partir do benefício da aposentadoria.

FIGURA 15: Idoso como figura central da família, povoado Carrilho, 2010.



Foto: SANTANA, Gleise Campos Pinto, 2010.

Este senhor aparentemente “cansado”, supre boa parte das necessidades básicas de seus filhos, noras, genros e netos. Viúvo, ele diz que sua aposentadoria lhe permite o sustento sem mais precisar trabalhar. E ainda, ele diz que “o dinheiro que recebo dá pra ajudar a minha família, que ainda precisa de mim, mesmo velho” (RP16, 2010).

Desta feita, o aposentado não usufrui do benefício para uma melhor condição de vida, mas para subsidiar as necessidades familiares que muitas vezes está fora de sua residência. São muitos os pais aposentados (ou mesmo pensionistas) que mandam certa quantia de dinheiro para os filhos que estão residindo noutro lugar.

Em suma, as políticas públicas, sejam elas previdenciárias ou assistencialistas, são cada vez mais disseminadas no Brasil, com um alto crescimento em especial no espaço rural. Nelas estão embrenhadas dialeticamente a manutenção e a dependência que foram muito bem materializadas no espaço rural estudado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço agrário brasileiro é dotado de uma grande diversidade de características que o define. Estas vão desde grandes latifúndios à mínimos estabelecimentos familiares camponeses; grandes produções agrícolas voltadas para exportação à produção voltada para subsistência; tecnologia e modernização no campo a instrumentos rudimentares de lidar com a terra. Deste modo, fazer uma discussão numa pesquisa suficientemente capaz de abarcar todos esses antagonismos se torna uma tarefa quase impossível. Por isso este trabalho procurou entender o modo de vida camponês, em especial como este sujeito sobrevive no atual modo de produção capitalista.

Para tanto, foi necessário uma pesquisa de campo que contemplasse a questão da renda familiar, qual a origem da mesma, pois só assim seria possível um entendimento da dimensão da dependência camponesa em relação ao Estado, sua autonomia.

Falar de camponês no modo de produção capitalista é falar de um sujeito que apesar de estar inserido no sistema, de certa forma está fora dele. Está fora porque seu modo de vida não é central neste sistema. A busca pela sobrevivência diária é a sua marca. Não existe aí lucro, mais valia, capital; logo o camponês não é um capitalista. O campesinato é um modo de vida singular, mas é também uma classe à medida que luta em conjunto (o grupo camponês) pelo mesmo objetivo, mesmo ideal. Deste modo, entendê-lo se tornara um desafio, pois ele está dialeticamente dentro e fora do sistema capitalista de produção.

Apesar de ser um sujeito autônomo, contraditoriamente o camponês é dependente, pois muitas vezes sua terra (sozinha) não é suficiente para o sustento da família. É preciso algo mais, outro trabalho (na terra ou mesmo fora dela) para manter a família no campo. Foi dentro deste contexto que se tornou relevante uma análise da composição da renda dos camponeses. De modo geral, estas variam entre trabalho agrícola, trabalho não agrícola, previdenciárias e assistencialistas. Foi constatado o quanto uma aposentadoria é significativa numa família camponesa; e, ainda mais surpreendente foi perceber na prática que uma bolsa num valor médio de R\$45,00 a R\$130,00 ajuda a manter as necessidades primordiais de famílias inteiras (quando não se converte na única fonte de renda).

Às vezes, ainda é preciso buscar outros trabalhos, que em alguns casos acontecem via proletarianização. Aquele camponês autônomo, livre precisa agora vender

sua força de trabalho mesmo que seja numa unidade de produção familiar ao lado da sua. É a conversão (transitória ou passageira a depender da situação do trabalho) do camponês em trabalhador rural.

Muito mais que “acessório”, às vezes o trabalho acessório do camponês se torna essencial à medida que dele é tirado boa parte do sustento da família. Desta feita, pode-se afirmar que o trabalho acessório é indispensável na manutenção de muitas famílias camponesas. Vale ainda ressaltar o quanto os benefícios sociais ajudam essas famílias. Apesar de sua promoção ser a manutenção da criança na escola e a retirada da mesma do trabalho infantil, seu alcance é bem maior. Os benefícios ajudam a colocar o alimento na mesa de muito camponês. Aqui cabe questionar: esses programas o torna dependente? De certo modo sim. Todavia, o fato é que dependente ou não, benefícios sociais, superexploração do trabalho, inserção de indústrias no campo, trazem para o camponês possibilidades de sobrevivência diária. Isso significa sob outro viés, a inserção do capitalismo no campo, subordinação da agricultura ao capital. Em outras palavras, a sujeição do camponês ao modo de produção capitalista apesar de, às vezes, permitir a esse sujeito manter-se na terra, lhe tira parte daquilo que por ora sempre foi inerente: sua autonomia.

Há que se ressaltar que as políticas compensatórias, apesar de necessárias, não são essenciais aos camponeses, uma vez que os mantêm dependentes do Estado. E ainda mais, elas não são acompanhadas de políticas estruturantes, de um projeto de reforma agrária que viabilize uma verdadeira melhoria no campo.

Por outro lado, sua terra, costumes, hábitos não permite torná-lo totalmente dependente. Logo, esse sujeito mescla-se entre autonomia e dependência, o que o torna um tanto quanto complexo.

É a partir dessa complexidade que generalizar o camponês se torna um reducionismo. Suas múltiplas estratégias de sobrevivência possibilitam várias tipologias sem, contudo nenhuma delas lhe tirar a condição camponesa.

É no contexto desta realidade que se pode afirmar a dependência financeira e social do camponês em relação ao Estado. Apesar de sua histórica autonomia devido à posse da terra enquanto fonte de sobrevivência, o camponês muitas vezes não consegue manter-se apenas a partir daquela (isso devido a tantos fatores, tais como: propriedade muito pequena, exploração do intermediário – atravessador na relação com o mercado).

São de fato as aposentadorias e as bolsas que servem de grande ajuda para suprir as necessidades de muitas famílias.

De modo geral, pode-se afirmar a partir da pesquisa que o camponês é um sujeito social dotado de particularidades distintas e que apesar de todas as situações de dependência, pobreza e dificuldades que muitas vezes lhe são imputadas, seu desejo é continuar no campo, lidando com a terra – sua condição de vida. Inúmeros foram os depoimentos de camponeses que jamais querem sair do campo: “Prefiro morar aqui mesmo, eu não gosto de morar em rua não” (RP9) – entrevistado falando a respeito da preferência em morar na cidade ou no campo. Para ele, a “rua” se refere à cidade, ao urbano. O mesmo entrevistado ainda advertiu: “Aqui gosto mais, é mais fácil pra tudo. Lá tem que comprar tudo. Aqui precisa das coisas e o vizinho ajuda. Pense como é bom viu?” Para o camponês, “na cidade é mais difícil, vive preso, passa fome” (GDU8). Afinal, “aqui trabalha por vida, quando vem a seca tem um pastinho pra roçar” (CR7).

Os depoimentos de muitos camponeses defendem veementemente a “tese científica” de que esses sujeitos gostam mesmo é da terra, representam um modo de vida singular e os atrativos urbanos da cidade não os convencem do contrário. Eles, em sua maioria, não sentem que o trabalho de lavrar a terra seja inferior aos outros tipos de trabalho, pois “o campo dá mais renda, tudo que planta colhe” (GD2). A única situação levantada por eles em relação a condição de trabalho é que o trabalho agrícola “não é uma coisa fixa, não tem carteira assinada, nem férias” (RP8). E ainda, a condição da lida diária na terra, pois “você sabe o que é trabalhar o dia todo no Sol e na chuva?” (RP4). Com esses depoimentos é visível que o camponês tem consciência de sua condição de trabalho: precária; por outro lado, apesar disso seu lugar é mesmo no campo, na lida diária com a terra, pois é isso que lhe dá a condição camponesa de ser.

Analisando as rendas dos camponeses foi possível perceber o quanto esses sujeitos são contraditoriamente livres, autônomos e ao mesmo tempo, dependentes de um Estado que os mantém no campo em condições precárias. É devido a toda essa complexidade de “variadas maneiras de sobrevivência” que o estudo acerca do camponês se torna amplamente necessário, uma vez que sua reprodução depende (além de seu próprio esforço) de fatores externos: Estado, políticas públicas, empresas capitalistas. Deste modo, a busca pelo entendimento do que é ser camponês num espaço geográfico produzido por relações capitalistas prossegue intermitentemente até o momento em que existirem mudanças sociais e econômicas na sociedade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

AMIM, Samir e VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. Tradução de Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ANTUNES, Ricardo. **As formas contemporâneas e a desconstrução dos direitos sociais**. In: SILVA, Maria Orzanira da Silva e YAZBEK, Maria Carmelita. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo – São Paulo: Cortez; São Luis: FAPEMA, 2006.

AQUINO, Joacir Rufino de e SOUZA, Ronie Cléber de. **Impactos socioeconômicos da previdência rural no Brasil: um estudo de caso no município de Encanto/RN**. XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural., Londrina-PR, julho de 2007.

BEK, Maria Carmelita. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luís: FAPEMA, 2006.

BOMBARDI, Larissa Mies. **O papel da Geografia Agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar**. Revista GEOUSP-Espaço e Tempo. São Paulo, nº14, p.107-117, 2003.

BRESSAN, Ana Laura. **As políticas públicas no atual contexto brasileiro: universalidade versus focalidade**. In: Revista Universidade & Sociedade, ano XIV, nº33, junho de 2004.

BRUMER, Anita. **Previdência social rural e gênero**. Sociologias, no.07, Porto Alegre: jan/jun 2002 .Scielo Brasil ISSN 1517-4522.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CHAYANOV, Alexander Von. **A questão agrária**. Tradução de Edgard Afonso Malagodi, Sandra Brizolla e José Bonifácio de S. Amaral Filho. São Paulo: Brasiliense, 1981.

COHN, Amélia. **Políticas sociais e pobreza no Brasil**. Revista Planejamento e Políticas Públicas, n.12, jun/dez, 1995.

DEMO, Pedro. **Pobreza política**. 4ª edição, Campinas: Autores Associados, 1994 (Coleção polêmicas do nosso tempo, v.27).

_____. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores Associados, 1995.

D'INCAO, Maria Conceição. **O bóia fria: acumulação e miséria**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

FABRINI, João E. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem terra**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais**. 6ªed. São Paulo: Cortez, 1991.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil**. Política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo, Hucitec, 1997.

GONZALES, Elbio N. e BASTOS, Maria Inês. **O trabalho volante na agricultura brasileira**. In: PINSKY, Jaime (Org). Capital e trabalho no campo. São Paulo, Hucitec, 1977. Coleção estudos brasileiros.

GUILHON, Maria Virgínia Moreira e LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. **A política de trabalho e renda no Brasil: uma avaliação de resultados da experiência do Maranhão**. In: SILVA, Maria Orzanira da Silva e YAZBEK, Maria Carmelita. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo – São Paulo: Cortez; São Luis: FAPEMA, 2006.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. 2ªed. São Paulo: Annablume, 2005.

IANI, Octávio. **A formação do proletariado no Brasil – 1971**. In: STEDILE, João Pedro (org). A questão agrária no Brasil 2. O debate na esquerda – 1960-1980. 1ªed, São Paulo: Expressão Popular, 2005.

KAUTSKY, KARL. **A questão agrária**. 3ª ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Volume I. 3ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

LOCATEL, Celso Donizete. **Agricultura, políticas públicas e transformações sócio-espaciais no Brasil (1930-1980)**. In: ARAÚJO Hélio Mário de e SANTOS, Núbia Dias dos (Org). Temas de Geografia Contemporânea (teoria, método e aplicações). São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

_____. **El ambivalente proceso de modernización de la agricultura brasileña y la vivienda rural**. Scripta Nova. Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 01 de agosto de 2003, vol. VIII, num.146 (055). ISSN: 1138-9788. Disponível em: [http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146\(055\).htm](http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146(055).htm)

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Revista NERA, ano 11, n.12. janeiro-junho/2008 Presidente Prudente.

MARTINEZ-ALIER, Verena. **As mulheres do caminhão de turma**. In: PINSKY, Jaime (Org). Capital e trabalho no campo. São Paulo, Hucitec, 1977. Coleção estudos brasileiros 7.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**. A questão política no campo. 2ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 1982. ISSN: 1806-6755.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. 1ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1983.

_____. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Não há terra para plantar neste verão (O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo)**. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. **O poder do atraso**. Ensaios de Sociologia da História lenta. 2ªed. São Paulo:Hucitec, 1999.

_____. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

_____. **O cativo da terra**. 8ªed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MARX, Karl. **Renda diferencial e renda absoluta**. In: Manuscritos Econômicos-Filosóficos. Tradução e notas Jesus Raniere. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZAROS, István. **Para além do capital – rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MILIBAND, Ralph. **O Estado na sociedade capitalista**. 2ªed. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1982.

Ministério da Previdência Social. Disponível em:

http://www1.previdencia.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_10.asp Acessado em 11/01/2011.

Ministério da Saúde. Disponível em:

http://bolsafamilia.datasus.gov.br/documentos_bfa/Lei_Bolsa_Familia_10_836_09_01_2004.pdf. Acessado em 11 de abr. 2011

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Bolsa Família. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acessado em 29 dez. 2010.

MORAES, Antônio Carlos Robert e COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. 4ªed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática , 1986.

_____. **Os deserdados da terra; a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. Coleção corpo e alma do Brasil.

MULLER, Geraldo. **Estado, estrutura agrária e população.** Estagnação e incorporação regional. Petrópolis: Vozes, 1980.

NEVES, Delma Pessanha. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**, v.2: formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: EDITORA Unesp; Brasília/DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores sociais em cena.** Revista NERA, ano 08, n.07. Julho-dezembro/2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro.** In Novos caminhos da geografia. Org Ana Fani Alessandri Carlos. São Paulo: Contexto, 2002 – (Caminhos da Geografia).

_____. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: Labur edições, 2007, 184p.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses.** São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi e ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo.** 1ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. **Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar.** In: PEIXOTO, Clarice Ehlers (Org) Família e envelhecimento. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004, p. 57-84.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1968.

Prefeitura Municipal de Itabaiana. Disponível em: <http://www.itabaiana.se.gov.br/acidade.asp> Acessado em 14 de jan. 2011.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Revista NERA, ano 8, n.6. Janeiro-junho/2005. ISSN: 1806-6755.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho.** Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **Espaço e método.** 5ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Economia espacial.** 2ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SCHWARZER, Helmut. **Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil-evidências empíricas de um estudo de caso no estado do Pará**. Texto para discussão nº729 IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Rio de Janeiro: junho de 2000.

Secretaria do Desenvolvimento Social, governo do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/federais_bolsafamilia. Acessado em 17 de nov. 2010.

SENADO FEDERAL, Consultoria legislativa, estudo nº273, 2003.

Sergipe Panorâmico, UNIT, 2002.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista**. Revista Nera, Presidente Prudente, ano 8, nº7, p. 01-21, jul/dez 2005. ISSN 1806-6755.

_____. **Lições camponesas**. In: _____ PAULINO, Eliane Tomiasi FABRINI, João Edmilson; (orgs). **Campeinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.

SIMÕES, Júlio Assis. **Provedores e militantes: imagens de homens aposentados na família e na vida pública**. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers (Org) **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004, p. 25-56.

STÈDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil 2**. O debate na esquerda – 1960-1980. 1ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

WELCH, Clifford Andrew et. al. (Org.) **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres. Colonos do Sul e Sitiantes do nordeste**. São Paulo: Hucitec, 1995.

7. APÊNDICE

Roteiro de entrevista aplicada com os camponeses em pesquisa de campo.

1. Trabalha na agricultura? O que planta?
2. Quantas pessoas da família trabalham na agricultura?
3. Vende somente aquilo que sobra da produção ou parte da produção já é feita voltada para a venda?
4. Qual o destino da produção (se a finalidade for a venda)?
5. Qual a média semanal do rendimento agrícola?
6. Essa renda é suficiente para atender as necessidades de toda família?
7. Como a propriedade foi adquirida: () Compra () Herança
8. Trabalha na terra fazendo parceria, arrendamento...
9. Trabalha fora da propriedade? Em quê?
10. Quanto recebe por mês/semana? Essa renda é fundamental para o sustento da casa?
11. Por que buscou o trabalho não agrícola?
12. Gostaria de trabalhar somente na terra? Ou somente no trabalho não agrícola?
13. Em sua opinião, qual a renda ou trabalho mais importante para o sustento da família? Por quê?
14. As crianças vão à escola? Recebem algum tipo de bolsa? Qual?
15. Essa bolsa ajuda nas despesas da casa? Para qual finalidade ela é utilizada?
16. Alguém da casa é aposentado ou pensionista?
17. Esse dinheiro é utilizado somente pelo beneficiado ou ajuda nas necessidades da casa?
18. Como se sente quando comparado a outras profissões e ao pessoal da cidade?
19. Se pudesse escolher entre trabalhar para si no trabalho agrícola ou ser empregado em outro trabalho, qual escolheria?
20. Se pudesse escolher entre morar no campo ou na cidade qual escolheria? Por quê?

